



Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

(PMDFCI)

Plano de Ação

Caderno II

(2.ª Versão do Caderno II)

Comissão Municipal de Defesa da Floresta

CIDADÃO – PATRIMÓNIO – AMBIENTE

Abril

2015

Índice

1.Enquadramento do Plano no Âmbito do Sistema de Gestão Territorial e no Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios	6
Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC).....	10
Plano de Ordenamento da Serra D’ Aire e Candeeiros e Rede Natura 2000.....	10
2.Modelos de Combustível, Cartografia de Risco e Prioridades de Defesa Contra Incêndios Florestais.....	12
2.1.Modelos de Combustível.....	12
2.2.Cartografia de Risco de Incêndio Florestal.....	15
2.2.1.Perigosidade de Incêndio Florestal	16
2.2.2.Risco de Incêndio Florestal	19
2.3.Prioridades de Defesa	22
3.Objetivos e Metas do PMDFCI.....	24
4.Eixos Estratégicos.....	25
4.1.Aumento da Resiliência do Território aos Incêndios Florestais	25
1º Eixo estratégico	25
4.2.Levantamento da Rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios.....	25
4.2.1.Redes de Faixas de Gestão de Combustível e Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustível	25
4.3.Redes Viária Florestal.....	37
4.4.Redes de Pontos de Água.....	41
4.5.Planeamento das ações referentes ao 1º Eixo Estratégico.....	45
4.6.Redes de Faixas de Gestão de Combustível e Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustível	46
4.6.1.Redes de Faixas de Gestão de Combustível – FGC.....	46
Metas e Indicadores da execução das Faixas de Gestão de Combustível	53
Orçamentação	53
4.7.Redes Viária Florestal.....	54
Metas e Indicadores.....	55
Orçamentação	55
4.8.Redes de Pontos de Água.....	56
Orçamentação	56
4.9.Apresentação de Resultados Globais.....	57

5.Redução da Incidência dos Incêndios – 2º Eixo Estratégico	59
5.1.Comportamentos de Risco, Fiscalização e Sensibilização – Avaliação	59
Comportamentos de Risco	59
Fiscalização	64
5.2.Planeamento das Ações referentes ao 2º Eixo Estratégico	66
5.2.1.Sensibilização	66
População escolar	67
População rural	67
Proprietários Florestais	68
Automobilistas e utilizadores de espaços florestais.....	68
População em Geral	68
5.2.2.Fiscalização	71
6.Melhoria da Eficácia do Ataque e da Gestão dos Incêndios – 3º Eixo Estratégico	73
6.1.Vigilância e Detecção	73
6.2.Primeira Intervenção.....	75
6.2.Rescaldo e Vigilância Pós-Incêndio	79
Metas e Indicadores.....	79
7.Recuperar e Reabilitar Ecossistemas – 4º Eixo Estratégico	81
7.1.Estabilização de Emergência.....	81
Encostas.....	81
Linhas de água	81
Infraestruturas	82
7.2.Reabilitação de Povoamentos e Habitats Florestais.....	84
8.Adoção de uma Estrutura Orgânica Funcional e Eficaz	87
5º Eixo Estratégico	87
8.1 Necessidades de formação – Avaliação	87
8.2 Planeamento das ações de Organização do Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios - SDFCI.....	89
9.Estimativa de orçamento para implementação do PMDFCI.....	92

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Linhas de atuação prioritárias definidas pelo PNDFCI.....	11
Tabela 2 - Concretização para o Concelho de Alcobaça.....	11
Tabela 3 - Modelos de Combustível.....	14
Tabela 4 - Valores suscetibilidade utilizados.....	17
Tabela 5 - Perigosidade de Incêndio Florestal.....	19
Tabela 6 - Valores de Vulnerabilidade e Valor Económico.....	20
Tabela 7 - Risco de Incêndio Florestal.....	22
Tabela 8 - Objetivos e Ações do Eixo estratégico 1.....	25
Tabela 9 - Tabela das faixas de distância de proteção à estrema da propriedade.....	28
Tabela 10 - Área de FGC e MPGC a intervir por freguesia.....	32
Tabela 11 - Área total de FGC e MPGC com intervenção e sem intervenção.....	36
Tabela 12 - Extensão da RVF por freguesia.....	39
Tabela 13 - Extensão total da RVF por hierarquia.....	40
Tabela 14 - Características dos Pontos de Água.....	42
Tabela 15 - Características dos Pontos de Água.....	44
Tabela 16 - Responsáveis pela execução das FGC e MPGC.....	47
Tabela 17 - Distribuição das FGC com intervenção por anos.....	49
Tabela 18 - Metas e Indicadores das FGC.....	53
Tabela 19 - Orçamentação das FGC.....	54
Tabela 20 - Distribuição da RVF com intervenção por anos.....	55
Tabela 21 - Metas e indicadores da RVF.....	55
Tabela 22 - Orçamentação da RVF.....	55
Tabela 23 - Distribuição da RPA com intervenção por anos.....	56
Tabela 24 - Orçamentação da RPA.....	56
Tabela 25 - Metas e Indicadores Globais.....	57
Tabela 26 - Orçamento e responsáveis.....	58
Tabela 27 - Identificação dos Comportamentos de Risco mais significativos por Grupo Alvo - População Rural – 2012.....	59
Tabela 28 - Identificação dos Comportamentos de Risco mais significativos por Grupo Alvo - População Geral – 2012.....	62
Tabela 29 - Participações no Serviço Municipal de Proteção Civil.....	64
Tabela 30 - Objetivos e Período de Execução das Ações de Sensibilização por População-Alvo.....	69
Tabela 31 - Metas e indicadores – Sensibilização.....	69
Tabela 32 - Orçamentação da sensibilização.....	70
Tabela 33 - Período de Duração das Fases de Perigo.....	73
Tabela 34 - Índice entre o número de Incêndios Florestais e o número total de equipas de Vigilância e Detecção.....	73
Tabela 35 - Índice entre o número de Incêndios Florestais e o número total de equipas e elementos de 1ª Intervenção.....	77
Tabela 36 - Número de Reacendimentos por Ano.....	79
Tabela 37 - Metas e Indicadores.....	79
Tabela 38 - Estimativa de orçamento para o 3º Eixo.....	80
Tabela 39 - Número de elementos por entidade.....	88
Tabela 40 - Estimativa de orçamento de formação.....	88
Tabela 41 - Competências das Entidades do SDFCI.....	90
Tabela 42 - Estimativa orçamental do PMDFCI.....	92

Índice de Figuras

Figura 1 - Sub-Regiões Homogéneas PROF.....	8
Figura 2 - Funções PROF para o Concelho Alcobaça.....	9
Figura 3 - Mapa dos Modelos de Combustível.....	13
Figura 4 - Mapa de Perigosidade de Incêndio Florestal.....	18

Figura 5 - Mapa do Risco de Incêndio Florestal.	21
Figura 6 - Mapa das Prioridades de Defesa.	23
Figura 7 - Mapa da Rede de Faixas de Gestão de Combustível e Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustível	31
Figura 8 - Mapa da Rede Viária Florestal.....	38
Figura 9 - Mapa da Rede de Pontos de Água.....	43
Figura 10 - Mapa de Identificação das Zonas Prioritárias de Dissuasão e Fiscalização.....	72
Figura 11 - Mapa das Intervisibilidades.....	74
Figura 12 - Mapa do potencial do tempo de chegada para 1ª Intervenção.....	76
Figura 13 - Mapa de Estabilização de Emergência.	83
Figura 14 - Mapa da Reabilitação de Povoamentos e Habitats Florestais.	85

Quadro 1

Quadro 1- Componentes do Modelo de Risco.....	15
---	----

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Comparativo das ações de fiscalização, ano 2014 e 2015.	65
Gráfico 2 - Valor médio do tempo de chegada para a 1ª Intervenção.	78

1. Enquadramento do Plano no Âmbito do Sistema de Gestão Territorial e no Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios

Os principais instrumentos de gestão territorial que estiveram na base de elaboração do PMDFCI foram o Plano Diretor Municipal de Alcobaça (PDM), o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Oeste (PROF Oeste), o Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) de Alcobaça – Maфра, o Plano de Ordenamento da Serra D’Aire e Candeeiros e o Plano Sectorial relativo à Rede Natura 2000. Como elemento unificador e orientador de toda esta informação está o Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios (PNDFCI), que estabelece metas, linhas de atuação prioritárias e eixos de atuação.

Plano Diretor Municipal de Alcobaça (PDM de Alcobaça).

O PDM de Alcobaça estabelece o regime de uso do solo e os parâmetros sociais e económicos mais relevantes, bem como, a sua caracterização.

O principal objetivo da delimitação dos espaços florestais é a defesa da permanência da estrutura verde dominante, salvaguardando a topografia do solo e o coberto vegetal, importantes para a defesa da paisagem e para o equilíbrio ecológico.

Plano Regional de Ordenamento Florestal do Oeste (PROF Oeste).

O Plano Regional de Ordenamento Florestal do Oeste, definido pelo Decreto regulamentar nº 14, de 17 de Outubro de 2006, desenvolve as orientações previstas a nível do planeamento florestal apresentando normas concretas de silvicultura e de utilização do território com um carácter operativo face às orientações fornecidas por níveis superiores de planeamento e de decisão.

No PROF encontram-se definidas sub-regiões homogéneas para a região do Oeste, estas têm como principal objetivo definir uma hierarquia de funcionalidades estabelecidas num nível sub-regional através da indicação das espécies, modelos

gerais de silvicultura e normas a privilegiar. De acordo com este objetivo, são dadas indicações acerca de espécies; modelos de silvicultura a adotar para cada espécie a privilegiar e as funções a desempenhar e normas de gestão dos recursos florestais mais relevantes, tendo em consideração a hierarquia de funcionalidades.

Nas figuras seguintes estão representadas as sub-regiões PROF, bem como, as funções principais de cada uma delas para o concelho de Alcobaça.

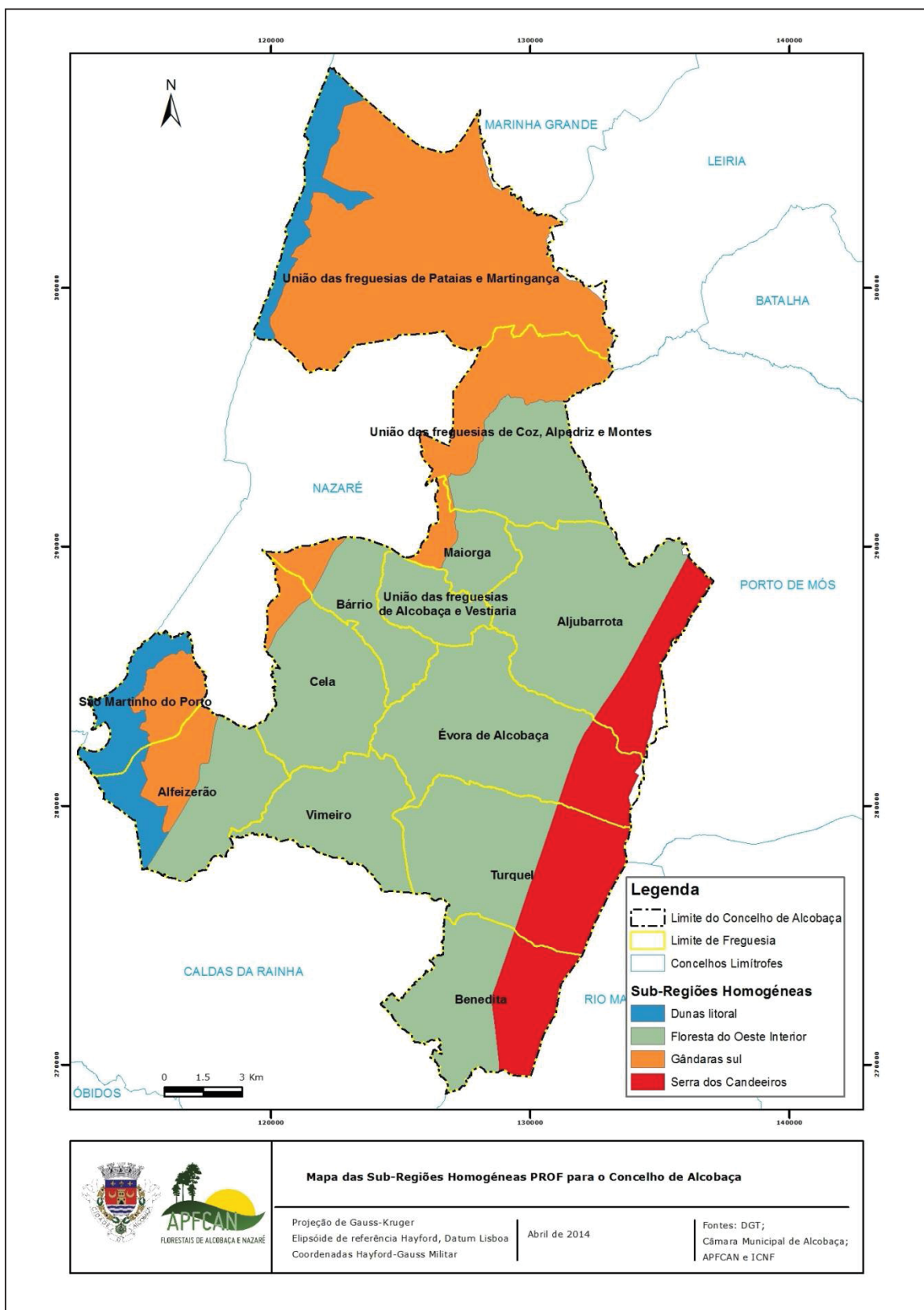


Figura 1 - Sub-Regiões Homogêneas PROF.

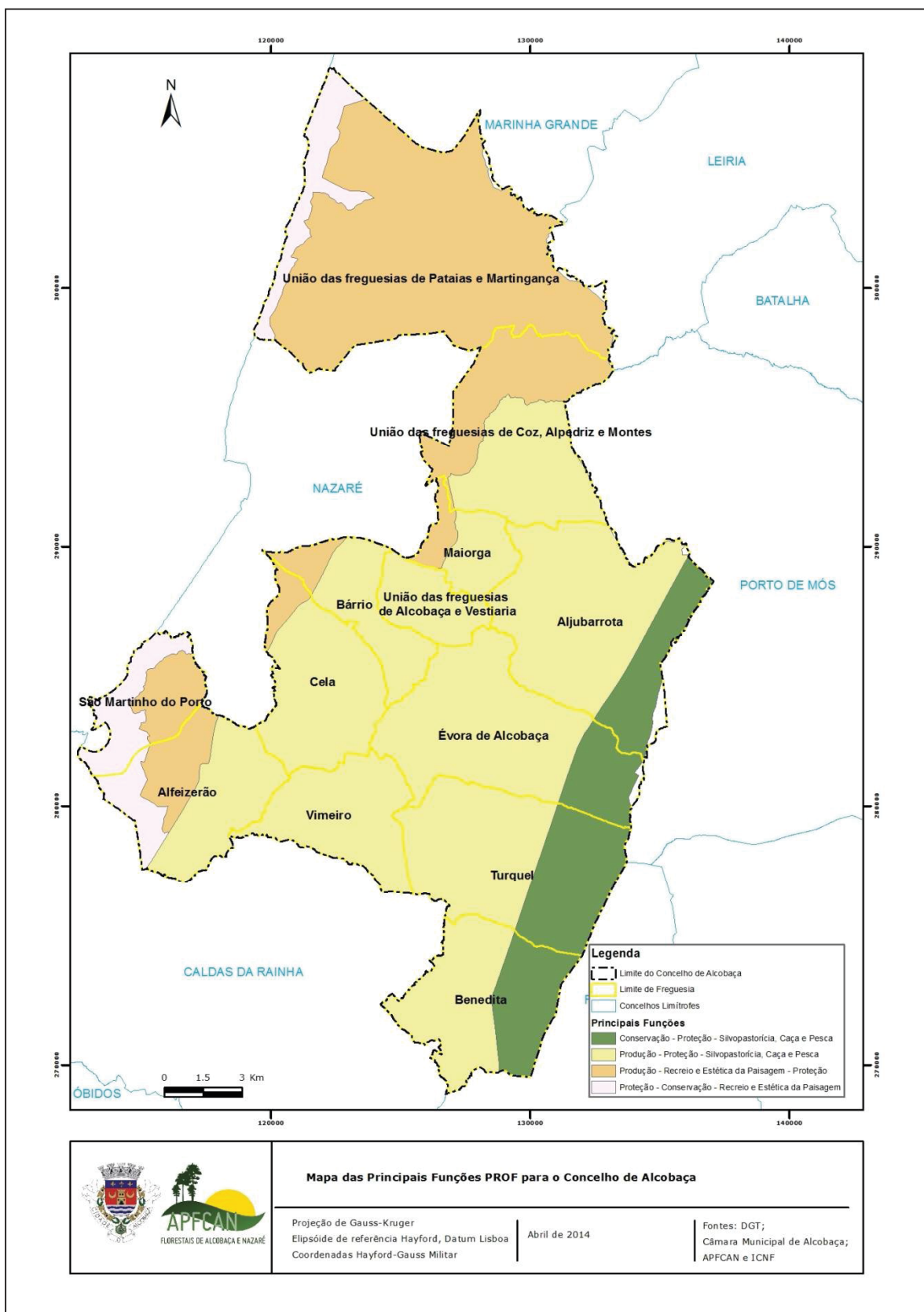


Figura 2 - Funções PROF para o Concelho Alcobaça.

Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC)

O regulamento do POOC de Alcobaça – Mafra foi publicado na Resolução do Conselho de Ministros nº11 de 2002, de 17 de Janeiro (DR nº14, série I – B) e relativamente aos espaços florestais menciona o seguinte:

...“SECÇÃO IX

Espaços florestais

Artigo 37.º

Áreas florestais

1 - As áreas florestais incluem áreas com boas condições para a ocupação florestal e outras utilizações dos recursos silvestres, devendo nelas privilegiar-se o fomento, a exploração e a conservação dos povoamentos florestais.”...

Plano de Ordenamento da Serra D’ Aire e Candeeiros e Rede Natura 2000

Relativamente a estes dois planos, ter-se-á sempre em consideração a gestão dos habitats naturais para qualquer tipo de intervenção que seja apresentada no PMDFCI.

A abertura de novos caminhos, assim como, a manutenção dos existentes, dentro da área do PNSAC, está condicionada a parecer do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF).

Linhas de Atuação prioritárias

Segundo o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, o Concelho de Alcobaça situa-se na Região de Lisboa e Vale do Tejo caracterizado por muitas ocorrências e por pouca área ardida, definido neste cenário com o código T3.

O código foi atribuído de acordo com a seguinte metodologia: para o número de ocorrências, o limiar entre o “pouco” e o “muito” foi colocado no valor de 5 ocorrências por 100 hectares, e, para as áreas ardidas em 50% da área florestal. Assim, de acordo com a metodologia definida os limiares permitem estratificar geograficamente o território de uma forma considerada adequada para distinguir os grandes tipos de problemas/soluções associados à incidência do fogo.

O PMDFCI foi elaborado tomando como referência o código atribuído (T3) e seguindo as linhas de atuação prioritárias definidas pelo PNDFCI.

Tabela 1 - Linhas de atuação prioritárias definidas pelo PNDFCI.

T3	Linhas de atuação prioritárias	Sub-objetivos PNDFCI
Geral	Redução do n.º de incêndios por negligência – sensibilizar as populações.	Educar e sensibilizar as populações.
	Reforço da dissuasão e fiscalização.	Organizar ações móveis de dissuasão fiscalização, face ao risco. Organizar ações de dissuasão fiscalização, com base nas comunidades.
	Construção de faixas de proteção aos aglomerados.	Proteção em zonas de interface urbano/floresta.
Linhas de atuação específica	Gestão de combustíveis em áreas estratégicas – faixas e mosaicos.	Implementar um programa de gestão dos combustíveis.

Fonte: Proposta Técnica do PNDFCI (Volume I - pág. 156).

Tabela 2 - Concretização para o Concelho de Alcobaça.

T3	Linhas de atuação prioritárias	Sub-objetivos PNDFCI
Geral	Redução do n.º de incêndios por negligência – sensibilizar as populações.	Sensibilização dos proprietários/produtores florestais e população em geral através da distribuição de panfletos, por email, ações de formação e colocação de editais.
	Reforço da dissuasão e monitorização.	Promoção de candidaturas aos POC's (Centro de Emprego de Alcobaça – Proteção Civil ou outras medidas similares que se venham a implementar). Monitorizar o cumprimento das ações de DFCI nas áreas críticas e prioritárias.
	Construção de faixas de proteção aos aglomerados.	Promover a implementação das ações de silvicultura preventiva no âmbito do DL 124/2006, de 28 Junho, republicado em Diário da República, a 14 de Janeiro de 2009, decreto-lei nº 17/2009
Linhas de atuação específica	Gestão de combustíveis em áreas estratégicas – faixas e mosaicos.	Implementar programa de gestão de combustíveis através das ações de silvicultura preventiva.

Fonte: Proposta Técnica do PNDFCI

2. Modelos de Combustível, Cartografia de Risco e Prioridades de Defesa Contra Incêndios Florestais

2.1. Modelos de Combustível

A elaboração do mapa dos modelos de combustível teve como base a metodologia proposta, em Abril de 2012, pelo ICNF, no apêndice 3 do guia técnico para a elaboração do PMDFCI. Esta metodologia tem por base a classificação criada pelo Northern Forest Fire Laboratory (NFFL), adaptada pelo ICONA, pelo projeto Geofogo/CNIG para a Península Ibérica. No apêndice 3 do guia técnico dos PMDFCI, encontra-se a descrição de cada um dos modelos à qual foi adicionado uma orientação da aplicabilidade ao território continental desenvolvida por Fernandes, P. M.

A elaboração da carta dos modelos de combustível foi feita a partir de trabalho de validação em campo exaustivo, com base em ortofotomapas de 2010 a uma escala de 1:7500. Percorreu-se a totalidade do concelho de Alcobaça, validando a ocupação do solo e os modelos de combustível afetos a cada ocupação.

No mapa seguinte apresentam-se os modelos de combustível para o Concelho de Alcobaça.

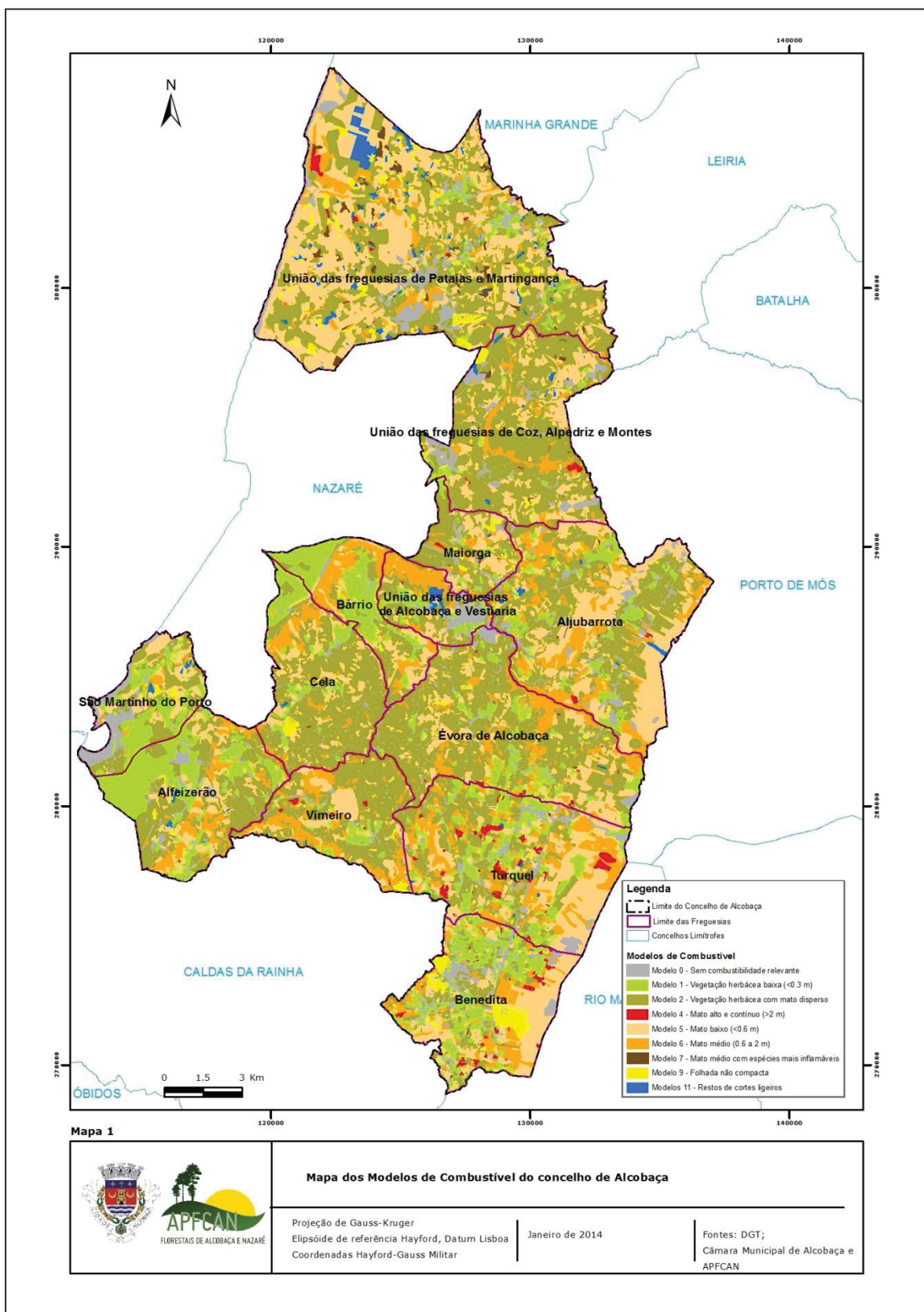


Figura 3 - Mapa dos Modelos de Combustível.

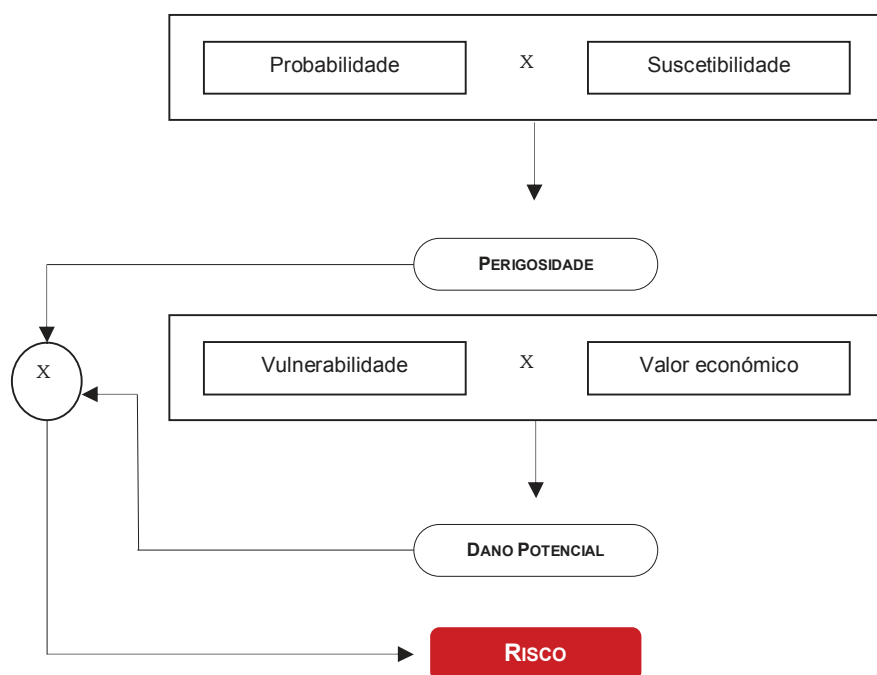
Tabela 3 - Modelos de Combustível.

Grupos de Modelos de Combustível	Modelos de Combustível	Área (ha)	Área (%)
Não combustível	0	4 146.48	10.16
Vegetação herbácea	1	4 670.32	11.44
	2	16 231.58	39.77
Matos	4	330.50	0.81
	5	9 599.92	23.52
	6	4 410.54	10.81
	7	171.15	0.42
Folhada	9	837.32	2.05
Restos lenhosos	11	416.27	1.02
Total		40 814.08	100

Pela análise dos números da tabela anterior observa-se que o Modelo de Combustível nº 2 é o modelo com maior representatividade atingindo cerca de 40% do território do concelho. Isto deve-se ao facto de este ser também o modelo que caracteriza a maior parte da área agrícola em presença. Nos grupos dos matos o modelo que domina é o 5. Este modelo pode ser preocupante pois num curto espaço de tempo sem intervenção silvícola, pode passar a modelo 6, que vai exponenciar um possível incêndio.

2.2. Cartografia de Risco de Incêndio Florestal

A cartografia de risco de incêndio florestal foi elaborada segundo a metodologia do ICNF (quadro 1), que consta no guia técnico do PMDFCI de abril de 2012, apêndice 4. De referir, que se usou um tamanho de pixel correspondente a 10 metros para a produção cartográfica do concelho.



Quadro 1-Componentes do Modelo de Risco.

É necessário compreender esta noção de risco. O risco pode definir-se como a probabilidade de uma perda e depende de quatro fatores, Probabilidade, Suscetibilidade, Vulnerabilidade e Valor económico. Na maioria das vezes o risco é apenas visto como fruto da probabilidade, o que não é este caso.

Seguindo as orientações do guia para a elaboração dos PMDFCI do ICNF, executaram-se uma série de operações com a criação de mapas em formato raster para as diferentes variáveis a considerar, declive, áreas ardidas (1990-2012) e uso do solo e modelos de combustível.

Posteriormente esses mapas são multiplicados e a sua carta final reclassificada segundo as orientações do guia.

2.2.1.Perigosidade de Incêndio Florestal

O mapa de perigosidade resulta da probabilidade de ocorrência de um fenómeno, num determinado local e em determinadas condições, e da suscetibilidade desse local para a ocorrência de um fenómeno danoso. Segundo o guia, “Permite responder à questão “onde tenho maior potencial para que o fenómeno ocorra e adquira maior magnitude?”. Este mapa é particularmente indicado para ações de prevenção.

A suscetibilidade depende da topografia, da ocupação do solo, entre outras variáveis. O fator número de ocorrências, introduzido pelo mapa de probabilidade, em determinada área do concelho, é o mais relevante, contribuindo para aumentar ou diminuir o valor da perigosidade.

O método utilizado para a elaboração desta carta foi o método proposto pelo guia técnico para elaboração dos PMDFCI do ICNF, adaptado ao uso do solo e modelos de combustível do levantamento que foi feito em dezembro de 2013. Este método tem mais rigor do que uma carta elaborada com base na Carta Corine Land Cover de 2006 ou anterior.

Para tal, adaptaram-se os usos do solo e os respetivos modelos às classes de suscetibilidades propostas para a classificação da Carta Corine Land Cover, tal como se apresenta na tabela seguinte.

Tabela 4 - Valores suscetibilidade utilizados.

Ocupação do Solo	Modelo de Combustível	Suscetibilidade	Classe de Suscetibilidade
Social	0	Nenhuma	0
Superfícies Aquáticas	0	Nenhuma	0
Agrícola	1	Baixa	2
	2	Baixa	2
	5	Média	3
	6	Média	3
	4	Média	3
Improdutivos	0	Nenhuma	0
Incultos	1	Baixa	2
	2	Baixa	2
	5	Média	3
	6	Elevada	4
	4	Elevada	4
	11	Média	3
Florestal	0	Nenhuma	0
	1	Baixa	2
	2	Baixa	2
	5	Média	3
	6	Elevada	4
	7	Elevada	4
	4	Elevada	4
	9	Média	3
	11	Média	3

Relativamente aos valores de reclassificação de declives utilizou-se o aconselhado.

A reclassificação final do mapa de perigosidade foi feita segundo o método dos quantis com 5 classes, tal como exigido no guia de elaboração dos PMDFCI do ICNF. No entanto não concordamos com este método de distribuição de classes, pois é um método que remete para cada classe aproximadamente 20% das observações, ou seja, deverá colocar 20% dos pixéis em cada classe. Obrigando que haja sempre 20% de observações em classe de risco Muito Alto, Alto, Media, Baixa e Muito Baixa.

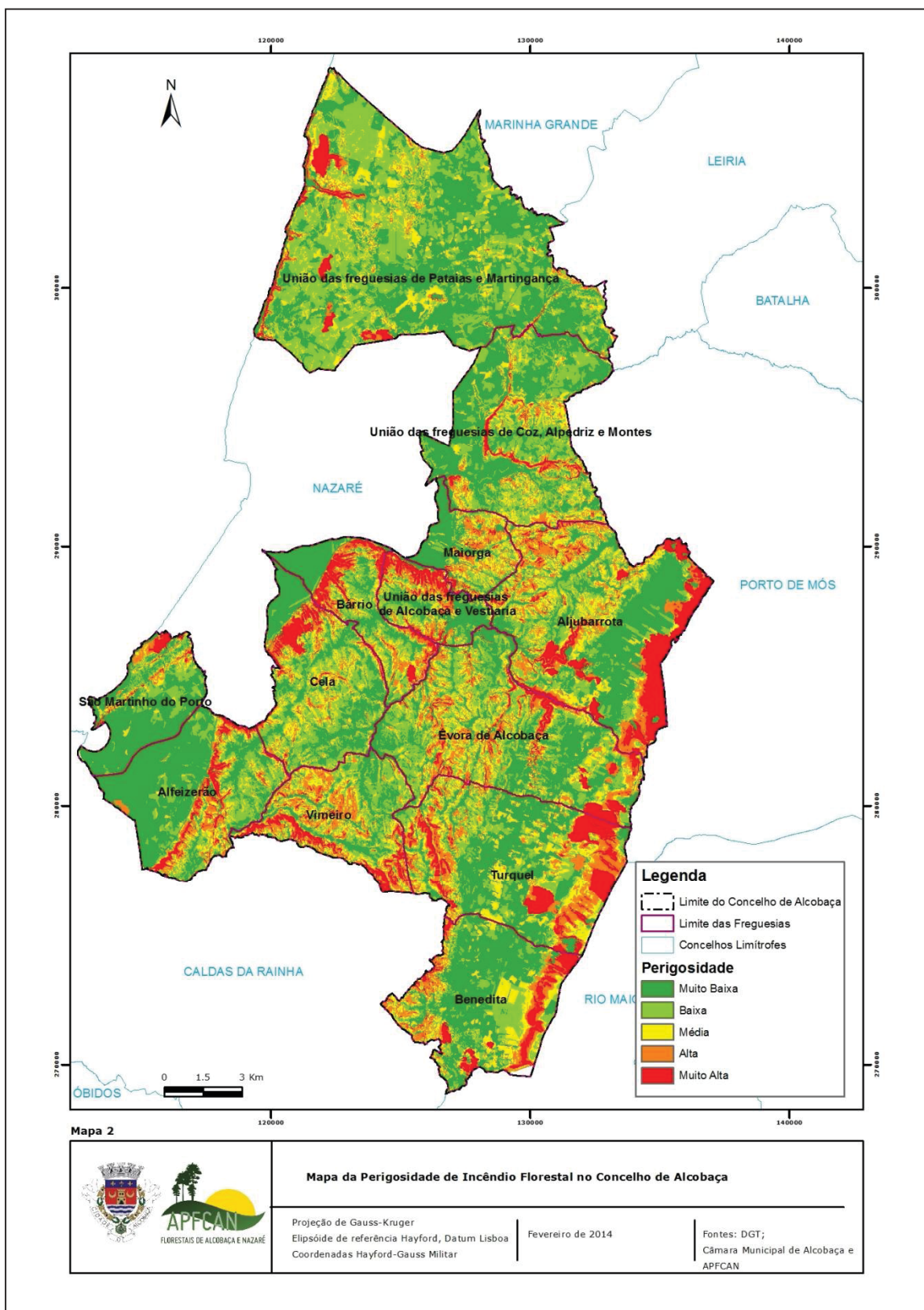


Figura 4 - Mapa de Perigosidade de Incêndio Florestal.

Tabela 5 - Perigosidade de Incêndio Florestal.

Perigosidade	Área (ha)	Área (%)
Muito Baixa	16 562.63	40.58
Baixa	10 319.08	25.28
Média	5 748.12	14.08
Alta	4 817.156	11.80
Muito Alta	3 367.096	8.25
Total	40 814.08	100

A tabela 5 apresenta a área do concelho inserida em cada classe de perigosidade. Podemos ver que cerca de 66% do território está na classe de perigosidade Baixa e Muito Baixa, e cerca de 20% em classe de Alta e Muito Alta perigosidade.

Numa primeira análise, saltam as áreas vermelhas, de Perigosidade Muito Alta, áreas exponenciadas devido aos desníveis e também à presença de modelos de combustível mais perigoso.

2.2.2.Risco de Incêndio Florestal

Este mapa resulta da combinação das componentes do mapa de perigosidade com as componentes do dano potencial (vulnerabilidade e valor) para indicar qual o potencial de perda em face do fenómeno, respondendo à questão “onde tenho condições para perder mais?”.

O risco é o produto da probabilidade x suscetibilidade x vulnerabilidade x valor.

Os valores económicos e de vulnerabilidade atribuídos a cada tipo de ocupação do solo e utilizados para a elaboração da carta de risco de incêndio encontram-se definidos na tabela seguinte. Os valores utilizados são os elencados pelo guia técnico para elaboração do PMDFCI.

Tabela 6 - Valores de Vulnerabilidade e Valor Económico.

Elementos em risco			Vulnerabilidade	Valor (€/ha)
Produção Lenhosa	Pinheiro bravo	Nascedio/Novedio	1	91
		Bastio/Fustadio/ Alto Fuste	0.75	
	Outras resinosas		0.8	84
	Eucalipto		0.75	136
	Sobreiro		0.5	618
	Pinheiro manso		0.7	494
	Castanheiro		0.7	830
	Carvalhos		0.6	87
	Folhosas		0.5	1507
	Acácia		0.3	0
Matos			0.4	52
Edificado para Habitação	Zona III		0.75	587.22
Edificado para Indústria, Serviços e Comércio				
Estradas			0.25	25

Assim, tendo em conta o mapa de perigosidade anteriormente elaborado e aplicando as regras definidas pelo guia, multiplica-se este, pelo valor e vulnerabilidade. Do resultado desta multiplicação obtém-se o mapa de risco que deverá também ser requalificado pelo método dos quantis, já anteriormente falado, em 5 classes e que se apresenta de seguida.

Pode-se verificar que o risco de incêndio apresenta valores mais elevados nas zonas de declives acentuados e áreas cuja probabilidade de ocorrer um incêndio florestal é bastante elevada.

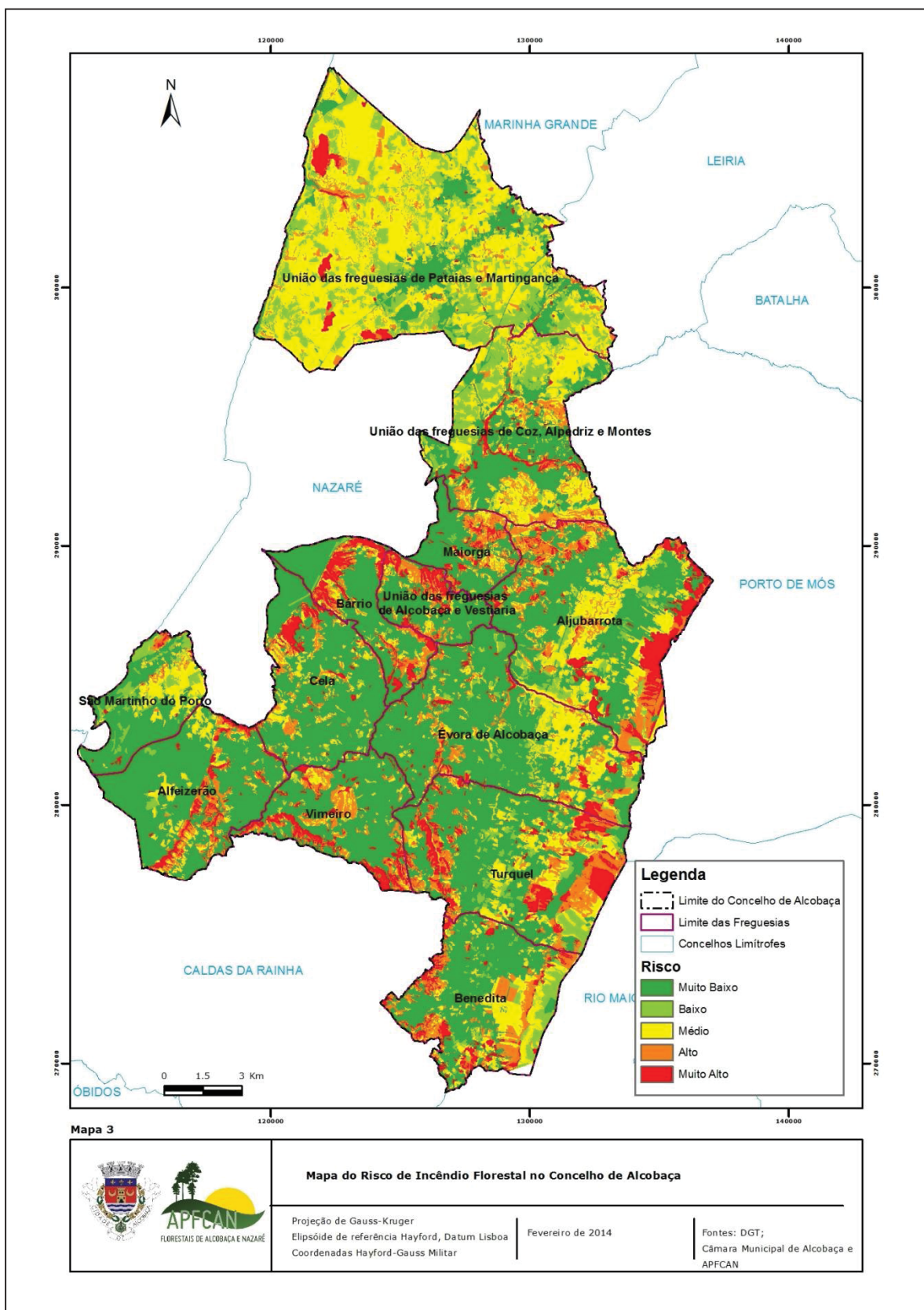


Figura 5 - Mapa do Risco de Incêndio Florestal.

Tabela 7 - Risco de Incêndio Florestal.

Risco	Área (ha)	Área (%)
Muito Baixo	19 305.23	47.30
Baixo	4 261.09	10.44
Médio	9 804.55	24.02
Alto	4 636.32	11.36
Muito Alto	2 806.89	6.88
Total	40 814.08	100

Pela análise da tabela anterior podemos ver que cerca de 18% da área do concelho de Alcobaça apresenta um risco Alto e Muito Alto.

2.3.Prioridades de Defesa

O mapa de prioridades de defesa foi elaborado tendo em consideração as zonas de proteção especial, arvoredos de interesse público, o mapa de risco incêndio e áreas de recreio florestal.

No concelho de Alcobaça, destacam-se como prioridade de defesa as áreas da Mata Nacional do Vimeiro, do Parque Natural da Serra D'Aire e Candeeiros (PNSAC - inclui o Perímetro Florestal da Serra dos Candeeiros) e, também, para as Alvas da Mina do Azeche, de Pataias, da Sr.ª da Vitória e Água de Madeiros.

Convém mencionar, como prioridade de defesa, a envolvente aos aglomerados populacionais merecerá uma atenção redobrada na sua proteção, na medida em que alguns destes aglomerados confinam com áreas correspondentes a risco elevado e muito elevado.

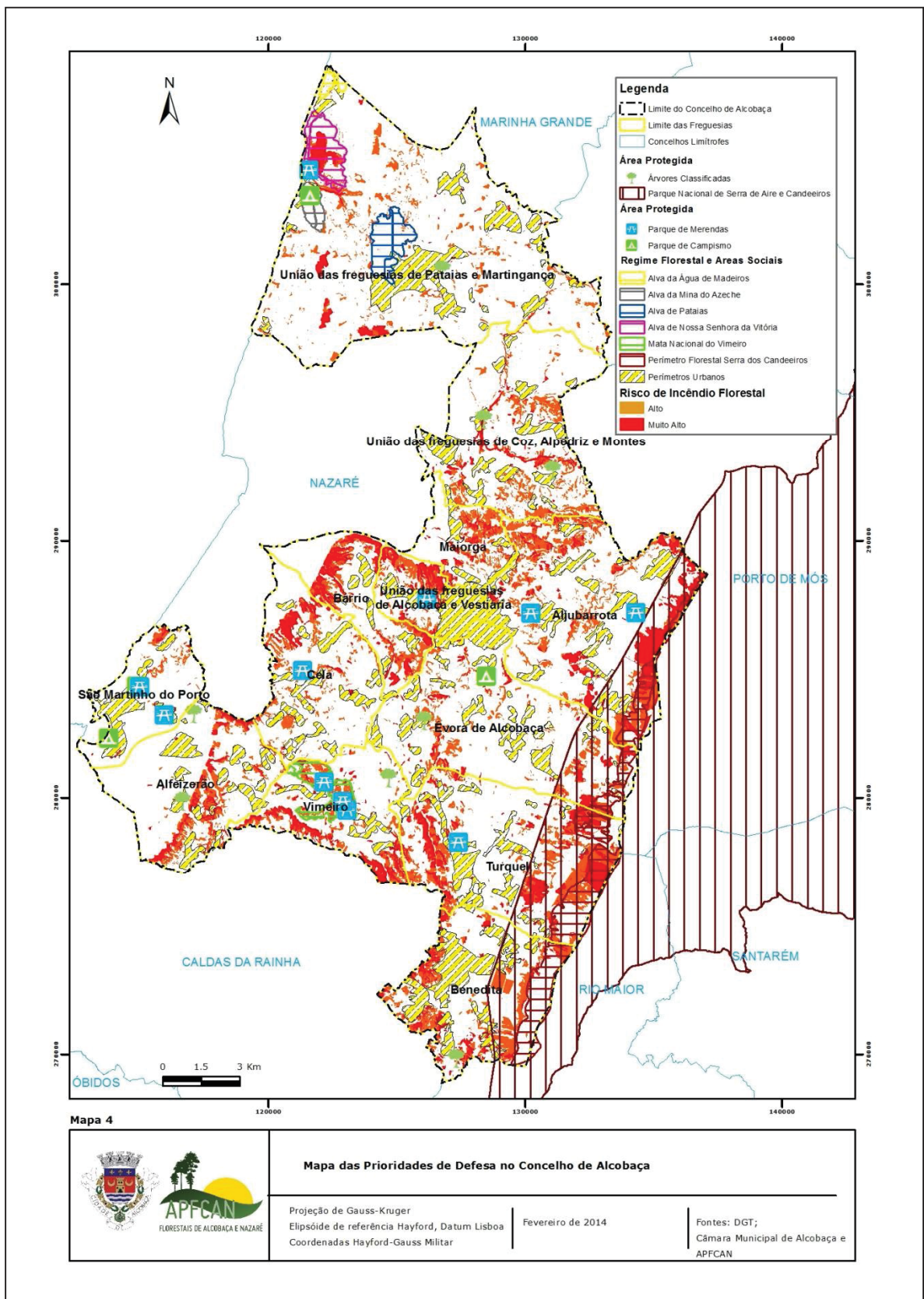


Figura 6 - Mapa das Prioridades de Defesa.

3.Objetivos e Metas do PMDFCI

Os objetivos e as metas definidos neste plano pretendem orientar o desenvolvimento de todas as ações de defesa da floresta contra incêndios no Município durante um período de 5 anos (2015 - 2019).

Embora, tenha uma vigência de cinco anos, tem um carácter dinâmico, que exige a sua atualização sempre que a CMDF assim o entenda.

Foram definidos os objetivos, tendo em consideração os cinco eixos estratégicos propostos no PNDFCI (aprovado pela Resolução do Conselho de Ministro nº 65/2006):

- 1º Eixo estratégico - Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais;
- 2º Eixo estratégico - Redução da incidência dos incêndios;
- 3º Eixo estratégico - Melhoria da eficácia do ataque e da gestão de incêndios;
- 4º Eixo estratégico - Recuperar e reabilitar os ecossistemas;
- 5º Eixo estratégico - Adaptação de uma estrutura orgânica funcional eficaz.

As ações que sustentam o PMDFCI incluem a previsão e a programação integrada das intervenções relativas às diferentes entidades envolvidas na DFCI.

Assim, com base em toda a informação já apresentada neste plano, caracterização física, caracterização demográfica, caracterização do uso e ocupação do solo, análise do histórico dos incêndios, os modelos de combustível, de perigosidade e de risco de incêndio, são apresentados os objetivos deste PMDFCI nos pontos que se seguem, tendo em conta os eixos estratégicos do PNDFCI.

4.Eixos Estratégicos

4.1.Aumento da Resiliência do Território aos Incêndios Florestais

1º Eixo estratégico

Neste eixo de atuação é fundamental definir estratégias de gestão ativa dos espaços florestais. Só uma gestão ativa permitirá aumentar o nível de segurança dos recursos e das pessoas. Nestes espaços deverão ser incentivadas e implementadas ações de silvicultura preventiva.

É importante promover a gestão florestal e intervir preventivamente em áreas estratégicas, designadamente povoamentos florestais com valor económico, maciços arbóreos de relevante interesse natural e paisagístico, áreas integradas em matas nacionais, áreas protegidas e classificadas.

Tabela 8 - Objetivos e Ações do Eixo estratégico 1.

Objetivo estratégico	Promoção da gestão florestal e intervir preventivamente em áreas estratégicas.
Objetivos operacionais	Proteção das zonas de interface Urbano/Floresta;
	Implementação de programa de redução de combustíveis.
Ações	Criação e manutenção de redes de faixas de gestão de combustível, intervindo prioritariamente nas zonas com maior vulnerabilidade aos incêndios
	Implementação de mosaico de parcelas gestão de combustível.
	Promoção de ações de silvicultura no âmbito da DFCI
	Criação e manutenção de redes de infraestruturas (RVF e RPA)

4.2.Levantamento da Rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios

4.2.1.Rede de Faixas de Gestão de Combustível e Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustível

As faixas de gestão de combustível constituem redes primárias, secundárias e terciárias. As redes primárias de faixas de gestão de combustível são de interesse distrital, as secundárias são de interesse municipal ou local e as terciárias são de interesse local.

As redes secundárias desenvolvem-se sobre:

- As redes viárias e ferroviárias públicas;
- As linhas de transporte e distribuição de energia elétrica;
- As envolventes aos aglomerados populacionais e a todas as edificações, aos parques de campismo, às infraestruturas e parques de lazer e de recreio, aos parques e polígonos industriais, às plataformas logísticas e aos aterros sanitários.

Relativamente à elaboração das Faixas de Gestão de Combustível (FGC) é referenciado no Decreto-Lei n.º 17/2009 de 14 de Janeiro, republicação do Decreto - Lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, no âmbito da defesa de pessoas e bens, artigo 15.º o seguinte:

“1 - Nos espaços florestais previamente definidos nos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios é obrigatório que a entidade responsável:

- a) Pela rede viária providencie a gestão do combustível numa faixa lateral de terreno confinante numa largura não inferior a 10 m;
- b) Pela rede ferroviária providencie a gestão do combustível numa faixa lateral de terreno confinante contado a partir dos carris externos numa largura não inferior a 10 m;
- c) Pelas linhas de transporte e distribuição de energia elétrica em muito alta tensão e em alta tensão providencie a gestão do combustível numa faixa correspondente à projeção vertical dos cabos condutores exteriores acrescidos de uma faixa de largura não inferior a 10 m para cada um dos lados;
- d) Pelas linhas de transporte e distribuição de energia elétrica em média tensão providencie a gestão do combustível numa faixa correspondente à projeção vertical dos cabos condutores exteriores acrescidos de uma faixa de largura não inferior a 7 m para cada um dos lados.”

“2 - Os proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidades que, a qualquer título, detenham terrenos confinantes a edificações, designadamente habitações,

estaleiros, armazéns, oficinas, fábricas ou outros equipamentos, são obrigados a proceder à gestão de combustível numa faixa de 50 metros à volta daquelas edificações ou instalações medida a partir da alvenaria exterior da edificação...”

“...8 - Nos aglomerados populacionais inseridos ou confinantes com espaços florestais e previamente definidos nos planos municipais de defesa da floresta contra incêndios é obrigatória a gestão de combustível numa faixa exterior de proteção de largura mínima não inferior a 100 metros...”

“...11 - Nos parques de campismo, nas infraestruturas e equipamentos florestais de recreio, nos parques e polígonos industriais, nas plataformas de logística e nos aterros sanitários inseridos ou confinantes com espaços florestais é obrigatória a gestão de combustível, e sua manutenção, de uma faixa envolvente com largura mínima não inferior a 100 metros, competindo à respetiva entidade gestora ou, na sua inexistência ou não cumprimento da sua obrigação, à camara municipal realizar os respetivos trabalhos.”

“...15 - As ações e projetos de arborização ou rearborização deverão respeitar as faixas de gestão de combustível prevista.”

Relativamente aos condicionalismos à edificação, o mesmo decreto-lei no artigo 16º refere que:

“2 - A construção de edificações para habitação, comércio, serviços e indústria fora das áreas edificadas consolidadas é proibida nos terrenos classificados no PMDFCI com risco de incêndio das classes alta e muito alta, sem prejuízo das infraestruturas definidas nas RDFCI.

3 - As novas edificações no espaço florestal, fora das áreas edificadas consolidadas, têm de salvaguardar na sua implantação no terreno as regras definidas no PMDFCI respetivo ou, se este não existir, a garantia de distância à estrema da propriedade de uma faixa de proteção nunca inferior a 50 metros, medida a partir da alvenaria exterior da edificação.”

Assim, considerando este ponto 3, do artigo 16º, do Decreto-lei nº 17/2009 de 14 Janeiro, determina este PMDFCI as seguintes regras para as novas edificações:

1. No espaço rural, que não o espaço florestal, fora das áreas edificadas consolidadas, são admitidas outras dimensões para a faixa da distancia à estrema da propriedade, desde que seja salvaguardada um faixa de 50 metros sem ocupação florestal, de acordo com o seguinte:

Tabela 9 - Tabela das faixas de distância de proteção à estrema da propriedade.

Classe de perigosidade	Faixa de proteção à estrema da propriedade (m)
Média	15
Baixa	10
Muito baixa	5

2. Na contabilização da distância referida nos números anteriores serão contabilizados os seguintes espaços exteriores à propriedade:

- Redes viárias de carácter nacional, municipal, arruamentos ou caminhos;
- Quaisquer outros espaços públicos que possuam características construtivas suscetíveis de serem impeditivas da normal progressão do fogo.

Para os efeitos do nº anterior os espaços supra referido têm de ser previamente referenciados e caracterizados nos elementos instrutórios dos pedidos de licenciamento de obras de edificação, designadamente levantamentos topográficos, plantas de implantação e memórias descritivas;

Excecionalmente e por motivos devidamente fundamentados, os espaços referidos poderão não ser contabilizados para o referido efeito;

3. Quando a faixa de proteção de uma dada edificação se sobrepuser com outra faixa de proteção inserida em rede secundária já existente, a área sobreposta será contabilizada na distância mínima exigida para a proteção dessa edificação;

Quando se verificar a existência dum edifício no terreno contíguo à implantação da nova edificação, esta não tem que salvaguardar nessa estrema da propriedade as distâncias referidas nas alíneas anteriores;

4. Excetuam-se do disposto das alíneas anteriores as obras decorrentes de exigências legais supervenientes relativas à regularização, ampliação e alteração de atividades económicas previamente exercidas decorrentes da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º165/2014 de 5 de novembro;

5. As disposições constantes das alíneas a) a e) do presente plano são aplicáveis às edificações que comprovadamente foram construídas de raiz, ou, no caso de construções pré-existentes, objeto de obras de ampliação, em que se verifica ou verificou aumento da área de implantação, posteriormente à entrada em vigor do Decreto-Lei n.º124/2006, de 28 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º17/2009, de 14 de setembro, e, cumulativamente, cumprem as demais regras aplicáveis em matéria urbanísticas, designadamente as constantes no Plano Diretor Municipal e Regulamento Geral das Edificações Urbanas;

6. Para efeitos das alíneas anteriores entende-se por espaços rurais o previsto nas alíneas f) e g) do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º124/2006, de 28 de junho, na sua redação atual.

Por orientação do Coordenador de Prevenção Estrutural (CPE), tendo em conta situações de sobreposição de faixas, a GNR-GIPS, numa situação de auto de contra ordenação efetivamente levanta o mesmo a todas as entidades que estejam envolvidas dentro dos distanciamentos legais a cumprir. Desta forma identificam-se como COD 14 – Partes Comuns, todas as áreas cuja responsabilidade é de várias entidades.

Relativamente a Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustível (MPGC), prevê-se atuar nas manchas de maior perigosidade do concelho, criando mosaicos descontínuos com o objetivo de diminuição do risco de incêndio e também de criar zonas onde o combate possa ser facilitado.

É intuito implementar os MPGC que também estão representados no mapa 5, que no entanto só se conseguirão implementar se houver algum apoio financeiro através de programas comunitários para a sua execução, tal como vem sucedendo, com os mosaicos implementados em zona de ZIF, nomeadamente a ZIF da Boa Memória e a ZIF de Alcobaça e Nazaré Norte.

No dia 20 de junho de 2013, foi proposta a Rede Primária para o distrito de Leiria, pelo ICNF em Reunião da Comissão Distrital de Defesa da Floresta. Esta proposta foi aprovada por unanimidade nessa mesma reunião. No concelho de Alcobaça esta rede estende-se pela Cumeada da Serra dos Candeeiros, e está representada no mapa 5.

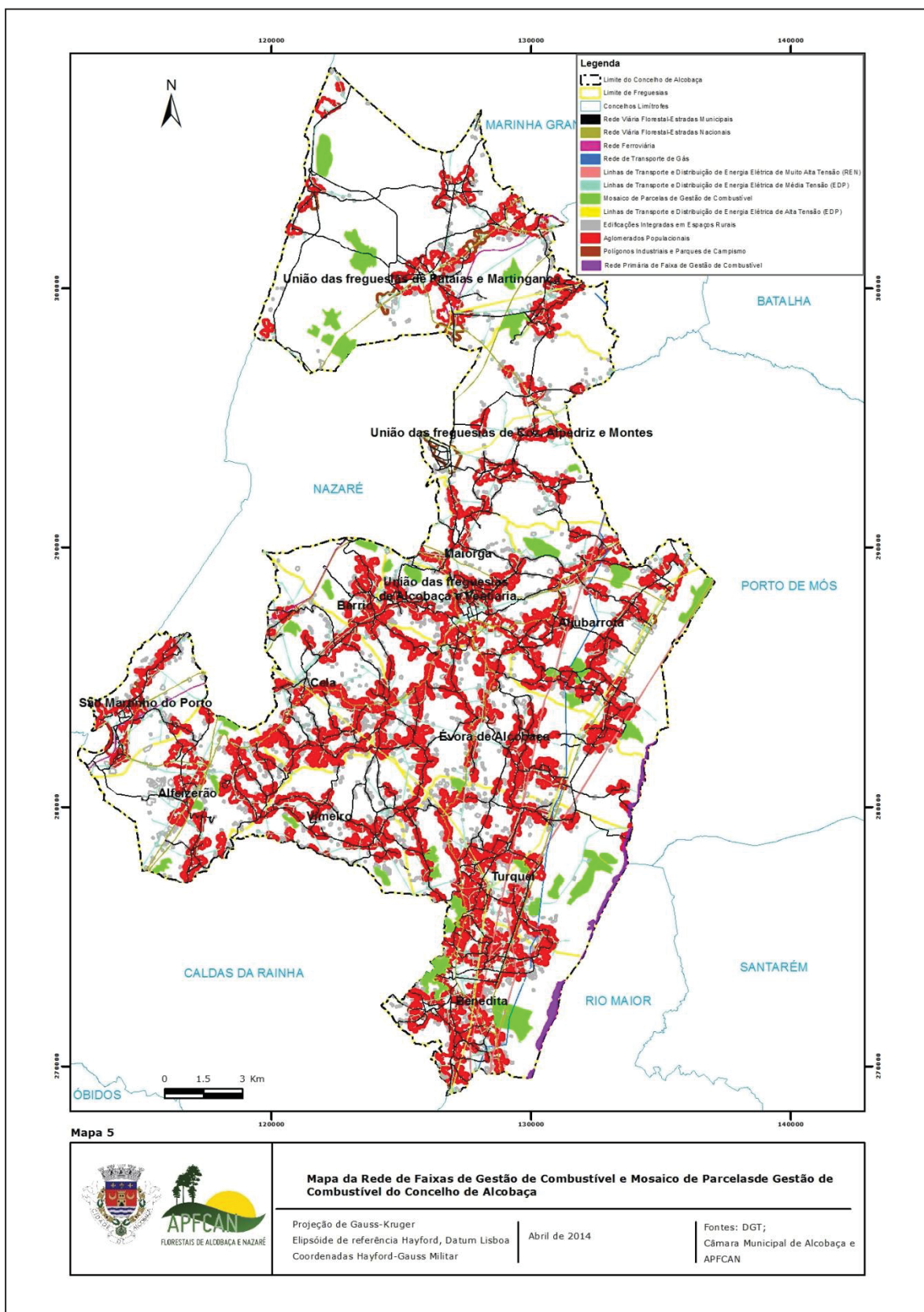


Figura 7 - Mapa da Rede de Faixas de Gestão de Combustível e Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustível

De seguida apresenta-se a distribuição das FGC e MPGC, com intervenção, por tipologia e por Freguesia:

Tabela 10 - Área de FGC E MPGC a intervir por freguesia.

Freguesia	Código da descrição de faixa	Descrição da faixa	Área (ha)
União das Freguesias de Alcobça e Vestiaria	1	Edifícios integrados em espaços rurais	28,29
	2	Aglomerados populacionais	146,63
	4	Rede viária	5,67
	10	Rede elétrica média tensão – MT	5,51
	11	Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustível	37,43
	14	Partes comuns	13,77
	Sub – Total		237,30

Freguesia	Código da descrição de faixa	Descrição da faixa	Área (ha)
Alfeizerão	1	Edifícios integrados em espaços rurais	99,52
	2	Aglomerados populacionais	201,82
	4	Rede viária	13,26
	10	Rede elétrica média tensão – MT	7,11
	11	Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustível	73,58
	14	Partes comuns	17,53
	Sub-Total		412,82

Freguesia	Código da descrição de faixa	Descrição da faixa	Área (ha)
Bárrio	1	Edifícios integrados em espaços rurais	17,60
	2	Aglomerados populacionais	104,81
	4	Rede viária	7,13
	5	Rede Ferroviária	0,75
	10	Rede elétrica média tensão – MT	5,82
	11	Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustível	35,36
	14	Partes comuns	7,92
	Sub-Total		179,39

Freguesia	Código da descrição de faixa	Descrição da faixa	Área (ha)
Benedita	1	Edifícios integrados em espaços rurais	107,52
	2	Aglomerados populacionais	510,38
	4	Rede viária	14,26
	6	Rede Gás	4,87

	7	Rede elétrica em muito alta tensão – MAT	13,44
	8	Rede Primária	81,31
	10	Rede elétrica média tensão – MT	8,62
	11	Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustível	181,59
	13	Rede elétrica em alta tensão	2,878
	14	Partes comuns	98,58
	Sub-Total		1023,448

Freguesia	Código da descrição de faixa	Descrição da faixa	Área (ha)
Cela	1	Edifícios integrados em espaços rurais	58,12
	2	Aglomerados populacionais	188,70
	4	Rede viária	8,82
	5	Rede Ferroviária	0,72
	10	Rede elétrica média tensão – MT	19,79
	11	Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustível	20,56
	13	Rede elétrica em alta tensão	8,56
	14	Partes comuns	25,14
	Sub-Total		330,41

Freguesia	Código da descrição de faixa	Descrição da faixa	Área (ha)
União das Freguesias de Cós, Alpedriz e Montes	1	Edifícios integrados em espaços rurais	108,55
	2	Aglomerados populacionais	214,05
	3	Parques e polígonos industriais	2,14
	4	Rede viária	31,71
	6	Rede Gás	0,52
	7	Rede elétrica em muito alta tensão – MAT	1,75
	10	Rede elétrica média tensão – MT	23,19
	11	Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustível	8,60
	13	Rede elétrica em alta tensão	14,28
	14	Partes comuns	41,08
	Sub-Total		445,87

Freguesia	Código da descrição de faixa	Descrição da faixa	Área (ha)
Évora de Alcobaça	1	Edifícios integrados em espaços rurais	86,42
	2	Aglomerados populacionais	361,85
	3	Parques e polígonos industriais	0
	4	Rede viária	18,47
	6	Rede Gás	4,37

	7	Rede elétrica em muito alta tensão – MAT	16,85
	8	Rede Primária	23,25
	10	Rede elétrica média tensão – MT	29,31
	13	Rede elétrica em alta tensão	11,55
	14	Partes comuns	48,69
	Sub-Total		600,76

Freguesia	Código da descrição de faixa	Descrição da faixa	Área (ha)
Maiorga	1	Edifícios integrados em espaços rurais	35,73
	2	Aglomerados populacionais	113,27
	4	Rede viária	6,92
	10	Rede elétrica média tensão – MT	9,78
	14	Partes comuns	13,55
	Sub-Total		179,25

Freguesia	Código da descrição de faixa	Descrição da faixa	Área (ha)
União das Freguesias de Pataias e Martingança	1	Edifícios integrados em espaços rurais	190,67
	2	Aglomerados populacionais	612,84
	3	Parques e polígonos industriais	0
	4	Rede viária	103,66
	5	Rede ferroviária	9,41
	6	Rede Gás	1,2
	10	Rede elétrica média tensão – MT	33,61
	11	Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustível	364,27
	13	Rede elétrica em alta tensão	11,58
	14	Partes comuns	130,36
	Sub-Total		1 457,60

Freguesia	Código da descrição de faixa	Descrição da faixa	Área (ha)
Aljubarrota	1	Edifícios integrados em espaços rurais	116,77
	2	Aglomerados populacionais	571,18
	3	Parques e polígonos industriais	0
	4	Rede viária	33,91
	6	Rede Gás	7,65
	7	Rede elétrica em muito alta tensão – MAT	36,42
	8	Rede Primária	14,27
	10	Rede elétrica média tensão – MT	21,27

	11	Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustível	231,53
	13	Rede elétrica em alta tensão	10,94
	14	Partes comuns	93,4
	Sub-Total		1 137,34

Freguesia	Código da descrição de faixa	Descrição da faixa	Área (ha)
S. Martinho do Porto	1	Edifícios integrados em espaços rurais	62,24
	2	Aglomerados populacionais	164,32
	3	Parques e polígonos industriais	7,55
	4	Rede viária	5,16
	5	Rede ferroviária	3,18
	10	Rede elétrica média tensão – MT	14,15
	14	Partes comuns	15,76
	Sub-Total		272,36

Freguesia	Código da descrição de faixa	Descrição da faixa	Área (ha)
Turquel	1	Edifícios integrados em espaços rurais	140,52
	2	Aglomerados populacionais	441,83
	4	Rede viária	13,65
	6	Rede Gás	4,16
	7	Rede elétrica em muito alta tensão – MAT	23,04
	8	Rede Primaria	54,34
	10	Rede elétrica média tensão – MT	25,98
	11	Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustível	219,88
	13	Rede elétrica em alta tensão	14,60
	14	Partes comuns	85,41
	Sub-Total		1 023,91

Freguesia	Código da descrição de faixa	Descrição da faixa	Área (ha)
Vimeiro	1	Edifícios integrados em espaços rurais	65,21
	2	Aglomerados populacionais	113,07
	4	Rede viária	9,74
	10	Rede elétrica média tensão – MT	14,82
	11	Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustível	29,63
	13	Rede elétrica em alta tensão	1,65
	14	Partes comuns	13,26
	Sub-Total		247,38

No quadro seguinte apresenta-se a quantificação total das FGC com intervenção e sem intervenção do concelho por tipologia.

Tabela 11 - Área total de FGC e MPGC com intervenção e sem intervenção.

Código	Tipologia	Sem Intervenção (ha)	Com Intervenção (ha)
1	Edifícios integrados em espaços rurais	1880,94	186,75
2	Aglomerados populacionais	6784,79	582,83
3	Parques e polígonos industriais	21,44	0
4	Rede viária	1117,71	37,05
5	Rede ferroviária	25,35	0,72
6	Rede Gás	29,46	1,36
7	Rede elétrica muito alta tensão - MAT	93,39	8,1
8	Rede Primária	0	163,96
10	Rede elétrica média tensão – MT	279,42	39,83
11	Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustível	429,67	756,99
13	Rede elétrica em alta tensão - AT	84,5	0
14	Partes comuns	598,65	151,63
TOTAL		11345,32	1929,22

Como se pode observar, tanto pelo número de hectares como pela representação no mapa, as áreas aqui apresentadas e de cumprimento obrigatório por imperativo legal, estando executadas e sendo mantidas, garantem uma boa área de segurança e eventual zona de ataque, contribuindo para a redução efetiva da área ardida.

4.3.Rede Viária Florestal

A rede viária desempenha um papel fundamental na prevenção e apoio ao combate aos incêndios florestais na medida em que permite uma compartimentação das manchas florestais. Simultaneamente, permite uma deslocação mais célere dos meios de combate, não só à zona de fogo mas também aos pontos de reabastecimento em água, combustível e outros. Permite a circulação de patrulhas de vigilância móvel terrestre em complemento com a rede de vigilância fixa. No mapa 6 está representada a rede viária para o concelho.

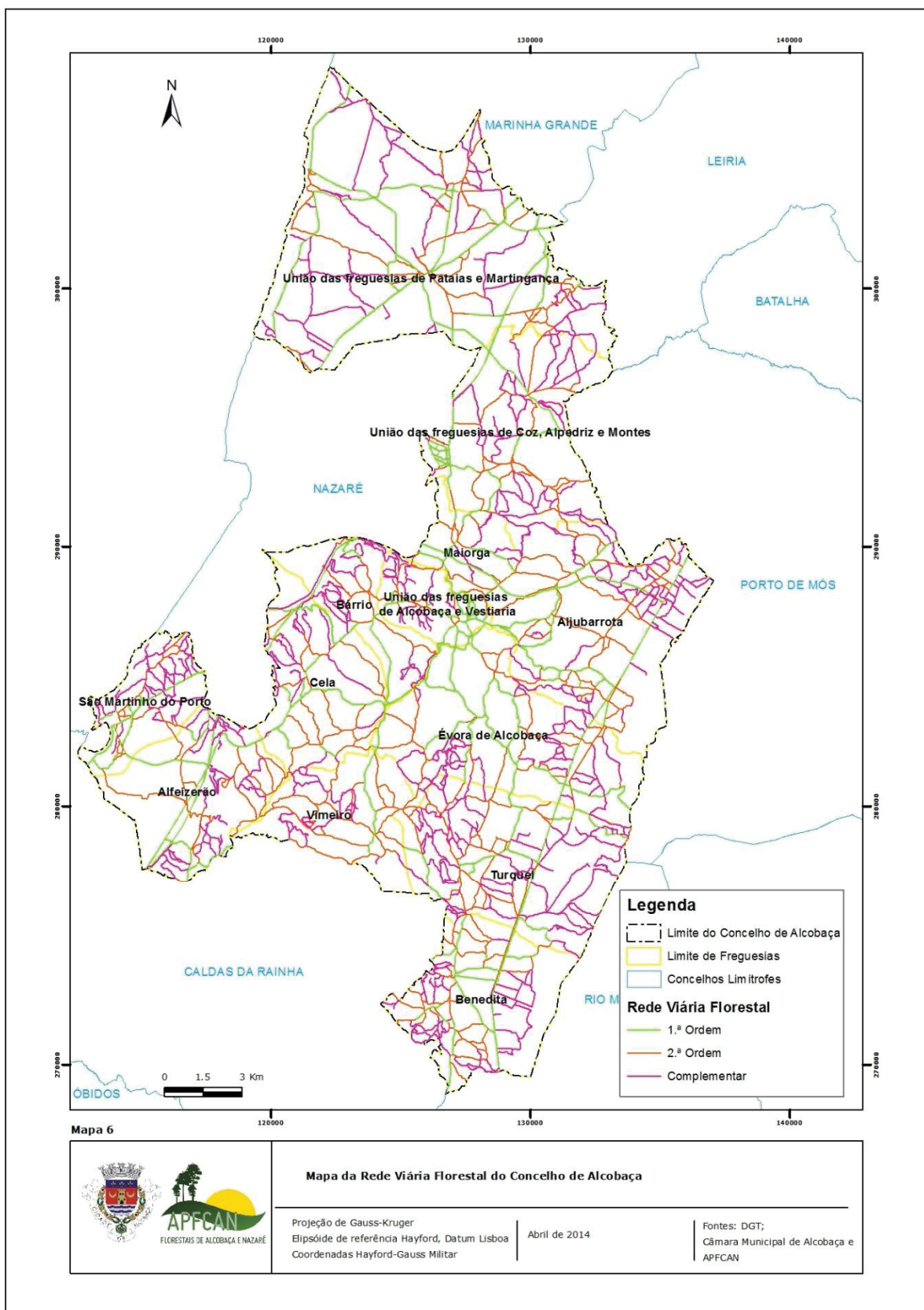


Figura 8 - Mapa da Rede Viária Florestal.

No quadro seguinte indica-se a extensão da Rede Viária Florestal por freguesia. O concelho de Alcobaça totaliza 1 090 Km de rede viária florestal distribuída da seguinte forma, por tipo e por freguesia:

Tabela 12 - Extensão da RVF por freguesia.

Freguesia	Caracterização da RVF	Comprimento (metros)
Alfeizerão	1ª Ordem	24 519
	2ª Ordem	27 334
	Complementar	30 993
	Total	82 846
Aljubarrota	1ª Ordem	31 507
	2ª Ordem	49 753
	Complementar	47 628
	Total	128 888
Bárrio	1ª Ordem	10 041
	2ª Ordem	11 554
	Complementar	24 964
	Total	46 559
Benedita	1ª Ordem	21 210
	2ª Ordem	29 785
	Complementar	36 069
	Total	87 064
Cela	1ª Ordem	19 570
	2ª Ordem	25 421
	Complementar	23 162
	Total	68 153
Évora de Alcobaça	1ª Ordem	35 238
	2ª Ordem	30 672
	Complementar	38 881
	Total	104 791
Maiorga	1ª Ordem	11 627
	2ª Ordem	9 637
	Complementar	7 173
	Total	28 437
São Martinho do Porto	1ª Ordem	12 148
	2ª Ordem	12 995
	Complementar	26 999
	Total	52 142
Turquel	1ª Ordem	20 233
	2ª Ordem	34 830
	Complementar	70 074

	Total	125 137
União das freguesias de Alcobaça e Vestiaria	1ª Ordem	13 442
	2ª Ordem	10 194
	Complementar	14 890
	Total	38 526
União das freguesias de Coz, Alpedriz e Montes	1ª Ordem	24 132
	2ª Ordem	28 239
	Complementar	46 807
	Total	99 178
União das freguesias de Pataias e Martingança	1ª Ordem	56 272
	2ª Ordem	46 735
	Complementar	74 873
	Total	177 880
Vimeiro	1ª Ordem	4 436
	2ª Ordem	29 222
	Complementar	16 787
	Total	50 445

O concelho de Alcobaça apresenta assim uma extensa rede viária, dividida segundo as orientações do guia para a elaboração dos PMDFCI, tal como apresentado no quadro seguinte.

Tabela 13 - Extensão total da RVF por hierarquia.

Rede Viária Florestal do Concelho de Alcobaça	1ª Ordem	284 375 m
	2ª Ordem	346 371 m
	Complementar	459 300 m
	Total	1 090 046 m

De uma forma geral a rede viária florestal apresenta boas condições, tendo os caminhos sido validados com os Comandantes das respetivas Corporações de Bombeiros. Foram identificados alguns caminhos a ser intervencionados, que serão apresentados no capítulo de planeamento de intervenções.

A manutenção dos caminhos será de forma faseada e de acordo com as possibilidades financeiras, tendo em conta o planeamento apresentado neste plano.

As condições da RVF são objeto de avaliação no final/início de cada ano a fim de integrar o POM anual até 15 de Abril, e também dar prioridades às intervenções, e informar o dispositivo de combate.

4.4. Rede de Pontos de Água

A Rede de Pontos de Água (RPA) é um conjunto de estruturas de armazenamento de água, de planos de água acessíveis e de pontos de tomada de água, com funções de apoio ao reabastecimento dos meios de combate aos incêndios.

A disponibilidade de uma rede de pontos de água para o reabastecimento destes meios de combate é, naturalmente, um fator fundamental para o sucesso das operações de combate.

Atualmente, a maior preocupação nesta área, centra-se na necessidade, de em determinadas áreas do concelho, melhorar a disponibilidade de locais que possam ser utilizados pelos meios aéreos.

A Portaria nº 133/2007, de 26 de Janeiro, define as normas técnicas e funcionais relativas à classificação, cadastro e construção dos pontos de água, integrantes das redes regionais de defesa da floresta contra incêndios.

No mapa 7 estão representados os pontos de água mencionados no quadro seguinte.

Tabela 14 - Características dos Pontos de Água.

Freguesia	ID PA	Tipo de PA	Classe do PA	Designação do PA	Quantidade de PA	Volume máximo (m3)
União das Freguesias de Pataias e Martingança	1	Lago	Misto	Lagoa de Pataias	11	40 000
	2	Charca	Aéreo	Pataias Gare		62 832
	3	Charca	Misto	Burinhosa		200 000
	4	Charca	Terrestre	Alva de Pataias		9 922
	14	Tomada de Água	Terrestre	Pedra do Ouro		-
	15	Tomada de Água	Terrestre	Pulvoeira		-
	16	Tomada de Água	Terrestre	Paredes		-
	17	Tomada de Água	Terrestre	Paredes		-
	18	Tomada de Água	Terrestre	Vale Furado		-
	19	Tomada de Água	Terrestre	Vale do Inácio		-
	20	Tomada de Água	Terrestre	Légua		-
Subtotal					11	312 754
União das Freguesias de Coz, Alpedriz e Montes	5	Reservatório DFCI	Misto	DFCI Vale Amieiro	4	120
	6	Charca	Terrestre	Linha Verde		9 450
	12	Charca	Misto	Quinta Iscalhão		26 950
	21	Reservatório DFCI	Terrestre	Casal da Areia		-
Subtotal					4	36 520
Vimeiro	7	Charca	Misto	Lagoa Vimeiro	3	5 312
	13	Charca	Misto	Acipreste (Maías)		-
	22	Charca	Aéreo	Quinta da Mata		-
Subtotal					3	5 312
Turquel	8	Charca	Terrestre	Casal da Lagoa	2	3 770
	26	Reservatório DFCI	Misto	Vale Ventos (a construir)		-
Subtotal					2	3 770
Benedita	9	Charca	Terrestre	Lagoa Casal Marinha	2	1 060
	10	Charca	Terrestre	Pinheiro		1 060
Subtotal					2	2 120
Évora de Alcobça	11	Lago	Misto	Parque Monges	1	33 828
Subtotal					1	33 828
Aljubarrota	23	Reservatório DFCI	Misto	Pedreira Solancis	1	-
Subtotal					1	-
Alfeizerão	24	Charca	Aéreo	Palhagal	2	-
	25	Charca	Aéreo	Pinhal do Arraial		-
Subtotal					2	-
Total					30	394 304

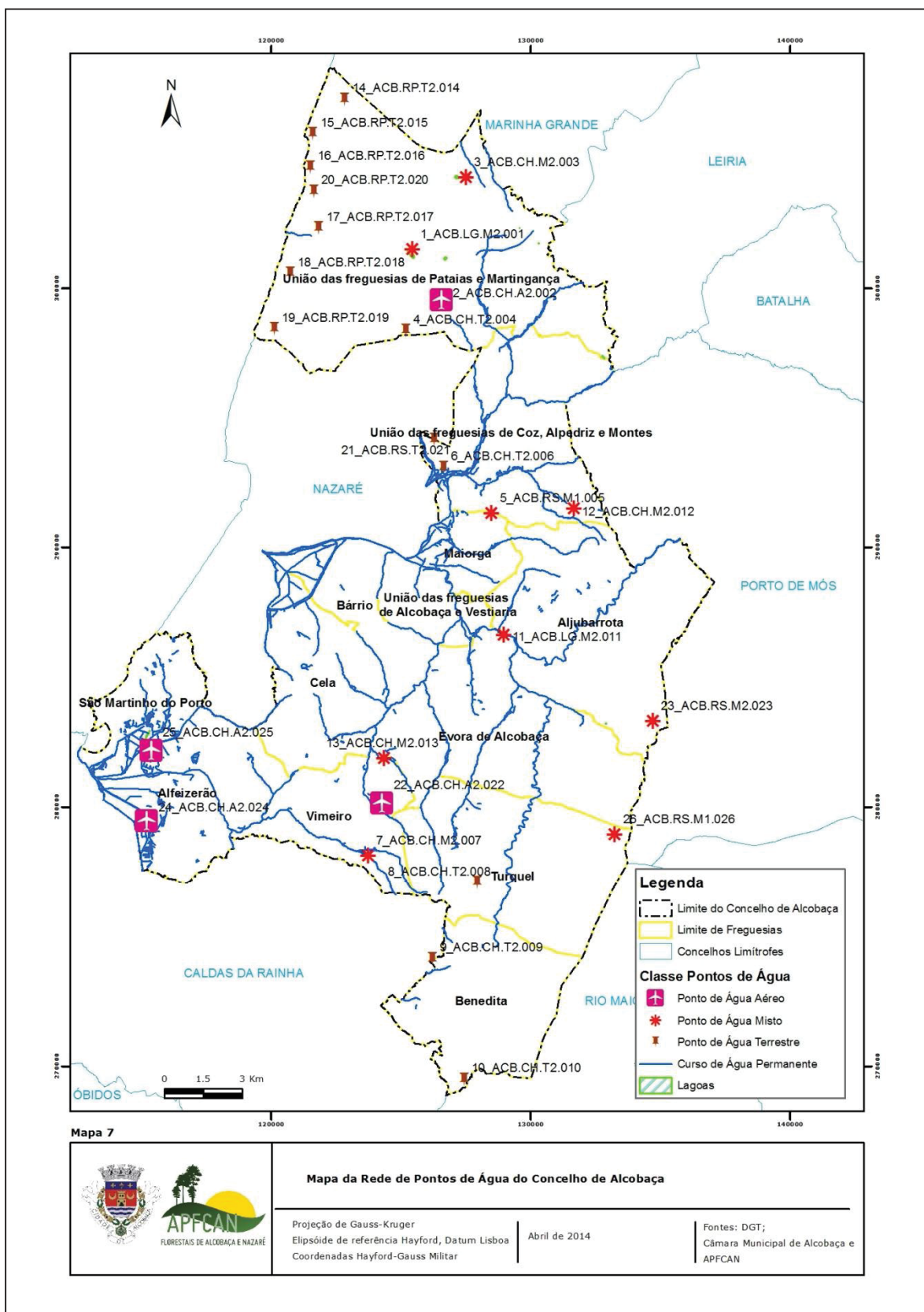


Figura 9 - Mapa da Rede de Pontos de Água.

Embora haja a presença dos Pontos de Água atrás mencionados e representados, as várias entidades envolvidas na CMDFCI juntamente com a Autoridade Nacional de Proteção Civil entendeu ser relevante e prioritário a intervenção ao nível da Rede de Pontos de Água, com a construção de um ponto de água numa propriedade da Camara Municipal de Alcobaça, localizada no lugar de Casal de Vale Ventos, freguesia de Turquel, junto aos depósitos de água existentes (ID_PA 26). Assim, pretende-se construir um Ponto de Água com características que permitam o abastecimento de meios terrestres e aéreos até à dimensão dos aparelhos Kamov. Esta pretensão só será possível de executar com o apoio de fundos comunitários, a candidatura já foi executada mas até ao momento ainda está em análise.

Na tabela seguinte apresentam-se em quadro a validação dos Pontos de Água com e sem necessidade de intervenção.

Tabela 15 - Caraterísticas dos Pontos de Água.

Freguesia	Pontos de Água com e sem necessidade de intervenção					
	ID P.A.	Tipo de P.A.	Classe do P.A.	Designação do P.A.	P.A. com necessidade de intervenção	P.A. sem necessidade de intervenção
União das freguesias de Pataias e Martingança	1	Lago	Misto	Lagoa de Pataias		✓
	2	Charca	Aéreo	Pataias Gare		✓
	3	Charca	Misto	Burinhosa	✓	
	4	Charca	Terrestre	Alva de Pataias		✓
	14	Tomada de água	Terrestre	Pedra do Ouro		✓
	15	Tomada de água	Terrestre	Pulvoeira		✓
	16	Tomada de água	Terrestre	Paredes		✓
	17	Tomada de água	Terrestre	Paredes		✓
	18	Tomada de água	Terrestre	Vale Furado		✓
	19	Tomada de água	Terrestre	Vale do Inácio		✓
	20	Tomada de água	Terrestre	Légua		✓
União das freguesias de Coz, Alpedriz e Montes	5	Reservatório DFCI	Misto	DFCI Vale Amieiro	✓	
	6	Charca	Terrestre	Linha Verde	✓	
	12	Charca	Misto	Quinta Iscalhão	✓	
	21	Reservatório DFCI	Terrestre	Casal da Areia	✓	

Vimeiro	7	Charca	Misto	Lagoa Vimeiro	✓	
	13	Charca	Misto	Acipreste (Maías)	✓	
	22	Charca	Aéreo	Quinta da Mata	✓	
Turquel	8	Charca	Terrestre	Casal da Lagoa	✓	
	26	Reservatório DFCI	Misto	Vale Ventos (em fase de aprovação de candidatura)	✓	
Benedita	9	Charca	Terrestre	Lagoa Casal da Marinha (concelho Caldas da Rainha)	✓	
	10	Charca	Terrestre	Pinheiro	✓	
Évora de Alcobça	11	Lago	Misto	Parque dos Monges	✓	
Aljubarrota	23	Reservatório DFCI	Misto	Pedreira Solancis	✓	
Alfeizerão	24	Charca	Aéreo	Palhagal		✓
	25	Charca	Aéreo	Pinhal do Arraial		✓

4.5.Planeamento das ações referentes ao 1º Eixo Estratégico

Relativamente aos meios de execução disponíveis para a concretização do planeamento abaixo descrito, tal como é solicitado no guia de elaboração dos PMDFCI, é impossível indicar nesta fase de planeamento qual vai ser o utilizado, tanto que muitas das entidades com responsabilidade de execução não nos comunicaram essa informação. Sabemos no entanto, pela experiencia de anos passados, que usualmente são usados alguns meios próprios e principalmente contratação de serviços a prestadores dos mesmos.

Ao nível das intervenções da responsabilidade da autarquia serão utilizados meios próprios, equipas de sapadores florestais da APFCAN, prestadores de serviços conforme contratação, alguns meios disponibilizados por Juntas de Freguesia, consoante as disponibilidades de recursos humanos e financeiras a afetar a cada intervenção.

Ao nível dos proprietários florestais, estes tem tido o acompanhamento das Associações Florestais, tanto em limpezas de propriedades privadas como no

desenvolvimento de projetos agrupados tais como os elaborados pela APFCAN para as áreas de ZIF.

Relativamente aos meios de financiamento previstos para a concretização das propostas de planeamento, o que está previsto é recorrer ao apoio financeiro de candidaturas a apresentar aos Planos de Desenvolvimento Rural 2014-2020 ou outros que se mostrem adequados.

4.6.Rede de Faixas de Gestão de Combustível e Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustível

4.6.1.Rede de Faixas de Gestão de Combustível – FGC

Nos Mapas 8, 9, 10, 11 e 12, em anexo, estão representadas as faixas e mosaicos de parcelas de gestão de combustível previsto executar segundo as orientações mencionadas do decreto-lei nº17/2009, de 14 de Janeiro, por anos de intervenção. Assim, estão previstas as Faixas de Gestão de Combustível (FGC) secundárias já descritas anteriormente:

- FGC de 100m em redor dos aglomerados e polígonos industriais;
- 50m em volta das habitações isoladas;
- 10m nas áreas adjacentes à rede viária, rede ferroviária e rede elétrica de alta e muito alta tensão;
- 7m nas áreas adjacentes à rede elétrica de média tensão.

A implementação das Faixas de Gestão de Combustível (FGC) e Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustível (MPGC), dependem de vários fatores principalmente da disponibilidade financeira que podem por em causa a sua execução. A responsabilidade dos vários tipos de FGC e MPGC aqui presentes são de entidades diferentes, tais como, Refer, Eletricidade de Portugal, REN, Autarquia e proprietários privados. Como tal, uma grande parte das intervenções previstas, nomeadamente ao nível dos MPGC, só se conseguirá implementar se for possível executar candidaturas

ao PRODER ou futuramente ao programa substituto, PDR. A adesão por parte dos proprietários dos terrenos também poderá condicionar alguma execução.

A realização desta ação será efetuada por vários agentes, nomeadamente o Município, a REN, a EDP, a REFER, as entidades gestoras dos parques de campismos e dos polígonos industriais.

A representação em mapas pelo responsável de execução das mesmas (tal como aconselhado pelo guia), acaba por gerar mapas que não são facilmente legíveis. Embora já se tenha referenciado o suficientemente neste plano quem são os responsáveis de execução das FGC, e também esteja definido no Decreto-lei nº 17/2009, indicam-se na tabela seguinte os mesmos.

Tabela 16 - Responsáveis pela execução das FGC e MPGC.

Tipo de FGC e Código	Responsável pela execução
Cod. 1 - FGC Edificações em espaço rural	Os proprietários dos terrenos incluídos
Cod. 2 – FGC Aglomerados Populacionais	Os proprietários dos terrenos incluídos
Cod. 3 – FGC Polígonos Industriais e Equipamentos Florestais de Recreio	Entidade gestora do polígono ou equipamento ou na sua inexistência o Município
Cod. 4 – FGC Rede Viária Florestal	Rede viária Nacional – Estradas de Portugal Rede viária municipal - Município
Cod. 5 – FGC Rede Ferroviária	REFER
Cod. 6 – FGC Rede Transporte de Gás	GALP
Cod. 7 – FGC Rede energia elétrica muito Alta Tensão	REN – Rede Elétrica Nacional
Cod. 8 – FGC Rede primária	Instituto da Conservação da Natureza e Florestas
Cod. 10 e 13 - FGC Rede energia elétrica Alta e Media Tensão	EDP – Eletricidade de Portugal
Cod. 11 – Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustível	Os proprietários dos terrenos incluídos
Cod. 14 – Partes comuns	Várias entidades

Em termos de DFCI, é fundamental a intervenção em todas as faixas de gestão de combustível. No entanto, a prioridade deve ser dada às faixas de gestão em torno dos aglomerados populacionais, de forma a proteger pessoas e bens e, também, às faixas em torno da rede viária mais utilizada, uma vez que é nestas zonas que existe maior suscetibilidade em termos de ignição.

A Intervenção das parcelas inseridas nas faixas delimitadas, será sempre seletiva, evitando cortar as plantas e árvores consideradas de interesse ou que estejam protegidas por lei. Sempre que existam árvores muito ramificadas deverá ser realizada uma desramação até pelo menos metade da árvore ou até 4 metros de altura, de forma a favorecer a descontinuidade horizontal de combustível.

Serão utilizados meios mecânicos, considerando-se para o efeito o recurso a um trator equipado com um corta mato de facas ou corrente. Prevê-se uma primeira passagem em que é cortado e triturado grande parte do mato. Posteriormente, é realizada uma passagem moto manual com recurso a motorroçadoras, para eliminar o mato que fica próximo de muros, habitações ou árvores onde o trator não consegue chegar.

Relativamente à calendarização das operações foram consultadas as entidades responsáveis pela sua execução, no entanto devido à falta de resposta em tempo oportuno para a execução do presente plano, teve de ser estabelecer uma estratégia para a sua planificação. Assim, teve-se em conta;

- Os ventos dominantes;
- A carta de combustíveis;
- A carta de Perigosidade;
- A razoabilidade e eficácia de execução das ações.

Nos quadros seguintes apresenta-se de acordo com os mapas 8, 9, 10, 11 e 12, em anexo, a distribuição das áreas com intervenção (estando a área sem intervenção já indicada anteriormente) relativamente às FGC e MPGC, por anos de vigência do plano e por tipo/código de FGC.

Tabela 17 - Distribuição das FGC com intervenção por anos.

Freguesia	Código da descrição da faixa/mosaico	Descrição da faixa/mosaico	Unidades	Ano de execução					Total
				2015	2016	2017	2018	2019	
União das Freguesias de Alcobaça e Vestiaria	1	Edifícios integrados em espaços rurais	ha	1,03	10,89	16,37			28,29
	2	Aglomerados populacionais	ha		118,22	28,41			146,63
	4	Rede viária	ha		3,16	2,51			5,67
	10	Rede elétrica MT	ha	0,01	2,73	2,77			5,51
	11	Mosaicos PGC	ha			37,43			37,43
	14	Partes comuns	ha	0,1	8,04	5,63			13,77
	Sub-total (ha)								237,30
Alfeizerão	1	Edifícios integrados em espaços rurais	ha	17,38	20,64	60,89	0,61		99,52
	2	Aglomerados populacionais	ha	67,2		129,97	0,59	4,06	201,82
	4	Rede viária	ha	3,71	1,18	8,37			13,26
	10	Rede elétrica MT	ha	4,14	2,94		0,03		7,11
	11	Mosaicos PGC	ha			15,82	57,76		73,58
	14	Partes comuns	ha	6,65	0,41	9,23	0,93	0,31	17,53
	Sub-total (ha)								412,82
Bárrio	1	Edifícios integrados em espaços rurais	ha	3,27		11,18	3,15		17,6
	2	Aglomerados populacionais	ha	14,93		69,25	20,63		104,81
	4	Rede viária	ha	1,2		5,46	0,47		7,13
	5	Rede Ferroviária	ha			0,75			0,75
	10	Rede elétrica MT	ha	0,56		3,58	1,68		5,82
	11	Mosaicos PGC	ha			35,36			35,36
	14	Partes comuns	ha	0,02		7,08	0,82		7,92
	Sub-total (ha)								179,39
Benedita	1	Edifícios integrados em espaços rurais	ha	16,09	19,23	7,99	23,61	40,6	107,52
	2	Aglomerados populacionais	ha	62,22	128,57	81,15	59,34	179,1	510,38
	4	Rede viária	ha	2,33	1,94	1,59	1,59	6,81	14,26
	6	Rede Gás	ha				2,17	2,7	4,87
	7	Rede elétrica MAT	ha	0,01	1,89	2,08	3,91	5,55	13,44
	8	Rede Primária	ha	78,23				3,08	81,31
	10	Rede elétrica MT	ha	0,54	2,78	4,79	0,51		8,62
	11	Mosaicos PGC	ha	181,59					181,59
	13	Rede elétrica em AT	ha		0,368	1,06		1,45	2,878
	14	Partes comuns		40,67	13,43	17,99	5,49	21	98,58
	Sub-total (ha)								1 023,448

Freguesia	Código da descrição da faixa/mosaico	Descrição da faixa/mosaico	Unidades	Ano de execução					Total
				2015	2016	2017	2018	2019	
Cela	1	Edifícios integrados em espaços rurais	ha	11,19		11,47	20,56	14,9	58,12
	2	Aglomerados populacionais	ha	8,37		41,23	89,36	49,74	188,7
	4	Rede viária	ha	1,97		2,44	2,08	2,33	8,82
	5	Rede Ferroviária	ha	0,72					0,72
	10	Rede elétrica MT	ha	1,23		4,05	6,87	7,64	19,79
	11	Mosaicos PGC	ha			20,56			20,56
	13	Rede elétrica em AT	ha				5,98	2,58	8,56
	14	Partes comuns	ha	0,84		5,77	11,67	6,86	25,14
	Sub-total (ha)								330,41
União das Freguesias de Coz, Alpedriz e Montes	1	Edifícios integrados em espaços rurais	ha	3,84	17,93	19,56	36,1	31,12	108,55
	2	Aglomerados populacionais	ha	23,61	24,52	40,20	60,42	65,30	214,05
	3	Parques e polígonos industriais	ha			2,14			2,14
	4	Rede viária	ha	1,79	4,81		11,81	13,3	31,71
	6	Rede Gás	ha	0,52					0,52
	7	Rede elétrica em MAT	ha	1,75					1,75
	10	Rede elétrica MT	ha	2,95	2,4	0,29	6,9	10,65	23,19
	11	Mosaicos PGC	ha		8,59		0,01		8,6
	13	Rede elétrica em AT	ha		4,43				14,28
	14	Partes comuns	ha	2,09	25,13	0,17	6,67	7,02	41,08
	Sub-total (ha)								445,87
Évora de Alcobaça	1	Edifícios integrados em espaços rurais	ha	33,91	12,44	0,63	8,58	30,86	86,42
	2	Aglomerados populacionais	ha	147,47	59,84	0,75	35,1	118,69	361,85
	3	Parques e polígonos industriais	ha						0
	4	Rede viária	ha	8,61	5,33	0,09	1,7	2,74	18,47
	6	Rede Gás	ha					4,37	4,37
	7	Rede elétrica MAT	ha	1,72	8,69			6,44	16,85
	8	Rede Primária	ha	23,25					23,25
	10	Rede elétrica MT	ha	9,32	4,86	0,24	11,3	3,59	29,31
	13	Rede elétrica em AT	ha		6,03		3,95	1,57	11,55
	14	Partes comuns	ha	20,64	7,45	0,12	7,69	12,79	48,69
	Sub-total (ha)								600,76
Maiorga	1	Edifícios integrados em espaços rurais	ha	16,47	10,19			9,07	35,73
	2	Aglomerados populacionais	ha	41,45	39,19			32,63	113,27
	4	Rede viária	ha	3,01	2,83			1,08	6,92
	10	Rede elétrica MT	ha	3,57	4,24			1,97	9,78
	14	Partes comuns	ha	3,23	8,46			1,86	13,55

	Sub-total (ha)	179,25
--	----------------	--------

Freguesia	Código da descrição da faixa/mosaico	Descrição da faixa/mosaico	Unidades	Ano de execução					Total
				2015	2016	2017	2018	2019	
União das Freguesias de Pataias e Martingança	1	Edifícios integrados em espaços rurais	ha	23,48	12,25	51,62	97,43	5,89	190,67
	2	Aglomerados populacionais	ha	18,63	95,01	184,93	285,11	29,16	612,84
	3	Parques e polígonos industriais	ha						0
	4	Rede viária	ha	3,25	67,46	13,45	19,5		103,66
	5	Rede Ferroviária	ha			9,3	0,11		9,41
	6	Rede Gás	ha		1,19	0,01			1,2
	10	Rede elétrica MT	ha	0,48	14,16	11,32	6,88	0,77	33,61
	11	Mosaicos PGC	ha	364,22			0,05		364,27
	13	Rede elétrica em AT	ha		0,95	0,53	10,1		11,58
	14	Partes comuns	ha	34,95	17,78	53,47	23,36	0,8	130,36
	Sub-total (ha)								1457,60
Aljubarrota	1	Edifícios integrados em espaços rurais	ha	18,36	26,68	23,58	10,19	37,96	116,77
	2	Aglomerados populacionais	ha	41,89	114,56	99,86	145,4	169,47	571,18
	3	Parques e polígonos industriais	ha						0
	4	Rede viária	ha	2,82	10,48	8,37	4,32	7,92	33,91
	6	Rede Gás	ha	0,84		5,29		1,52	7,65
	7	Rede elétrica em MAT	ha	4,62	4,95	14,4	9,08	3,37	36,42
	8	Rede Primária	ha	8,13		6,14			14,27
	10	Rede elétrica MT	ha	3,01	10,2		3,81	4,25	21,27
	11	Mosaicos PGC	ha		158,63			72,9	231,53
	13	Rede elétrica em AT	ha		5,42	5,52			10,94
	14	Partes comuns	ha	9,75	23,73	16,45	9,05	34,42	93,4
	Sub-total (ha)								1137,34
S. Martinho do Porto	1	Edifícios integrados em espaços rurais	ha		24,29	37,95			62,24
	2	Aglomerados populacionais	ha		94,19	70,13			164,32
	3	Parques e polígonos industriais	ha			7,55			7,55
	4	Rede viária	ha		5,16				5,16
	5	Rede Ferroviária	ha		0,38	2,8			3,18
	10	Rede elétrica MT	ha		6,77	7,38			14,15
	14	Partes comuns	ha		12,58	3,18			15,76
	Sub-total (ha)								272,36

Freguesia	Código da descrição da faixa/mosaico	Descrição da faixa/mosaico	Unidades	Ano de execução					Total
				2015	2016	2017	2018	2019	
Turquel	1	Edifícios integrados em espaços rurais	ha	26,13	33,04	2,68	11,86	66,81	140,52
	2	Aglomerados populacionais	ha	87,09	136,35	3,52	51,66	163,21	441,83
	4	Rede viária	ha	5,72	2,03	0,5	0,92	4,48	13,65
	6	Rede Gás	ha				1,13	3,53	4,66
	7	Rede elétrica MAT	ha		9,98			13,06	23,04
	8	Rede Primaria	ha	54,34					54,34
	10	Rede elétrica MT	ha	10,52	6,49	1,25	1,07	6,65	25,98
	11	Mosaicos PGC	ha	211,16				8,72	219,88
	13	Rede elétrica em AT	ha		8,77			5,83	14,60
	14	Partes comuns	ha	27,26	25,7		3,99	28,46	85,41
	Sub-total (ha)								
Vimeiro	1	Edifícios integrados em espaços rurais	ha	15,58		45,62	4,01		65,21
	2	Aglomerados populacionais	ha	69,92		43,15			113,07
	4	Rede viária	ha	2,58		6,36	0,8		9,74
	10	Rede elétrica MT	ha	3,49		11,02	0,31		14,82
	11	Mosaicos PGC	ha				29,63		29,63
	13	Rede elétrica em AT	ha				1,65		1,65
	14	Partes comuns	ha	5,38		6,72	1,16		13,26
	Sub-total (ha)								
Total									7.547,838

Metas e Indicadores da execução das Faixas de Gestão de Combustível

Tabela 18 - Metas e Indicadores das FGC.

Código da descrição da faixa/mosaico	Descrição da faixa/mosaico	Responsáveis	Unidades	Ano de execução				
				2015	2016	2017	2018	2019
1	Edifícios integrados em espaços rurais	Proprietários	ha	16,71%	16,79%	25,92%	19,34%	21,23%
2	Aglomerados populacionais		ha	15,56%	21,64%	21,16%	19,96%	21,67%
3	Parques e polígonos industriais	Entidade gestora	ha	0,00%	0,00%	100%	0,00%	0,00%
4	Rede viária	Estradas de Portugal Município	ha	13,58%	38,32%	18,04%	15,86%	14,19%
5	Rede Ferroviária	REFER	ha	5,12%	2,70%	91,39%	0,78%	0,00%
6	Rede Gás	GALP	ha	5,84%	5,11%	22,78%	14,18%	52,08%
7	Rede elétrica MAT	REN	ha	8,85%	27,88%	18,01%	14,20%	31,06%
8	Rede Primaria	ICNF	ha	94,68%	0,00%	3,55%	0,00%	1,78%
10	Rede elétrica MT	EDP	ha	18,19%	26,29%	21,32%	17,98%	16,22%
11	Mosaicos PGC	Proprietários	ha	62,95%	13,91%	9,08%	7,27%	6,79%
13	Rede elétrica em AT	EDP	ha	0,00%	34,15%	9,35%	28,51%	27,99%
14	Partes comuns	Vários	ha	25,08%	23,61%	20,81%	11,71%	18,78%

Orçamentação

Tendo em conta os valores praticados pelo mercado, os valores da Comissão de Acompanhamento das Operações Florestais, CAOF, é feito um planeamento em termos de orçamentos. Estes valores servem apenas como uma estimativa do custo que poderão ter a execução dos trabalhos.

Tabela 19 - Orçamentação das FGC.

Código da descrição da faixa/mosaico	Descrição da faixa/mosaico	Responsáveis	Ano de execução				
			2015	2016	2017	2018	2019
1	Edifícios integrados em espaços rurais	Proprietários	196.066,50 €	206.338,00 €	332.971,00 €	248.515,00 €	272.791,50 €
2	Aglomerados populacionais		611.919,00 €	850.972,50 €	832.177,50 €	784.990,50 €	851.928,00 €
3	Parques e polígonos industriais	Entidade gestora	0 €	0 €	10.174,50 €	0 €	0 €
4	Rede viária	Estradas de Portugal Município	38.839,50 €	109.599,00 €	51.597,00 €	45.349,50 €	40.593,00 €
5	Rede Ferroviária	REFER	756,00 €	399,00 €	13.492,50 €	115,50 €	0,00 €
6	Rede Gás	GALP	1.428,00 €	1.249,50 €	5.565,00 €	3.465,00 €	12.726,00 €
7	Rede elétrica MAT	REN	8.505,00 €	26.785,00 €	17.304,50 €	13.639,50 €	29.841,00 €
8	Rede Primaria	ICNF	172.147,50 €	0 €	6.447,00 €	0 €	3.234,00 €
10	Rede elétrica MT	EDP	41.811,00 €	60.448,50 €	49.024,50 €	41.328,00 €	37.296,00 €
11	Mosaicos PGC	Proprietários	794.818,50 €	175.581,00 €	114.628,50 €	91.822,50 €	85.701,00 €
13	Rede elétrica em AT	EDP	0 €	27.266,40 €	7.465,50 €	22.764,00 €	22.344,00 €
14	Partes comuns	Vários	159.159,00 €	149.845,50 €	132.100,50 €	74.371,50 €	119.196,00 €
TOTAL			1.866.291,00 €	1.458.639,40 €	1.440.847,00 €	1.251.989,50 €	1.356.454,50 €

4.7. Rede Viária Florestal

Toda a rede viária florestal levantada com a presença dos Comandantes das respetivas Corporações de Bombeiros, tendo sido avaliada e todos os troços identificados para beneficiação aparecem na tabela seguinte com o seu planeamento. Considera-se que este levantamento não é exaustivo, havendo mais caminhos possíveis de serem utilizados, no entanto, nem todos poderão ser melhorados/beneficiados, assim se até ao fim deste plano houver necessidade serão alterados alguns caminhos em detrimento de outros se assim for determinado pela CMDF.

Devido à necessidade de intervenção prioritária a maior parte está prevista para execução logo nos primeiros anos de modo a ficar disponível para utilização. No entanto estas intervenções estão sempre sujeitas à disponibilidade financeira da autarquia, sendo previsível recorrer a apoio financeiro para a execução da maior parte, condicionado sempre à possibilidade ou não de elegibilidade deste tipo de apoios pelas novas candidaturas ao quadro 2014-2020.

Tabela 20 - Distribuição da RVF com intervenção por anos.

Freguesias	Classe das Vias da RVF	Anos de Intervenção				Total
		2016	2017	2018	2019	
Alfeizerão	Complementar	6.94			2.35	9.29
Aljubarrota	Complementar	3.17		3.74		6.91
Bárrio	Complementar	3.50			3.67	7.17
Benedita	Complementar	0.73	6.62			7.35
Cela	Complementar	1.02			3.38	4.40
Évora de Alcobça	Complementar	7.10				7.10
Maiorga	Complementar	0.56				0.56
Turquel	Complementar	21.73			8.85	30.58
União das freguesias de Alcobça e Vestiaria	2ª Ordem	0.27				0.27
	Complementar	1.97			2.27	4.25
União das freguesias de Coz, Alpedriz e Montes	Complementar	1.30		3.66		4.96
Vimeiro	Complementar	6.37				6.37
Total		54.66	6.62	7.39	20.53	89.20

Metas e Indicadores

Tabela 21 - Metas e indicadores da RVF.

Descrição	Classificação	Responsáveis	Unidades	Anos de Intervenção			
				2015	2016	2017	2018
Rede Viária Florestal	2ª Ordem e Complementar	Município	Km	61,28%	7,42%	8,28%	23,02%

Orçamentação

Tabela 22 - Orçamentação da RVF.

Descrição	Classificação	Responsáveis	Anos de Intervenção				
			2015	2016	2017	2018	2019
Rede Viária Florestal	2ª Ordem e Complementar	Município	–	90.189,00 €	10.923,00 €	12.193,50 €	33.874,50 €

Tal como dita anteriormente a orçamentação é baseada nos valores praticados pelo mercado e nos valores da Comissão de Acompanhamento das Operações Florestais, CAO F. Estes valores servem apenas como uma estimativa do custo que poderão ter a execução dos trabalhos.

4.8. Rede de Pontos de Água

Ao nível do planeamento das ações a levar a cabo para operacionalização dos pontos de água inoperacionais apresenta-se de seguida a calendarização das intervenções, prevendo também ao longo do quinquénio algumas despesas de manutenção para os pontos de água para que estes continuem operacionais, sendo que, estas despesas também estarão sempre dependentes da disponibilidade financeira da autarquia sendo no entanto, sempre que assim seja possível, integradas em candidaturas aos programas de apoios financeiros.

Tabela 23 - Distribuição da RPA com intervenção por anos.

Designação Ponto de Água	ID Ponto de Água	Classe Ponto de Água	Anos de Intervenção		
			2015	2016	2019
Vale ventos – a construir	26	M	X		
Casal da Lagoa	8	T		X	
Lagoa Casal Marinha	9	T		X	
Alva de Pataias	4	T			X

Orçamentação

Tabela 24 - Orçamentação da RPA.

Designação Ponto de Água	ID Ponto de Água	Classe Ponto de Água	Anos de Intervenção				
			2015	2016	2017	2018	2019
Vale ventos – a construir	26	M	61.835,00 €				
Casal da Lagoa	8	T		15.350,00 €			
Lagoa Casal Marinha	9	T		15.500,00 €			
Alva de Pataias	4	T					17.250,00 €
Manutenção dos Pontos de Água	Todos	A e T		5.000,00 €	5.000,00 €	5.000,00 €	5.000,00 €

4.9. Apresentação de Resultados Globais

Tabela 25 - Metas e Indicadores Globais.

F.G.C. (Código)	Responsáveis	Metas e indicadores - Ano de execução				
		2015	2016	2017	2018	2019
1	Proprietários	16,71%	16,79%	25,92%	19,34%	21,23%
2		15,56%	21,64%	21,16%	19,96%	21,67%
3	Entidade Gestora	0,00%	0,00%	100%	0,00%	0,00%
4	Estradas de Portugal, Município	13,58%	38,32%	18,04%	15,86%	14,19%
5	REFER	5,12%	2,70%	91,39%	0,78%	0,00%
6	GALP	5,84%	5,11%	22,78%	14,18%	52,08%
7	REN	8,85%	27,88%	18,01%	14,20%	31,06%
8	ICNF	94,68%	0,00%	3,55%	0,00%	1,78%
10	EDP	18,19%	26,29%	21,32%	17,98%	16,22%
11	Proprietários	62,95%	13,91%	9,08%	7,27%	6,79%
13	EDP	0,00%	34,15%	9,35%	28,51%	27,99%
14	Partes comuns	25,08%	23,61%	20,81%	11,71	18,78%
R.V.F.	Responsáveis	2015	2016	2017	2018	2019
1.ªOrdem	Proprietários Município	—	—	—	—	—
2.ªOrdem		—	61,28%	7,42%	8,28%	23,02%
Complementar						
R.P.A. (I.D.)	Responsáveis	2015	2016	2017	2018	2019
Misto - 1	Município	-	-	-	-	-
Aéreo - 2	Município	-	-	-	-	-
Misto - 3	Município	-	-	-	-	-
Terrestre - 4	Município	-	-	-	-	√
Terrestre - 14	Município	-	-	-	-	-
Terrestre - 15	Município	-	-	-	-	-
Terrestre - 16	Município	-	-	-	-	-
Terrestre - 17	Município	-	-	-	-	-
Terrestre - 18	Município	-	-	-	-	-
Terrestre - 19	Município	-	-	-	-	-
Terrestre - 20	Município	-	-	-	-	-
Misto - 5	Município	-	-	-	-	-
Terrestre - 6	Proprietários	-	-	-	-	-
Misto - 12	Proprietários	-	-	-	-	-
Terrestre - 21	Município	-	-	-	-	-
Misto - 7	Município	-	-	-	-	-
Misto - 13	Proprietários	-	-	-	-	-
Aéreo - 22	Proprietários	-	-	-	-	-
Terrestre - 8	Proprietários	-	√	-	-	-

Misto - 26	Município	√	-	-	-	-
Terrestre - 9	Município	-	-	-	-	-
Terrestre - 10	Município	-	-	-	-	-
Misto - 11	Proprietários	-	-	-	-	-
Misto - 23	Proprietários	-	-	-	-	-
Aéreo - 24	Proprietários	-	-	-	-	-
Aéreo - 25	Proprietário	-	-	-	-	-

Tabela 26 - Orçamento e responsáveis.

F.G.C.	Responsáveis	Orçamento - Ano de execução				
		2015	2016	2017	2018	2019
Manutenção da F.G.C.	Proprietários e Entidades	1.866.291,00€	1.458.639,40€	1.440.847,00€	1.251.989,50€	1.356.454,50€
Total						
R. V. F.	Responsáveis	2015	2016	2017	2018	2019
Manutenção da R.V.F.	Proprietários Município	—	90.189,00€	10.923,00€	12.193,50€	33.874,50€
Total						
R.P.A.	Responsáveis	2015	2016	2017	2018	2019
Manutenção dos P.A.	Município	61.835,00€	20.350,00€	5 000,00 €	5 000,00 €	22.250,00€
Total						

5.Redução da Incidência dos Incêndios – 2º Eixo Estratégico

5.1.Comportamentos de Risco, Fiscalização e Sensibilização – Avaliação

É necessário uma intervenção cuidada a nível da prevenção, sendo esta o conjunto das atividades que têm por objetivos reduzir ou anular a possibilidade de se dar um incêndio, diminuir a sua capacidade de desenvolvimento e afastar os efeitos indesejáveis. O incêndio tem sempre efeitos indesejáveis e por esse motivo uma intervenção cuidada deve atuar em duas vertentes principais, no controlo das ignições e no controlo da propagação.

Pela interpretação dos dados compilados no Caderno I, nomeadamente, casualidade, histórico dos incêndios e à caracterização da população, depreende-se que é de alta importância a sensibilização, fiscalização e vigilância ativa, por forma a diminuir a percentagem de fogos que tem origem na negligência e de origem desconhecida, tal como se pode apurar no Caderno I – Diagnóstico.

Comportamentos de Risco

Numa análise aos dados relativos aos comportamentos de risco que se apresentam nas tabelas seguintes podemos concluir que a causa que mais se destaca são as queimadas relativamente ao grupo alvo da População Rural e causas indeterminadas relativamente à População em Geral.

Tabela 27 - Identificação dos Comportamentos de Risco mais significativos por Grupo Alvo - População Rural – 2012.

Grupo alvo	Causa	Dia/Mês	Dia semana	Tipo de causa	Lugar	Freguesia
População Rural	124	28/jan	Sábado	Queimadas	Chiqueda	Aljubarrota (Prazeres)
População Rural	124	25/jan	Domingo	Queimadas	Coz	Coz
População Rural	121	07/jan	Segunda-feira	Queimadas	Casalinho - Ribafria	Benedita
População Rural	124	21/jan	Terça-feira	Queimadas	Lameira	Aljubarrota (Prazeres)
População Rural	121	14/fev	Quarta-feira	Queimadas	Campos da Cela	Cela
População Rural	121	09/mar	Quinta-feira	Queimadas	Carris	Évora de Alcobaça
População Rural	122	18/fev	Sexta-feira	Queimadas	Ataija de Baixo	Aljubarrota (São Vicente)

População Rural	121	25/fev	Sábado	Queimadas	Paredes da Vitória	Pataias
População Rural	121	04/fev	Domingo	Queimadas	Bemposta	Maiorga
População Rural	122	14/fev	Segunda-feira	Queimadas	Barrada	Cela
População Rural	121	25/fev	Terça-feira	Queimadas	Pataias	Pataias
População Rural	124	09/mar	Quarta-feira	Queimadas	Rua D. João I, Pisões	Pataias
População Rural	121	25/fev	Quinta-feira	Queimadas	Bárrio	Bárrio
População Rural	122	13/fev	Sexta-feira	Queimadas	Casal Vale Ventos	Turquel
População Rural	129	15/fev	Sábado	Queimadas	Cela Velha	Cela
População Rural	121	07/jan	Domingo	Queimadas	Cabeço de Deus	Évora de Alcobaça
População Rural	121	12/fev	Segunda-feira	Queimadas	Quinta de Baixo	Vimeiro
População Rural	124	25/fev	Terça-feira	Queimadas	Casalinho	Maiorga
População Rural	124	13/fev	Quarta-feira	Queimadas	Bárrio	Bárrio
População Rural	121	21/mar	Quinta-feira	Queimadas	Alcobaça	Alcobaça
População Rural	121	17/mar	Sexta-feira	Queimadas	Silval	Turquel
População Rural	124	16/mar	Sábado	Queimadas	Moinhos Novos	Benedita
População Rural	121	01/abr	Domingo	Queimadas	Martingança	Martingança
População Rural	121	11/fev	Segunda-feira	Queimadas	Alpedriz	Alpedriz
População Rural	124	17/mar	Terça-feira	Queimadas	Maiorga	Maiorga
População Rural	121	01/abr	Quarta-feira	Queimadas	Casais da Charneca	Évora de Alcobaça
População Rural	121	27/fev	Quinta-feira	Queimadas	Sapeiros	Alfeizerão
População Rural	121	29/mar	Sexta-feira	Queimadas	Pataias	Pataias
População Rural	124	13/abr	Sábado	Queimadas	Turquel	Turquel
População Rural	124	04/abr	Domingo	Queimadas	Avenida Padre Inácio Antunes, Benedita	Benedita
População Rural	129	17/fev	Segunda-feira	Queimadas	Casal da Estrada	Benedita
População Rural	124	02/mar	Terça-feira	Queimadas	Vestiaria	Vestiaria
População Rural	122	13/fev	Quarta-feira	Queimadas	Benedita	Benedita
População Rural	124	31/mar	Quinta-feira	Queimadas	Pataias	Pataias
População Rural	121	14/mar	Sexta-feira	Queimadas	Casal da Carreira	Cela
População Rural	124	15/mar	Sábado	Queimadas	Maiorga	Maiorga
População Rural	124	06/jul	Domingo	Queimadas	Vestiaria	Vestiaria
População Rural	121	17/fev	Segunda-feira	Queimadas	Burinhosa	Pataias
População Rural	124	21/mai	Terça-feira	Queimadas	Casais Santa Teresa	Aljubarrota (São Vicente)
População Rural	121	28/mai	Quarta-feira	Queimadas	Carvalhal	Aljubarrota (Prazeres)
População Rural	121	05/jul	Quinta-feira	Queimadas	Turquel	Turquel
População Rural	122	25/jun	Sexta-feira	Queimadas	Rua Francisco Eduardo Sousa, Vimeiro	Vimeiro
População Rural	124	16/abr	Sábado	Queimadas	IC2 Km 94, Moleanos	Évora de Alcobaça
População Rural	121	18/abr	Domingo	Queimadas	Alfeizerão	Alfeizerão
População Rural	124	29/mai	Segunda-feira	Queimadas	Casal do Pereiro	Évora de Alcobaça
População Rural	121	26/jun	Terça-feira	Queimadas	Casal Ramos	Cela
População Rural	124	10/jun	Quarta-feira	Queimadas	Vale das Ripas	Évora de Alcobaça
População Rural	121	27/mar	Quinta-feira	Queimadas	Serra dos Mangues	São Martinho do Porto

População Rural	121	09/abr	Sexta-feira	Queimadas	Ribeira do Marete	Vimeiro
População Rural	121	11/abr	Sábado	Queimadas	Pataias	Pataias
População Rural	121	12/jul	Domingo	Queimadas	Ribafria	Benedita
População Rural	122	16/jul	Segunda-feira	Queimadas	Alcobaça	Alcobaça
População Rural	121	25/ago	Terça-feira	Queimadas	Campos da Cela	Cela
População Rural	221	20/jul	Quarta-feira	Queimadas	Cabeço de Deus	Alcobaça
População Rural	123	27/ago	Quinta-feira	Queimadas	Portela do Pereiro	Évora de Alcobaça
População Rural	122	02/set	Sexta-feira	Queimadas	Freires	Benedita
População Rural	311	28/jul	Sábado	Queimadas	Melvas	Alfeizerão
População Rural	121	01/out	Domingo	Queimadas	Martingança	Martingança
População Rural	121	26/set	Segunda-feira	Queimadas	Vale de Maceira	Alfeizerão
População Rural	124	11/out	Terça-feira	Queimadas	Ataija de Cima	Aljubarrota (São Vicente)
População Rural	124	13/out	Quarta-feira	Queimadas	Pisões	Pataias
População Rural	122	02/set	Quinta-feira	Queimadas	Bica	Cela
População Rural	124	05/out	Sexta-feira	Queimadas	Casal Bajouco	Maiorga
População Rural	121	12/fev	Sábado	Queimadas	Taveiro	Benedita
População Rural	121	16/out	Domingo	Queimadas	Casal das rãs (Casal Cavadas)	Alfeizerão
População Rural	121	19/nov	Segunda-feira	Queimadas	Moleanos	Aljubarrota (Prazeres)
População Rural	124	16/out	Terça-feira	Queimadas	Solão	Benedita
População Rural	124	16/out	Quarta-feira	Queimadas	Rua Mato Pinheiro, (Ribeira dos Matos)	Pataias
População Rural	124	02/nov	Quinta-feira	Queimadas	Rua do Moinho, Casal Pardo, S. Martinho do Porto	Alfeizerão
População Rural	124	02/set	Sexta-feira	Queimadas	Alcobaça	Alcobaça
População Rural	124	24/mar	Sábado	Queimadas	Chiqueda de Baixo	Aljubarrota (Prazeres)

Tabela 28 - Identificação dos Comportamentos de Risco mais significativos por Grupo Alvo - População Geral – 2012.

Grupo alvo	Causa	Dia/Mês	Dia semana	Tipo de causa	Lugar	Freguesia
População geral	630	09/mar	Sexta-feira	Indeterminadas	Pataias	Pataias
População geral	630	21/fev	Sábado	Indeterminadas	Paredes de Vitória	Pataias
População geral	630	07/abr	Domingo	Indeterminadas	Covão do Milho	Turquel
População geral	630	31/mar	Segunda-feira	Indeterminadas	Casais Don Brás - Pataias Gare	Pataias
População geral	630	28/mar	Terça-feira	Indeterminadas	Bica	Cela
População geral	630	03/jun	Quarta-feira	Indeterminadas	Montes - Curvas de Santa Rita	Montes
População geral	630	22/mai	Quinta-feira	Indeterminadas	Pinhal do Camarão	Pataias
População geral	444	12/jul	Sexta-feira	Imputáveis	Moleanos	Évora de Alcobaça
População geral	444	22/jul	Sábado	Imputáveis	Moleanos	Aljubarrota (Prazeres)
População geral	448	22/jul	Domingo	Imputáveis	Moleanos	Évora de Alcobaça
População geral	145	21/jul	Segunda-feira	Fogueiras	Rua da Liberdade	Alcobaça
População geral	441	16/jul	Terça-feira	Imputáveis	Moleanos - Covão do Milho	Aljubarrota (Prazeres)
População geral	419	08/jul	Quarta-feira	Inimputáveis	Bica	Cela
População geral	441	25/jul	Quinta-feira	Imputáveis	Castanheira	Coz
População geral	441	20/jul	Sexta-feira	Imputáveis	Lagoa do Cão	Aljubarrota (Prazeres)
População geral	630	05/ago	Sábado	Indeterminadas	Arieira	Cela
População geral	630	09/ago	Domingo	Indeterminadas	Chiqueda de Baixo	Aljubarrota (Prazeres)
População geral	630	10/jul	Segunda-feira	Indeterminadas	Paredes da Vitória	Pataias
População geral	630	11/jul	Terça-feira	Indeterminadas	Paredes de Vitória	Pataias
População geral	115	17/ago	Quarta-feira	Queima de lixo	Ribafria	Benedita
População geral	610	15/ago	Quinta-feira	Indeterminadas	Fonte do Bouro	Aljubarrota (Prazeres)
População geral	630	07/abr	Sexta-feira	Indeterminadas	Cumeira de Baixo	Aljubarrota (São Vicente)
População geral	215	07/ago	Sábado	Acidentais	Valado de Santa Quitéria	Alfeizerão
População geral	630	04/ago	Domingo	Indeterminadas	Lagoa do Cão	Aljubarrota (Prazeres)
População geral	610	30/jul	Segunda-feira	Indeterminadas	Casal Resoneiro	Coz
População geral	236	11/ago	Terça-feira	Acidentais	Carris de Évora	Alcobaça
População geral	610	03/ago	Quarta-feira	Indeterminadas	Srº da Luz - Castanheira	Coz
População geral	610	02/ago	Quinta-feira	Indeterminadas	Carvalhal	Turquel
População geral	630	01/ago	Sexta-feira	Indeterminadas	Várzea da Pinta - Ataija de Cima	Aljubarrota (São Vicente)
População geral	448	18/jul	Sábado	Imputáveis	Alpedriz	Alpedriz
População geral	630	23/ago	Domingo	Indeterminadas	Vale Paraíso	São Martinho do Porto
População geral	114	20/jul	Segunda-feira	Queima de lixo	Ganilhos	Aljubarrota (Prazeres)
População geral	446	21/jul	Terça-feira	Imputáveis	Bica	Cela
População geral	610	20/jul	Quarta-feira	Indeterminadas	Ataija de Baixo	Aljubarrota (São Vicente)
População geral	630	27/ago	Quinta-feira	Indeterminadas	Martingança	Martingança
População geral	630	12/set	Sexta-feira	Indeterminadas	Castanheira	Coz
População geral	630	02/set	Sábado	Indeterminadas	Pisões	Pataias
População geral	448	16/jul	Domingo	Imputáveis	Camarão	Pataias

População geral	630	31/ago	Segunda-feira	Indeterminadas	Vale Vazão	Aljubarrota (São Vicente)
População geral	145	15/set	Terça-feira	Fogueiras	R Miguel Bombarda	Alcobaça
População geral	630	15/set	Quarta-feira	Indeterminadas	Lagoa do Cão	Aljubarrota (Prazeres)
População geral	610	06/set	Quinta-feira	Indeterminadas	Castanheira	Coz
População geral	630	05/ago	Sexta-feira	Indeterminadas	Lagoa do Cão	Aljubarrota (Prazeres)
População geral	630	05/ago	Sábado	Indeterminadas	Castanheira	Coz
População geral	630	03/set	Domingo	Indeterminadas	Bica	Cela
População geral	441	24/jul	Segunda-feira	Imputáveis	Castanheira	Coz
População geral	610	02/ago	Terça-feira	Indeterminadas	Vale Vazão	Aljubarrota (São Vicente)
População geral	610	03/ago	Quarta-feira	Indeterminadas	Lagoa do Cão	Aljubarrota (Prazeres)
População geral	448	17/jul	Quinta-feira	Imputáveis	Moleanos	Évora de Alcobaça
População geral	448	13/set	Sexta-feira	Imputáveis	Castanheira	Coz
População geral	630	20/set	Sábado	Indeterminadas	Casais Santa Teresa	Aljubarrota (São Vicente)
População geral	610	28/jul	Domingo	Indeterminadas	Pisões	Pataias
População geral	419	28/jul	Segunda-feira	Inimputáveis	Bica	Cela
População geral	630	28/jul	Terça-feira	Indeterminadas	Ribafria	Benedita
População geral	630	22/set	Quarta-feira	Indeterminadas	Burinhosa	Pataias
População geral	630	08/set	Quinta-feira	Indeterminadas	Castanheira	Coz
População geral	610	19/ago	Sexta-feira	Indeterminadas	Montes	Alpedriz
População geral	441	16/jul	Sábado	Imputáveis	Bica	Cela
População geral	630	07/ago	Domingo	Indeterminadas	Bica	Cela
População geral	630	03/set	Segunda-feira	Indeterminadas	Vale Paraíso	Alfeizerão
População geral	630	03/set	Terça-feira	Indeterminadas	Castanheira	Coz
População geral	630	09/out	Quarta-feira	Indeterminadas	Vale das Hastes	Alfeizerão
População geral	630	04/set	Quinta-feira	Indeterminadas	Vale de Maceira	Alfeizerão
População geral	630	26/set	Sexta-feira	Indeterminadas	Casal da Ponte	Alfeizerão
População geral	630	24/set	Sábado	Indeterminadas	Casal da Ponte	Alfeizerão
População geral	630	30/ago	Domingo	Indeterminadas	Rua Val do Amieiro	Coz
População geral	630	30/ago	Segunda-feira	Indeterminadas	Pataias	Pataias
População geral	630	13/out	Terça-feira	Indeterminadas	Turquel	Turquel
População geral	630	12/set	Quarta-feira	Indeterminadas	Pataias Gare	Pataias
População geral	630	11/set	Quinta-feira	Indeterminadas	Castanheira	Coz
População geral	630	11/set	Sexta-feira	Indeterminadas	Pisões	Pataias
População geral	630	11/set	Sábado	Indeterminadas	Pataias Gare	Pataias
População geral	630	12/set	Domingo	Indeterminadas	Pisões	Pataias
População geral	630	05/out	Segunda-feira	Indeterminadas	Areeira	Cela
População geral	630	20/set	Terça-feira	Indeterminadas	Casais da Ponte	Alfeizerão
População geral	630	29/set	Quarta-feira	Indeterminadas	Boavista	Aljubarrota (São Vicente)
População geral	630	16/out	Quinta-feira	Indeterminadas	Serra de Mangues	São Martinho do Porto
População geral	630	09/set	Sexta-feira	Indeterminadas	Casal Vicente	Alcobaça

Fonte: ICNF - 2012

Fiscalização

A fiscalização que foi efetuada nos anos anteriores foi executada pela GNR-SEPNA, os postos territoriais da GNR de Alcobaça, Benedita, Pataias e São Martinho do Porto, bem como, a PSP Alcobaça.

No ano de 2014, o Serviço Municipal de Proteção Civil iniciou um Programa de Fiscalização no âmbito do Decreto-Lei n.º124/2006 de 28 de Junho, desenvolvido e operacionalizado pelo Grupo de Intervenção Proteção e Socorro da Guarda Nacional Republicana (GIPS/GNR), Base de Alcária. Na tabela, estão representadas as participações, (ano de 2014 e 2015), efetuadas no Serviço Municipal de Proteção Civil pela população.

Tabela 29 - Participações no Serviço Municipal de Proteção Civil.

Ano		Total	Informação Infração GIPS		Notificação GMPC	
			Sim	Não	Sim	Não
2014	Participações efetuadas no GMPC	70	33	37	23	47
2015	Participações efetuadas no GMPC (Janeiro e Maio 2015)	32	16	16	12	20

O gráfico representa comparativamente as ações de fiscalização em cada freguesia do concelho, referente ao plano operacional do decreto-lei 124/2006, de 28 de junho, (ano de 2014 e 2015), efetuadas pelo GNR-GIPS.

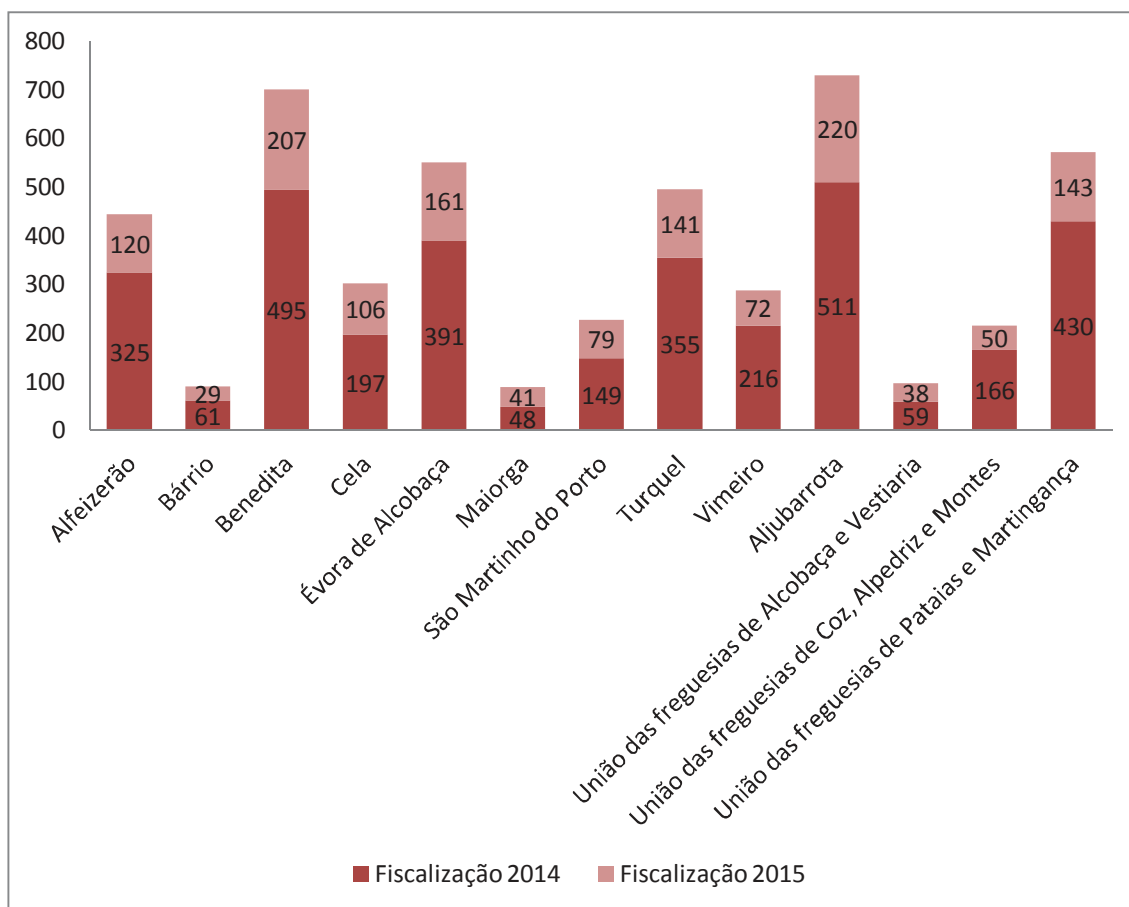


Gráfico 1 - Comparativo das ações de fiscalização, ano 2014 e 2015.

Em 2015, a apresentação do Programa de Fiscalização ocorreu em Fevereiro, seguindo-se nos meses de Março e Abril, ações de fiscalização pelas freguesias do concelho. Nos anos de vigência do Plano, (2015-2019), estas ações terão continuidade.

5.2.Planeamento das Ações referentes ao 2º Eixo Estratégico

5.2.1.Sensibilização

A sensibilização florestal é uma ação que pretende reduzir o número de incêndios florestais e a sua incidência em termos de área ardida. Relativamente a análise dos anos anteriores podemos concluir que é de extrema importância a sensibilização para comportamentos de risco relativo ao uso do fogo.

Prevenir os incêndios implica o desenvolvimento de diversas atividades como ações de silvicultura preventiva, melhoria das infraestruturas de defesa, sensibilização da população para o correto uso do fogo e para a deteção precoce dos incêndios, dinamização do sistema de vigilância dissuasória fixa e móvel e melhoria dos sistemas de deteção, combate e rescaldo.

A sensibilização no concelho far-se-á através da realização de uma serie de ações e atividades, junto das populações locais para o período de vigência do plano. Estas ações e atividades têm por objetivo alertar as populações para o perigo dos incêndios, bem como a importância do papel da floresta para a comunidade e vida humana.

Estas ações e atividades serão desenvolvidas pelo Serviço Municipal de Proteção Civil de Alcobaça, algumas em colaboração, outras com a colaboração de outras divisões da Câmara Municipal de Alcobaça, pela GNR de Alcobaça, Benedita, Pataias e São Martinho do Porto, a GNR-GIPS Base de Alcária, GNR-SEPNA, pela PSP de Alcobaça, pelo ICNF, pelos Corpos de Bombeiros, pelas OPF's, as Juntas de Freguesia do Concelho, e toda a comunidade.

Em função das disponibilidades financeiras e de recursos humanos das várias entidades envolvidas prevê-se a realização de campanhas de sensibilização utilizando alguns meios de comunicação social, local e regional, a realização do primeiro

seminário de proteção civil, ações em todas as Juntas de Freguesia, ações nas escolas, distribuição de folhetos, visitas temáticas a espaços florestais e comemoração de dias temáticos.

Em seguida, serão apresentadas medidas/ações a desenvolver no âmbito da sensibilização e informação por grupos alvo:

População escolar

Sensibilizar crianças e jovens com o intuito de preservar o património florestal, para que estes entendam a floresta como fonte de riqueza Nacional, essencial para o equilíbrio ecológico e ambiental de e para todos.

No âmbito escolar, poderão ser desenvolvidas diversas atividades, nomeadamente:

- Envolver as entidades diretamente ligadas aos incêndios florestais e proteção da floresta (proteção civil, bombeiros, gabinetes técnicos florestais, agentes de segurança, entre outros) através de palestras nas escolas e visitas temáticas acompanhadas a espaços florestais;
- Envolver outras divisões da Câmara Municipal de Alcobaça, nomeadamente o Gabinete Veterinário Municipal e a Divisão do Ambiente;
- Concursos temáticos envolvendo recursos multimédia;
- Exposições temáticas; e
- Comemoração de dias temáticos, como o Dia da Proteção Civil, o Dia da Árvore, o Dia do Ambiente, o Dia de S. Martinho entre outros.

População rural

As ações passíveis de serem desenvolvidas para estas populações (agricultores e proprietários de habitações isoladas), deverão ser apresentadas sob a forma informativa e não sob a forma restritiva. Passam por campanhas de sensibilização e apresentação de novos documentos legislativos, no que diz respeito a utilização de equipamentos e máquinas agrícolas e industriais, às queimadas agrícolas, queima de

resíduos e lançamento de foguetes, tanto através de sessões de esclarecimentos como eventualmente a distribuição e colocação de panfletos informativos em diversos locais, tais como Capelas e Igrejas, Juntas de Freguesia, locais de restauração, repartições públicas, entre outros.

Proprietários Florestais

Sendo a maior parte da floresta do concelho de origem privada a apresentação de medidas de sensibilização para este sector não deverá ser descurada. Como tal é importante levar ao conhecimento dos proprietários tanto as informações legais das obrigações que estes têm, como dos apoios existentes para a sua gestão e que este pode recorrer. A este nível preveem-se ações de sensibilização aos proprietários florestais.

Automobilistas e utilizadores de espaços florestais

As ações de divulgação têm como objetivo sensibilizar o público-alvo para algumas atitudes a evitar quando passar por áreas florestais e não só, principalmente no que concerne a utilização de tratores e máquinas agrícolas, ao “lançamento de beatas” de cigarro, lixo e fogueiras.

População em Geral

Uma das formas de sensibilização da população em geral, é divulgada nas missas e paróquias das diversas freguesias, bem como através de spots nas rádios locais com informação sobre comportamentos de risco e também as ações de sensibilização a desenvolver em Juntas de Freguesia do Concelho.

Tabela 30 - Objetivos e Período de Execução das Ações de Sensibilização por População-Alvo.

Ações	Propostas	Objetivos	Período de execução
Desenvolver campanhas de sensibilização de acordo com os segmentos populacionais definidos pelas motivações e casualidade regional (População em geral e público-alvo como a população rural, escolar)	Promover ações de sensibilização nos lugares de interface urbano-florestal-agrícola	Sensibilizar sobre as medidas a vigorarem no período crítico de incêndios.	Durante todo o ano mas com forte incidência na altura nos meses da Primavera de forma a preparar a época mais crítica, nas escolas e freguesias
	Promover ações de sensibilização e realizar atividades com a comunidade escolar. Comemorar datas especiais.	Sensibilizar a comunidade escolar para a importância da floresta.	
	Promover ações de sensibilização nas restantes sedes de freguesia.	Desenvolver atitudes comportamentais para a defesa da floresta contra incêndios e do ambiente em geral.	
	Alertar para os comportamentos de risco através de Spots de rádio e jornais locais	Sensibilizar a população em geral para os comportamentos de risco.	
	Elaborar panfletos (distribuição pela população urbana e rural). Informar através da revista e do site oficial do Município.	Informar sobre as medidas a vigorarem no período crítico de incêndios.	

Tabela 31 - Metas e indicadores – Sensibilização.

Propostas	Responsáveis	Programação				
		2015	2016	2017	2018	2019
Promover ações de sensibilização nos lugares de interface urbano-florestal-agrícola	SMPC CMDPCI OPF's	2 Sessões	2 Sessões	2 Sessões	2 Sessões	2 Sessões
Promover ações de sensibilização e realizar atividades com a comunidade escolar. Comemorar datas especiais.		4 Sessões	4 Sessões	4 Sessões	4 Sessões	4 Sessões
Promover ações de sensibilização nas restantes sedes de freguesia.		3 Sessões	3 Sessões	3 Sessões	3 Sessões	3 Sessões
Alertar para os comportamentos de risco através de Spots de rádio e jornais locais		6 Spots diários 1 artigo publicitário jornal semanal	6 Spots diários 1 artigo publicitário jornal semanal	6 Spots diários 1 artigo publicitário jornal semanal	6 Spots diários 1 artigo publicitário jornal semanal	6 Spots diários 1 artigo publicitário jornal semanal

Elaborar panfletos (distribuição pela população urbana, rural e escolar). Informar através da revista e do site oficial do Município.		15000 Folhetos no geral	15000 Folhetos no geral	15000 Folhetos no geral	15000 Folhetos no geral	15000 Folhetos no geral
Entidades Responsáveis: Câmara Municipal, GNR, PSP, OPF's e outras entidades da CMDFCI						

Tabela 32 - Orçamentação da sensibilização.

Propostas	Responsáveis	Programação				
		2015	2016	2017	2018	2019
Promover ações de sensibilização nos lugares de interface urbano-florestal-agrícola	SMPC CMDFCI OPF's	900,00 €	950,00 €	1.000,00 €	1.050,00 €	1.100,00 €
Promover ações de sensibilização e realizar atividades com a comunidade escolar. Comemorar datas especiais.		10.000,00 €	10.500,00 €	11.000,00 €	11.500,00 €	12.000,00 €
Promover ações de sensibilização nas restantes sedes de freguesia.		900,00 €	950,00 €	1.000,00 €	1.050,00 €	1.100,00 €
Alertar para os comportamentos de risco através de Spots de rádio e jornais locais		1.500,00 €	1.520,00 €	1.540,00 €	1.560,00 €	1.580,00 €
Elaborar panfletos (distribuição pela população urbana, rural e escolar). Informar através da revista e do site oficial do Município.		3.500,00 €	3.600,00 €	3.700,00 €	3.800,00 €	3.900,00 €
Entidades Responsáveis: Câmara Municipal, GNR, PSP, OPF's e outras entidades da CMDFCI						

5.2.2.Fiscalização

Como anteriormente foi mencionado, a fiscalização que foi efetuada nos anos anteriores foi executada pela GNR-SEPNA, os postos territoriais da GNR de Alcobaça, Benedita, Pataias e São Martinho do Porto, bem como, a PSP Alcobaça.

No ano de 2014, o Serviço Municipal de Proteção Civil iniciou um Programa de Fiscalização no âmbito do Decreto-Lei n.º124/2006 de 28 de Junho, desenvolvido e operacionalizado pelo Grupo de Intervenção Proteção e Socorro da Guarda Nacional Republicana (GIPS/GNR), Base de Alcária. Este programa de fiscalização deverá ser executado no período de vigência do plano (2015-2019).

Em 2015, a apresentação do Programa de Fiscalização ocorreu em Fevereiro, seguindo-se nos meses de Março e Abril, ações de fiscalização pelas freguesias do concelho.

Para além do Programa de Fiscalização em todas as freguesias do concelho, estas ações de dissuasão e fiscalização seguirão a seguinte lógica de prioridade:

- União das freguesias de Pataias e Martingança devido à grande área florestal contínua e número elevado de ocorrências;
- Cela e Bárrio devido às encostas e perigosidade elevada;
- Zonas de elevada perigosidade – Serra de Candeeiros onde ocorreram incêndios, como o de 2006, onde arderam cerca de 550 hectares;
- Manchas florestais contínuas de floresta autóctone nas freguesias de Aljubarrota e Turquel;
- Nas freguesias de Évora de Alcobaça e União das freguesias de Vestiaria e Alcobaça devido à continuidade de carga de combustível;
- Freguesia da Aljubarrota devido ao número elevado de ocorrências.

Em termos de metas e indicadores está planeado executar todo o concelho anualmente.

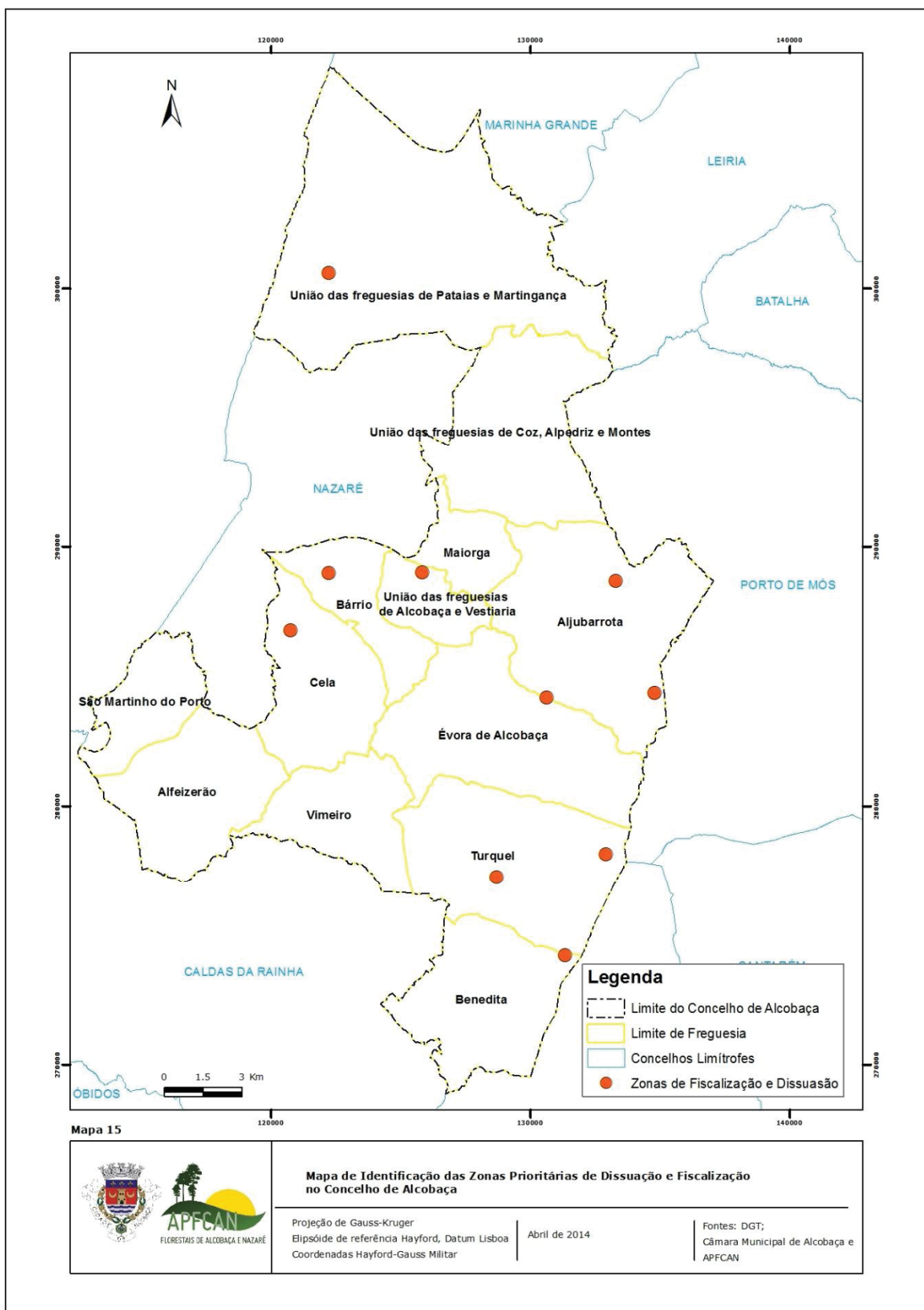


Figura 10 - Mapa de Identificação das Zonas Prioritárias de Dissuasão e Fiscalização.

6.Melhoria da Eficácia do Ataque e da Gestão dos Incêndios – 3º Eixo Estratégico

6.1.Vigilância e Detecção

No concelho de Alcobaça existem algumas zonas em que não existe cobertura pelos postos de vigia, tal como se pode observar, na figura 12 - Mapa 14. As zonas com menor cobertura situam-se nas freguesias de Cela, Bárrio, Vimeiro e Aljubarrota. O funcionamento do dispositivo municipal é definido em Comissão Municipal de Defesa da Floresta tendo em conta as orientações do dispositivo nacional e é vinculado pelo POM de elaboração obrigatória até Abril do ano corrente. Tendo, as orientações nacionais, obrigado as equipas de Sapadores Florestais a permanecer em Locais Estratégicos de Estacionamento (LEE) quando está alerta amarelo ou superior, e também que as zonas em que não existe cobertura pelos postos de vigia, deverá esta situação ser colmatado com vigilância pela equipa móvel dos serviços de proteção civil municipal pois são locais com elevada perigosidade de incêndio florestal e são zonas que contemplam floresta autóctone. No caso da freguesia do Vimeiro, existem também algumas áreas da Mata Nacional do Vimeiro que não são visíveis pelos postos de vigia.

Tabela 33 - Período de Duração das Fases de Perigo.

Fase	Período
Alfa	1 Janeiro a 14 Maio
Bravo	15 Maio a 30 Junho
Charlie	01 Julho a 30 Setembro
Delta	01 Outubro a 31 Outubro
Echo	01 Novembro a 31 Dezembro

Tabela 34 - Índice entre o número de Incêndios Florestais e o número total de equipas de Vigilância e Detecção.

Ano 2012	Fase				
	Alfa	Bravo	Charlie	Delta	Echo
Nº ocorrências	50	8	78	11	2
Nº equipas Vigilância e Detecção	2	2	10	2	2
Índice entre o nº de incêndios florestais/e o nº total de equipas	25	4	7.8	5.5	1

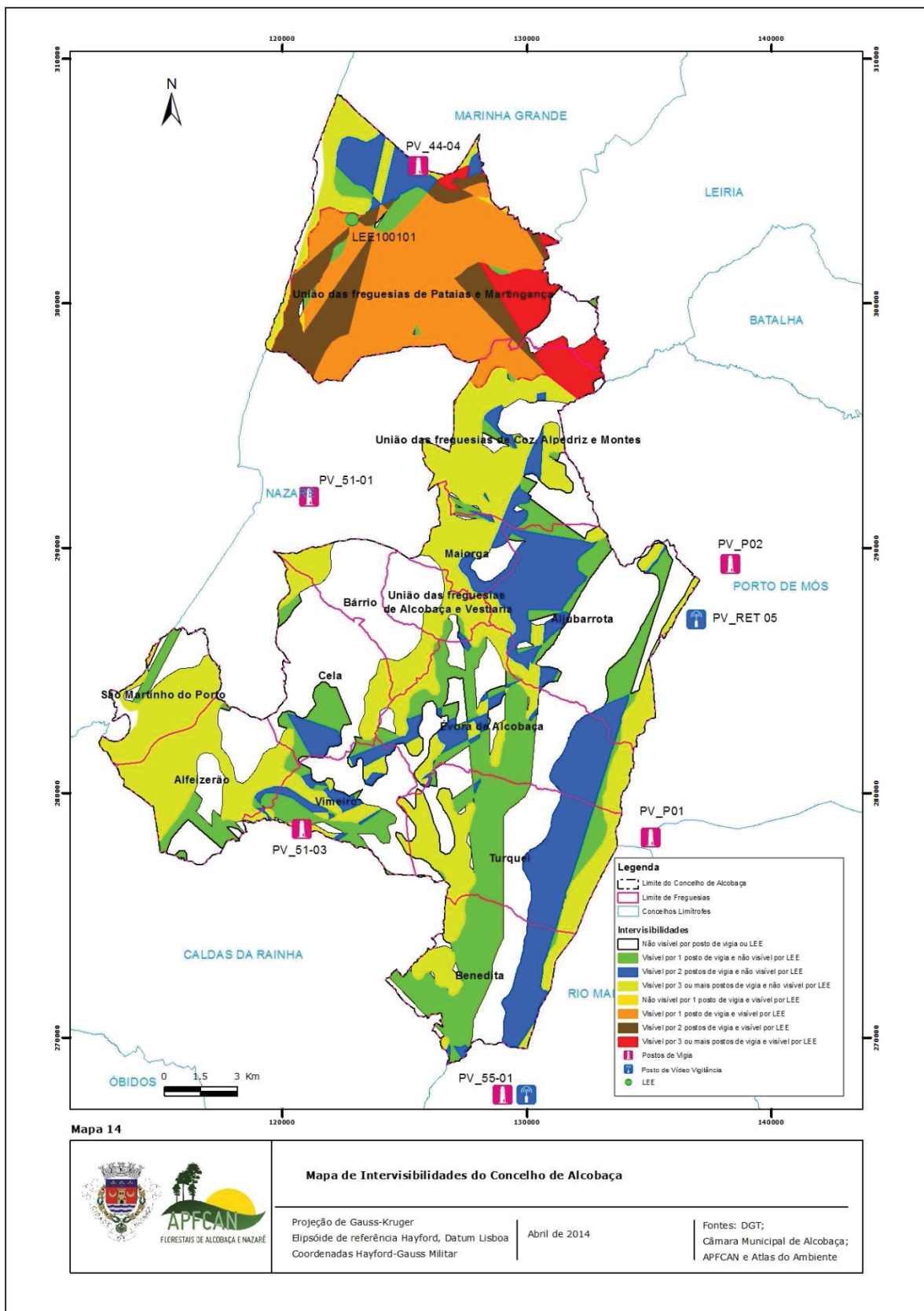


Figura 11 - Mapa das Intervisibilidades.

6.2.Primeira Intervenção

O mapa do potencial do tempo de chegada para a 1ª intervenção teve em conta os LEE e aquartelamentos das entidades responsáveis por esta ação. Como se pode verificar, pela figura 13 – Mapa 15, onde se demora mais tempo a chegar para executar a 1ª intervenção é na Serra dos Candeeiros, a Sul da freguesia do Vimeiro, a Oeste das freguesias de Cela e Bárrio e a Este da União das Freguesias de Pataias e Martingança. Tal facto deve-se, a estes locais situarem-se mais distantes dos LEE e aquartelamentos.

De referir, que para a produção desta carta teve-se em conta os limites de velocidades legais para cada estrada constante na rede viária florestal. Nas estradas sem piso de alcatrão e mais estreitas diminui-se a velocidade para 20 km/h. Nos caminhos florestais diminuiu-se ainda mais a velocidade para 10 Km/h.

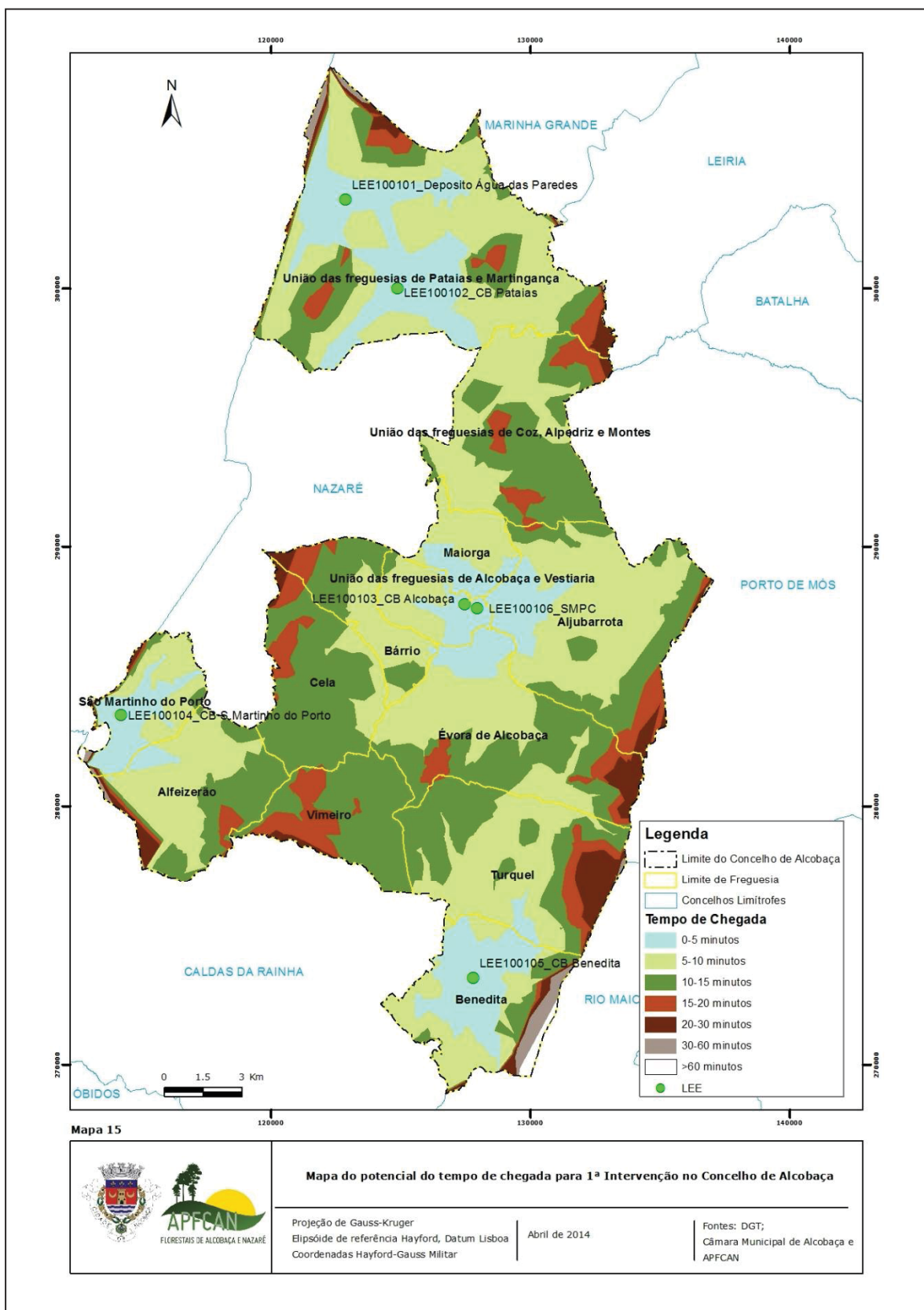
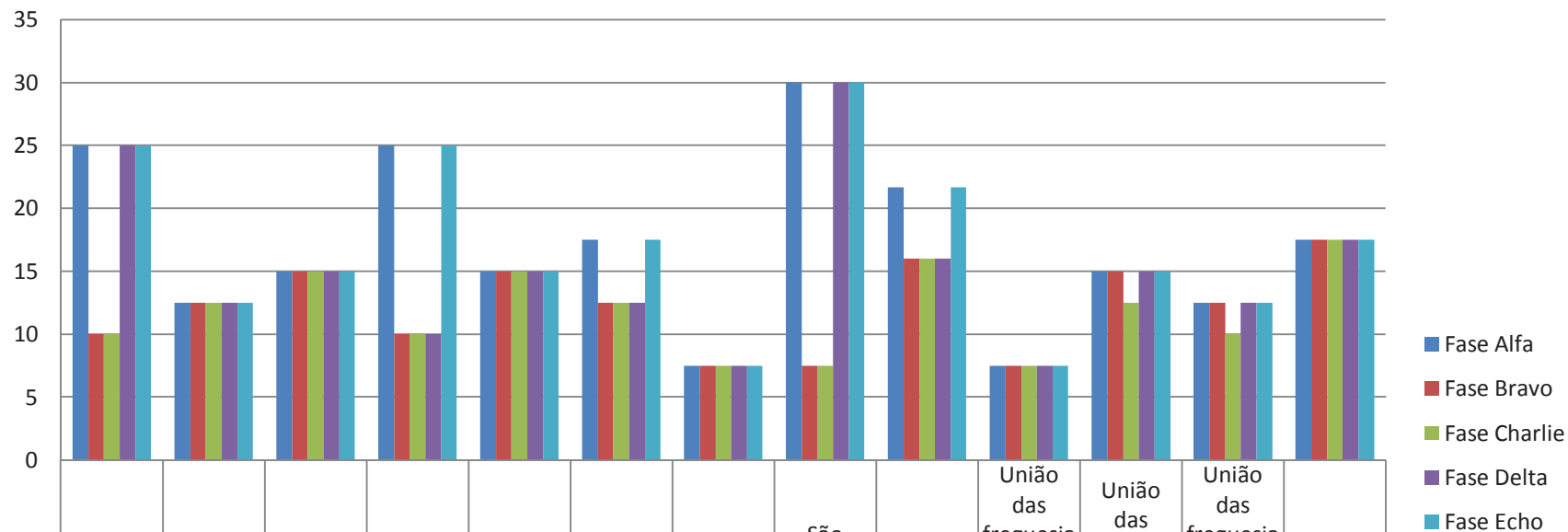


Figura 12 - Mapa do potencial do tempo de chegada para 1ª Intervenção.

Tabela 35 - Índice entre o número de Incêndios Florestais e o número total de equipas e elementos de 1ª Intervenção.

Ano 2012	Fase				
	Alfa	Bravo	Charlie	Delta	Echo
Nº ocorrências	50	8	78	11	2
Nº equipas 1ª intervenção	7	7	7	7	7
Nº elementos 1ª intervenção	27	39	51	34	27
Índice entre o nº de incêndios florestais/e o nº total de equipas	7.14	1.14	11.14	1.57	0.29
Índice entre o nº de incêndios florestais/e o nº total de elementos	1.85	0.21	1.53	0.32	0.07

Valor médio do tempo de chegada para a 1ª intervenção (minutos)



Fase Alfa	25	12,5	15	25	15	17,5	7,5	30	21,7	7,5	15	12,5	17,5
Fase Bravo	10	12,5	15	10	15	12,5	7,5	7,5	16	7,5	15	12,5	17,5
Fase Charlie	10	12,5	15	10	15	12,5	7,5	7,5	16	7,5	12,5	10	17,5
Fase Delta	25	12,5	15	10	15	12,5	7,5	30	16	7,5	15	12,5	17,5
Fase Echo	25	12,5	15	25	15	17,5	7,5	30	21,7	7,5	15	12,5	17,5

Gráfico 2 - Valor médio do tempo de chegada para a 1ª Intervenção.

6.2.Rescaldo e Vigilância Pós-Incêndio

Tabela 36 - Número de Reacendimentos por Ano.

Ano	Nº Reacendimentos
2002	15
2003	15
2004	1
2005	7
2006	0
2007	2
2008	7
2009	3
2010	4
2011	0
2012	1
2013	0
2014	0

Fonte: ANPC, 2014

Metas e Indicadores

Tabela 37 - Metas e Indicadores.

Ações	Metas	Indicadores				
		2015	2016	2017	2018	2019
Vigilância e Detecção	Na Fase Charlie; manter em funcionamento os Postos de Vigia, a Equipa do SMPC, manter em funcionamento a equipa de Sapadores Florestais a partir de alerta amarelo no LEE que lhe está atribuído.	Diminuição do tempo de deteção de incêndios, especialmente na fase charlie. Redução das áreas ardidas em 25% relativamente à média dos últimos anos.	Diminuição do tempo de deteção de incêndios, especialmente na fase charlie. Redução das áreas ardidas em 25% relativamente à média dos últimos anos.	Diminuição do tempo de deteção de incêndios, especialmente na fase charlie. Redução das áreas ardidas em 25% relativamente à média dos últimos anos.	Diminuição do tempo de deteção de incêndios, especialmente na fase charlie. Redução das áreas ardidas em 25% relativamente à média dos últimos anos.	Diminuição do tempo de deteção de incêndios, especialmente na fase charlie. Redução das áreas ardidas em 25% relativamente à média dos últimos anos.

Primeira intervenção	Manter em funcionamento as EIP, ECIN e ELAC das 4 Corporações de Bombeiros, Equipa de Sapadores Florestais e Equipa de SPMC, prontas para a primeira intervenção, em todas as fases de perigo.	Diminuição do tempo de chegada para a primeira intervenção, em todas as fases de perigo. Primeira intervenção em menos de 20 minutos em mais de 90% das ocorrências.	Diminuição do tempo de chegada para a primeira intervenção, em todas as fases de perigo. Primeira intervenção em menos de 20 minutos em mais de 90% das ocorrências.	Diminuição do tempo de chegada para a primeira intervenção, em todas as fases de perigo. Primeira intervenção em menos de 20 minutos em mais de 90% das ocorrências.	Diminuição do tempo de chegada para a primeira intervenção, em todas as fases de perigo. Primeira intervenção em menos de 20 minutos em mais de 90% das ocorrências.	Diminuição do tempo de chegada para a primeira intervenção, em todas as fases de perigo. Primeira intervenção em menos de 20 minutos em mais de 90% das ocorrências.
Rescaldo e Vigilância pós-incêndio	Manter em funcionamento as EIP, ECIN e ELAC das 4 Corporações de Bombeiros, Equipa de Sapadores Florestais e Equipa de SPMC, prontas para as operações de rescaldo e vigilância pós-incêndio, em todas as fases de perigo.	Redução do número de reacendimentos para menos de 0,5% do total de ocorrências	Redução do número de reacendimentos para menos de 0,5% do total de ocorrências	Redução do número de reacendimentos para menos de 0,5% do total de ocorrências	Redução do número de reacendimentos para menos de 0,5% do total de ocorrências	Redução do número de reacendimentos para menos de 0,5% do total de ocorrências

Tabela 38 - - Estimativa de orçamento para o 3º Eixo.

Entidades	Vigilância deteção, 1ª Intervenção, Rescaldo e Vigilância Pós-Incêndios - Custos/ano				
	2015	2016	2017	2018	2019
GNR	33 780,00€	36 990,00€	37 800,00€	38 610,00€	39 420,00€
Corporação Bombeiros de Alcobaça	5 000,00€	5 000,00€	5 000,00€	5 000,00€	5 000,00€
Corporação Bombeiros de Benedita	5 800,00€	6 250,00€	6 650,00€	7 200,00€	7 750,00€
Corporação Bombeiros de Pataias	29 611,00€	29 966,33€	30 325,92€	30 689,83€	31 058,00€
Corporação Bombeiros de São Martinho do Porto	5 000,00€	5 000,00€	5 000,00€	5 000,00€	5 000,00€
Equipa de Sapadores Florestais SF02-16b Alcobaça	45.000,00€	45.900,00€	46.818,00€	47.754,36€	48.709,45€
SMPC	47 760,00€	73 047,12€	73 923,68€	48 647,08€	40 105,76€
Total	171 951,00€	202 153,45€	205 517,60€	182 898,27€	177 3,31€

7.Recuperar e Reabilitar Ecossistemas – 4º Eixo Estratégico

As intervenções propostas para a recuperação e reabilitação de áreas percorridas por incêndios florestais preveem dois níveis de atuação:

- Estabilização de emergência, ou intervenções de curto prazo, cujo objetivo é o controlo da erosão e da cobertura do solo, recaindo sobre três elementos fundamentais: encostas, linhas de água e infraestruturas;

- Reabilitação de povoamentos e habitats florestais, ou intervenções a médio prazo, tendo em vista a recuperação do potencial produtivo e ecológico dos espaços florestais.

7.1.Estabilização de Emergência

Nas áreas que nos futuros anos vierem a ser percorridas por incêndios, deve-se proceder da seguinte forma:

Encostas

- Abate dirigido da madeira queimada;
- Avaliar o material vegetal que apresente potencial regeneração;
- Proceder à sementeira de herbáceas;
- Utilizar barreiras nas zonas de maior declive;
- Aplicação de resíduos orgânicos.

Linhas de água

- Limpeza e desobstrução de linhas de água;
- Limpeza e desobstrução das passagens hidráulica;
- Consolidação de margens de linha de água;
- Abate de árvores mortas.

Infraestruturas

- Correção dos escorrimentos superficiais sobre os pavimentos;
- Abertura de valas de escorrência de águas para proteção aos caminhos em áreas declivosas.
- Consolidação de taludes ao longo da rede viária;
- Corte e remoção de arvoredos caídos sobre os caminhos;
- Remoção dos afloramentos rochosos e acumulação de resíduos.

Se forem realizadas estas intervenções, após a passagem de um incêndio, consegue-se de forma correta a conservação da água, do solo, da rede viária florestal e infraestruturas hidráulicas.

As áreas críticas, constantes no mapa 16, são relativas aos incêndios de 2012. No lugar de Moleanos, freguesia de Aljubarrota e de Évora de Alcobaça, arderam cerca de 42 hectares, sendo que deveriam ser aplicadas as indicações anteriores, visto a área ser considerável.

As entidades responsáveis e participantes nestes futuros projetos de estabilização de emergências, serão as entidades governamentais que o município entender envolver pelas suas competências, assim como as entidades privadas que se mostrarem competentes para desenvolver as ações.

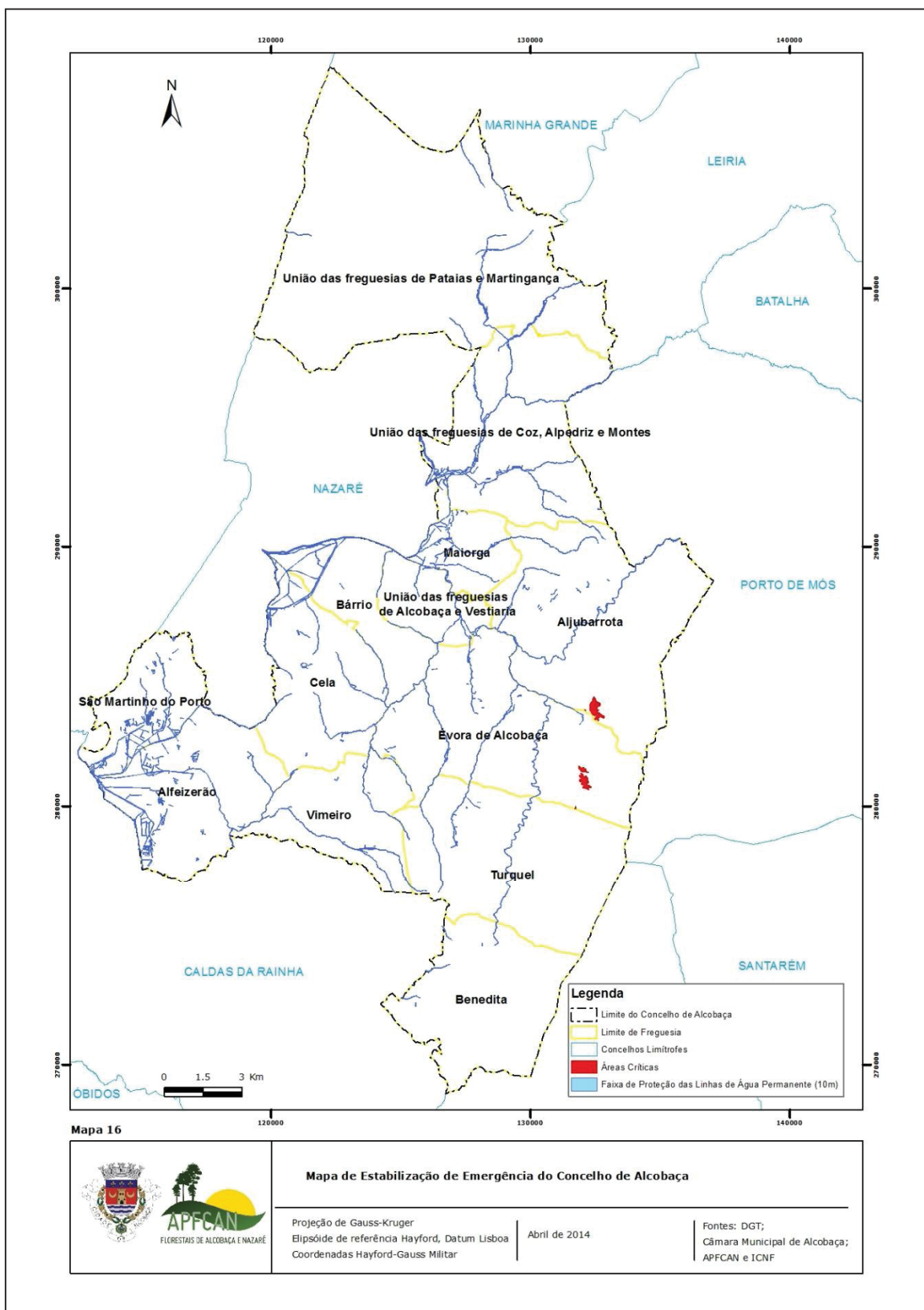


Figura 13 - Mapa de Estabilização de Emergência.

7.2.Reabilitação de Povoamentos e Habitats Florestais

Na reabilitação de povoamentos e habitats e no caso de incêndio, após a remoção da madeira queimada (que aumenta o risco de propagação de pragas e doenças florestais), deve-se proceder á rearborização, ou promoção da regeneração natural, destes espaços que foram percorridos por incêndios florestais. Esta rearborização deve ser acompanhada ao longo dos primeiros anos com ações de silvicultura evitando que volte a ser um local de risco.

Em terrenos de maior declive e com riscos de erosão, a regeneração natural é uma boa opção, pois nestes locais deve-se sempre evitar a mobilização de terreno. Outra opção para a reflorestação é através de plantações de espécies mais resistentes ao fogo, como por exemplo o carvalho português (*Quercus faginea*) e sobreiro (*Quercus suber*).

A recuperação das áreas ardidas será realizada em parcelas sujeitas a erosão e parcelas onde a capacidade de regeneração seja praticamente nula. Os planos de recuperação das áreas ardidas (ou planos orientadores de gestão) e os projetos de rearborização seguirão as orientações do PROF Oeste e serão enquadrados em candidatura aos fundos comunitários.

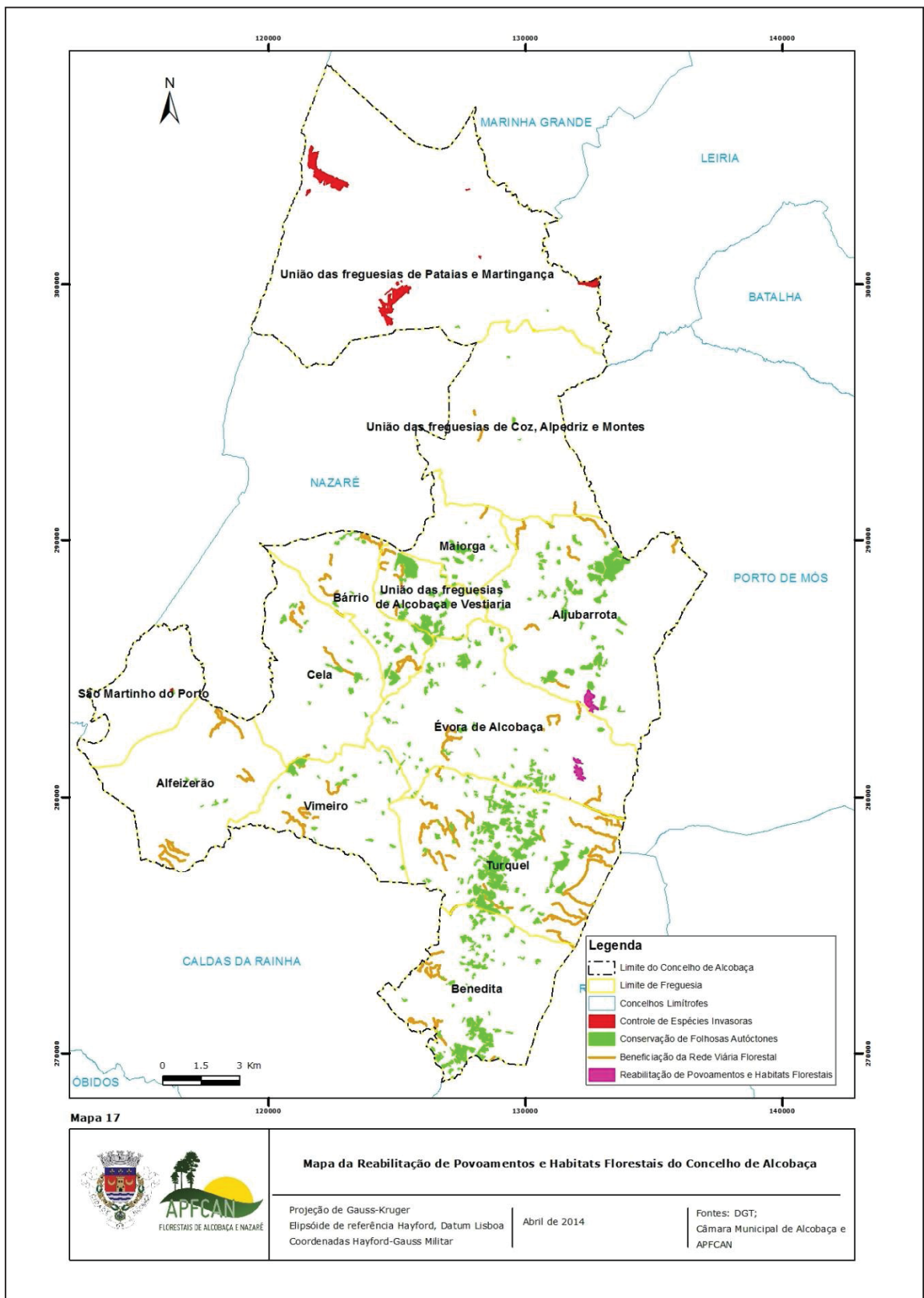


Figura 14 - Mapa da Reabilitação de Povoamentos e Habitats Florestais.

Na União das Freguesias de Pataias e Martingança verifica-se a necessidade de controlar espécies invasoras, nomeadamente acácias, nos pinhais. De salientar que os pinhais com acácias são maioritariamente da responsabilidade do ICNF. Nas freguesias de Benedita, Turquel, Aljubarrota e União das Freguesias de Alcobaça e Vestiaria existem espécies de folhosas autóctones, como o sobreiro, carvalhos e castanheiros, com interesse em preservar.

Os caminhos com interesse em beneficiar são os inoperacionais. Alguns destes são de grande importância, pois dão ligação a zonas críticas como a Serra de Aire e Candeeiros e às encostas de Cela e Bárrio onde a perigosidade de incêndio florestal é muito elevada. Outros, como os caminhos da Mata Nacional do Vimeiro, que em anos rigorosos ficam danificados impossibilitando a defesa de tão importante Património Florestal.

As zonas onde se deve proceder à reabilitação de povoamentos e habitats florestais, são zonas que arderam em 2012. Algumas destas foram deixadas ao abandono. Deve-se intervir nestas zonas de forma prudente, como mencionado no ponto anterior, para que tal acontecimento não ocorra outra vez.

8.Adoção de uma Estrutura Orgânica Funcional e Eficaz

5º Eixo Estratégico

A coordenação entre os vários intervenientes na execução deste plano é da responsabilidade da CMDF.

As ações preconizadas no PMDFCI, nomeadamente as ações de silvicultura preventiva, as campanhas de sensibilização à população em geral e à comunidade escolar, a construção e beneficiação das infraestruturas de DFCI e a vigilância serão desenvolvidas durante os cinco anos de vigência deste plano. Anualmente serão definidas, em sede de CMDF, as alterações e atualizações do PMDFCI que se entenderem necessárias.

8.1 Necessidades de formação – Avaliação

Segundo o guia será necessário fazer um levantamento de necessidades de formação e número de elementos de cada entidade que vai frequentar o respetivo curso. Nesse sentido, propõe-se:

- Cursos de especialização tecnológica em Defesa da Floresta Contra Incêndios;
- Silvicultura preventiva;
- Gestão Florestal Sustentável;
- Curso Integrado de Formação em Quantum GIS, e de cartografia PMDFCI;
- Extinção de Incêndios Florestais;
- Incêndios Florestais nível 1,2,3,4 e 5;
- Gestão Operacional 2;
- Operações Aéreas;
- Segurança e comportamento do Incêndio Florestal;
- Logística Operacional;
- Técnicas de apoio a decisão.

Tabela 39 - Número de elementos por entidade.

Tipos de Formação	Entidade a Formar	N.º Elementos
Coordenação	Câmara Municipal	4
Vigilância, Detecção e 1.ª Intervenção	Câmara Municipal	4
	Juntas de Freguesia	13
	Sapadores Florestais	10
	GNR-GIPS (Postos de Vigia)	
Combate	Bombeiros	25 (por corporação)
Rescaldo e Vigilância pós-incendio	Câmara Municipal	4
	Juntas de Freguesia	13
	Sapadores Florestais	10
	Bombeiros	25 (por corporação)

Tabela 40 - Estimativa de orçamento de formação.

Estimativa de Orçamento							
Tipos de Formação	Entidade a Formar	N.º Elementos	2015	2016	2017	2018	2019
Coordenação	Câmara Municipal	4	500,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €
Vigilância, Detecção e 1.ª Intervenção	Câmara Municipal	4	500,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €
	Juntas de Freguesia	13	1 000,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €
	Sapadores Florestais	10	1 000,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €
	GNR - GIPS (Postos de Vigia)	—	—	—	—	—	—
Combate	Bombeiros	25 (por corporação)	—	—	—	—	—
Rescaldo e Vigilância pós-incendio	Câmara Municipal	4	500,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €
	Juntas de Freguesia	13	1 000,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €
	Sapadores Florestais	10	1 000,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €
	GNR - GIPS (Postos de Vigia)	—					
	Bombeiros	25 (por corporação)	—	—	—	—	—
Total			5 500,00 €	5 500,00 €	5 500,00 €	5 500,00 €	5 500,00 €

8.2 Planeamento das ações de Organização do Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios - SDFCI

Aqui estão identificadas as entidades pertencentes ao SDFCI, suas competências de coordenação e competências significativas na implementação das diferentes ações:

- Estabelecimento de um plano de formação capaz de direccionar e potenciar os elementos do SDFCI;
- Elaborar um cronograma de reuniões da CMDF;
- Estabelecimento da data de aprovação do POM, (anual);
- Vigência do PMDFCI.

Tabela 41 - Competências das Entidades do SDFCI.

Entidades		Prevenção Estrutural			Prevenção				Combate			
		Planeamento DFCI	Organização do Território, Silvicultura e Infraestruturas	Sensibilização	Vigilância e patrulhamento	Deteção	Fiscalização	Investigação de causas	Primeira Intervenção	Combate	Rescaldo	Vigilância pós-incendio
ICNF												
Município	CMDFCI/GTF											
	SMPC											
Juntas de Freguesia												
Exército												
OP'S	APFCAN											
	APFRA											
GNR	GIPS											
	SEPNA											
	Brigadas territoriais											
PSP												
Corpos de Bombeiros	Alcobaça											
	Benedita											
	Pataias											
	São Martinho do Porto											

Com competências de coordenação

Com competências significativas

Com competências de comando

As reuniões da Comissão Municipal de Defesa da Floresta são da máxima importância para a operacionalização de todo o SDFCI municipal. A execução de reuniões periódicas torna-se assim uma necessidade. Como tal estipula-se as seguintes reuniões anuais:

1. Até 15 do mês de Abril para preparação da Fase Charlie e aprovação do respetivo POM anual.
2. Até ao final de Outubro para execução do balanço da época e início do planeamento da época seguinte.
3. Até ao final do ano civil para apresentação de atualizações do PMDFCI.

Relativamente às datas para aprovação do POM municipal o que está estabelecido legalmente é que o mesmo tem de ser aprovado anualmente até 15 de Abril.

A vigência deste Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios é de 2015 a 2019 e será revisto sempre que a CMDF entender ser necessário.

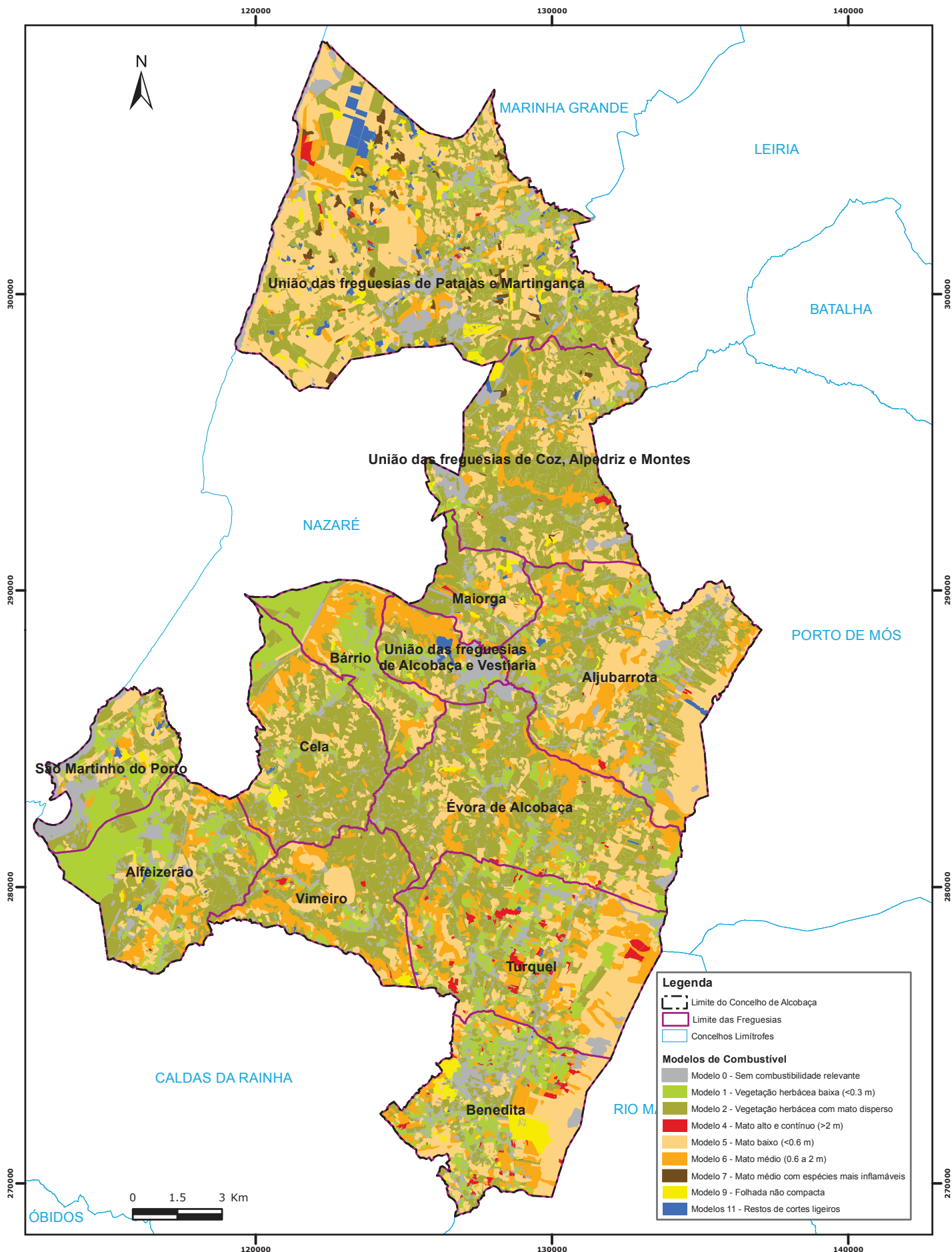
9. Estimativa de orçamento para implementação do PMDFCI

A estimativa do orçamento total para implementação do PMDFCI, resulta da compilação dos valores estimados para cada um dos eixos estratégicos do PMDFCI, por forma a atingir as metas estabelecidas e a operacionalização das medidas.

Tabela 42 - Estimativa orçamental do PMDFCI.

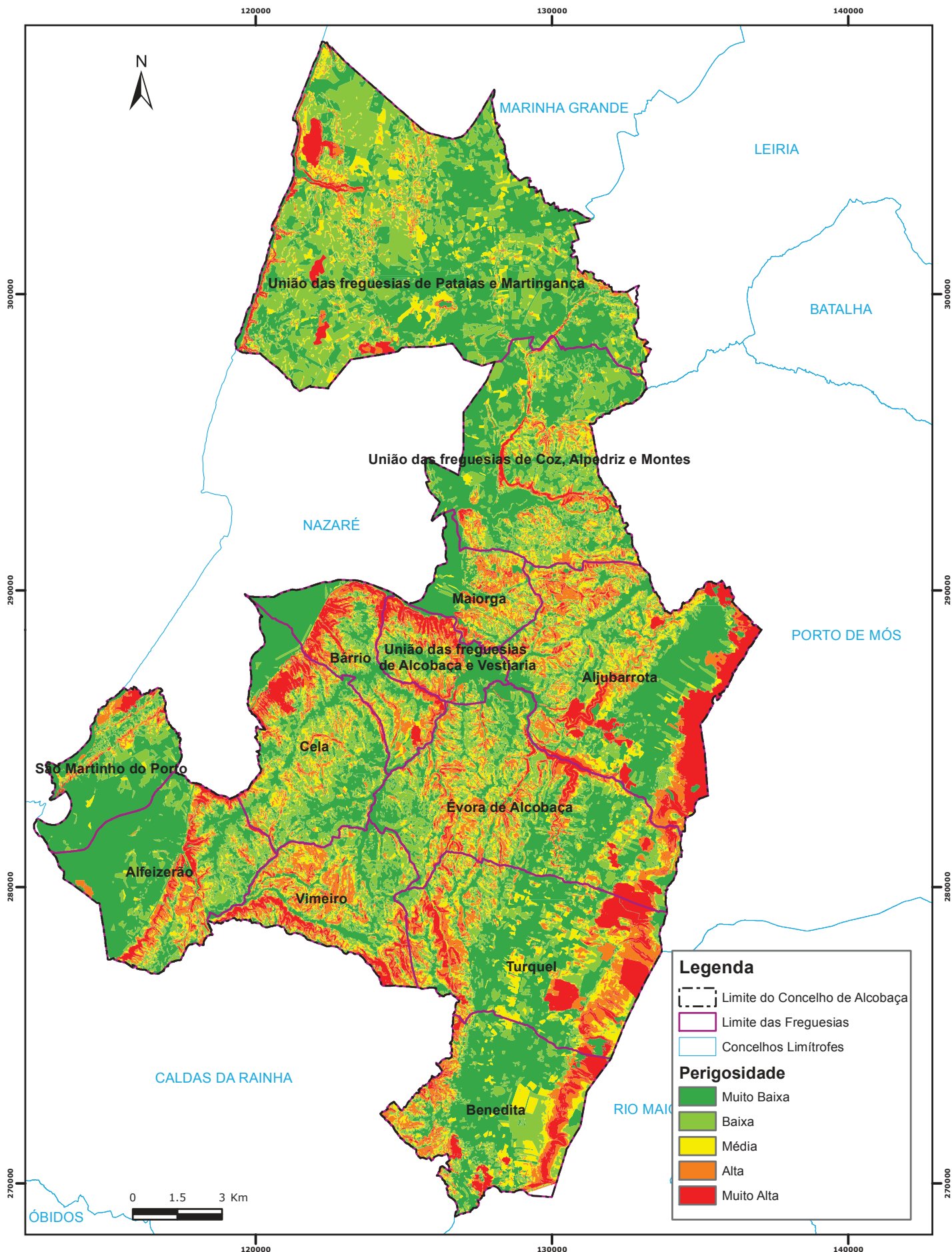
Eixos estratégicos	Estimativa de orçamento total (€)					
	2015	2016	2017	2018	2019	Total/eixo
1º Eixo	1.928.126,00€	1.584.678,40€	1.456.770,00€	1.269.183,00€	1.412.579,00€	7.651.336,40€
2º Eixo	16.800,00 €	17.520,00€	18.240,00€	18.960,00€	19.680,00€	91.200,00€
3º Eixo	171.951,00€	202.153,45€	205.517,60€	182.898,27€	177.043,31€	939.563,63€
4º Eixo	-	-	-	-	-	-
5º Eixo	5.500,00€	5.500,00€	5.500,00€	5.500,00€	5.500,00€	27.500,00€
Total/ano	2.122.377,50€	1.809.851,85€	1.686.027,60€	1.476.541,27€	1.614.802,31€	
Total PMDFCI						8.709.600,03€

Anexos



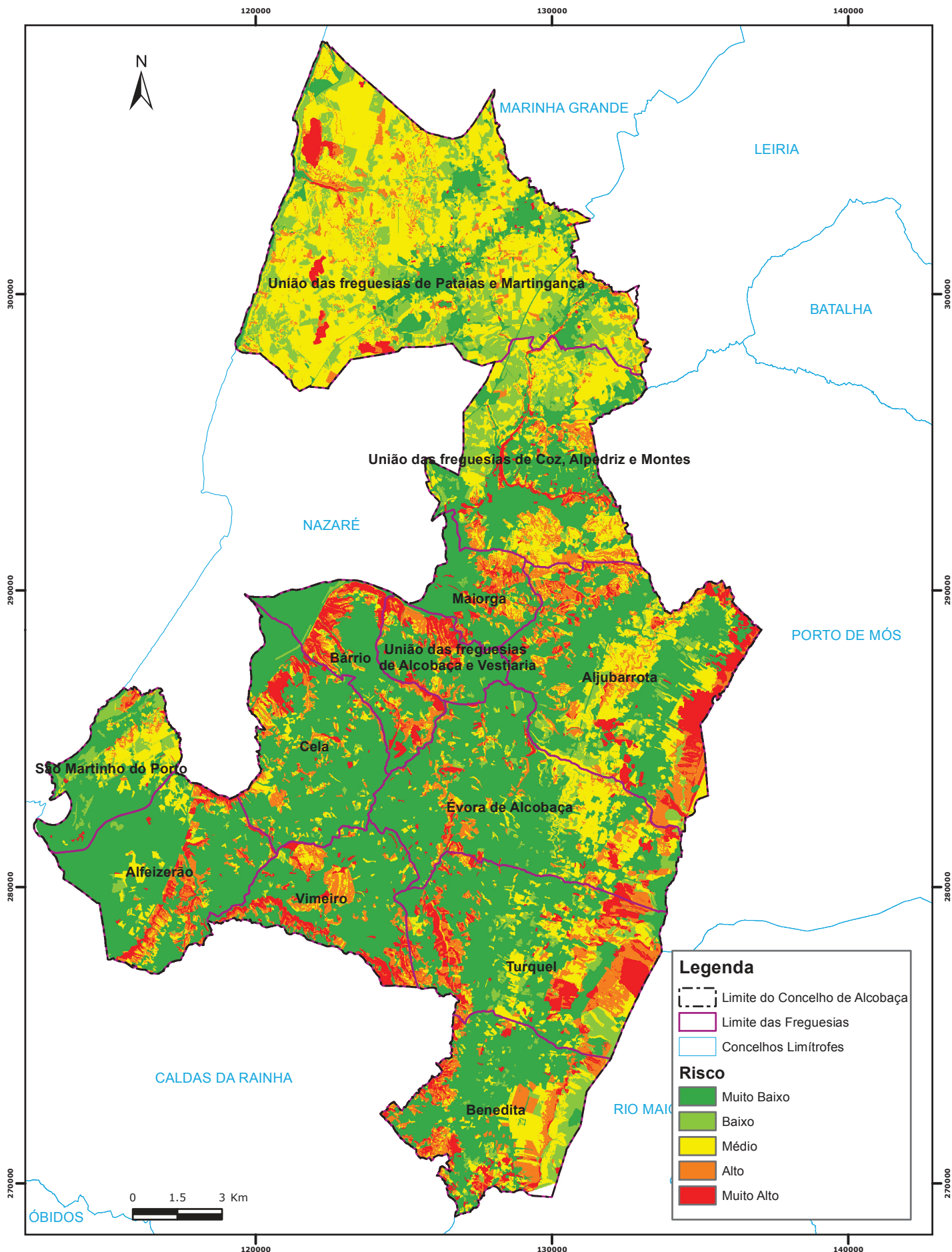
Mapa 1

		
Mapa dos Modelos de Combustível do concelho de Alcobaça		
Projeção de Gauss-Kruger Elipsóide de referência Hayford, Datum Lisboa Coordenadas Hayford-Gauss Militar	Janeiro de 2014	Fontes: DGT; Câmara Municipal de Alcobaça e APFCAN



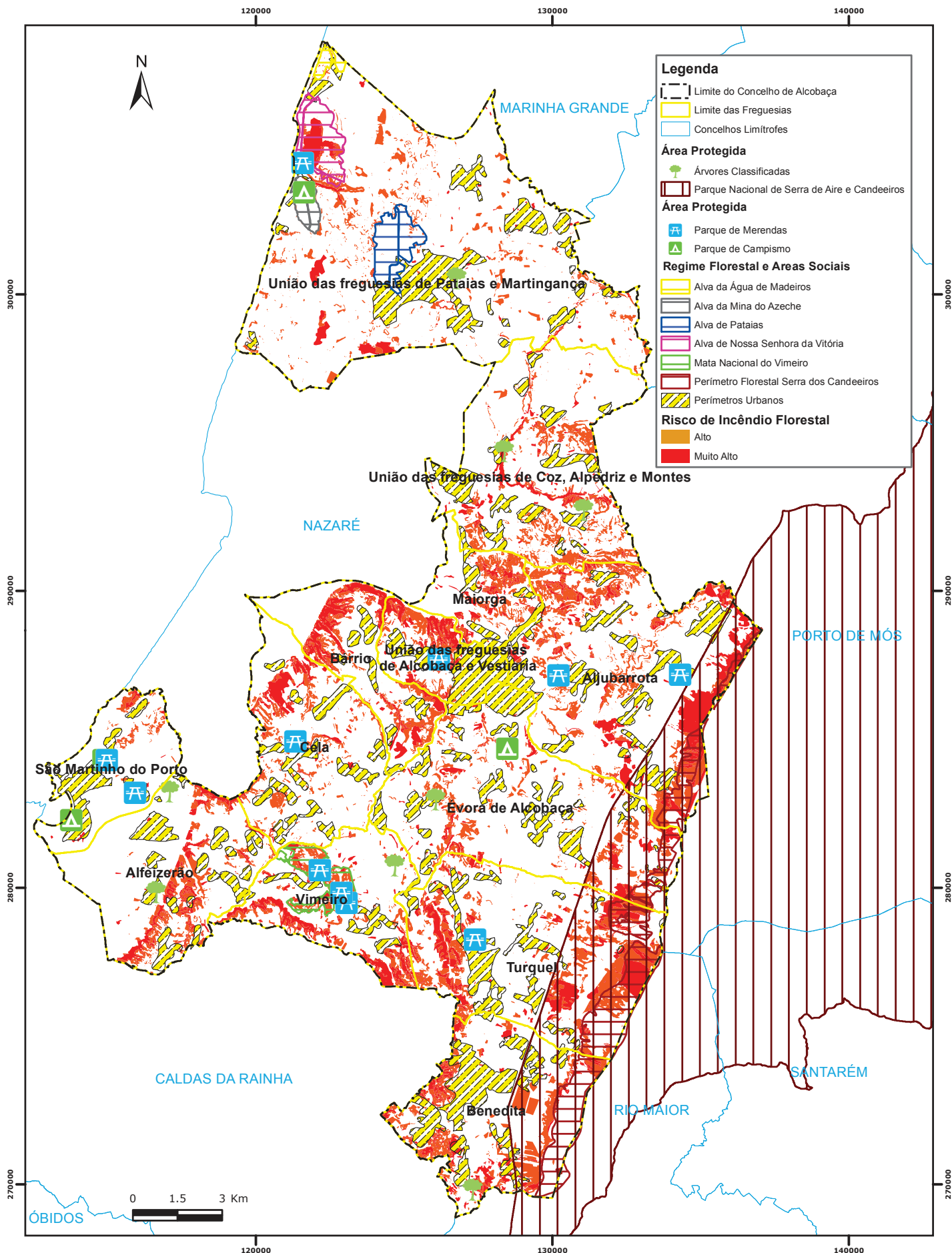
Mapa 2

 APFCAN FLORESTAIS DE ALCOBAÇA E NAZARÉ	Mapa da Perigosidade de Incêndio Florestal no Concelho de Alcobaça <table border="0"> <tr> <td> Projeção de Gauss-Kruger Elipsóide de referência Hayford, Datum Lisboa Coordenadas Hayford-Gauss Militar </td> <td> Fevereiro de 2014 </td> <td> Fontes: DGT; Câmara Municipal de Alcobaça e APFCAN </td> </tr> </table>	Projeção de Gauss-Kruger Elipsóide de referência Hayford, Datum Lisboa Coordenadas Hayford-Gauss Militar	Fevereiro de 2014	Fontes: DGT; Câmara Municipal de Alcobaça e APFCAN
Projeção de Gauss-Kruger Elipsóide de referência Hayford, Datum Lisboa Coordenadas Hayford-Gauss Militar	Fevereiro de 2014	Fontes: DGT; Câmara Municipal de Alcobaça e APFCAN		



Mapa 3

 	Mapa do Risco de Incêndio Florestal no Concelho de Alcobaça		
Projeção de Gauss-Kruger Elipsóide de referência Hayford, Datum Lisboa Coordenadas Hayford-Gauss Militar	Fevereiro de 2014	Fontes: DGT; Câmara Municipal de Alcobaça e APFCAN	



Mapa 4

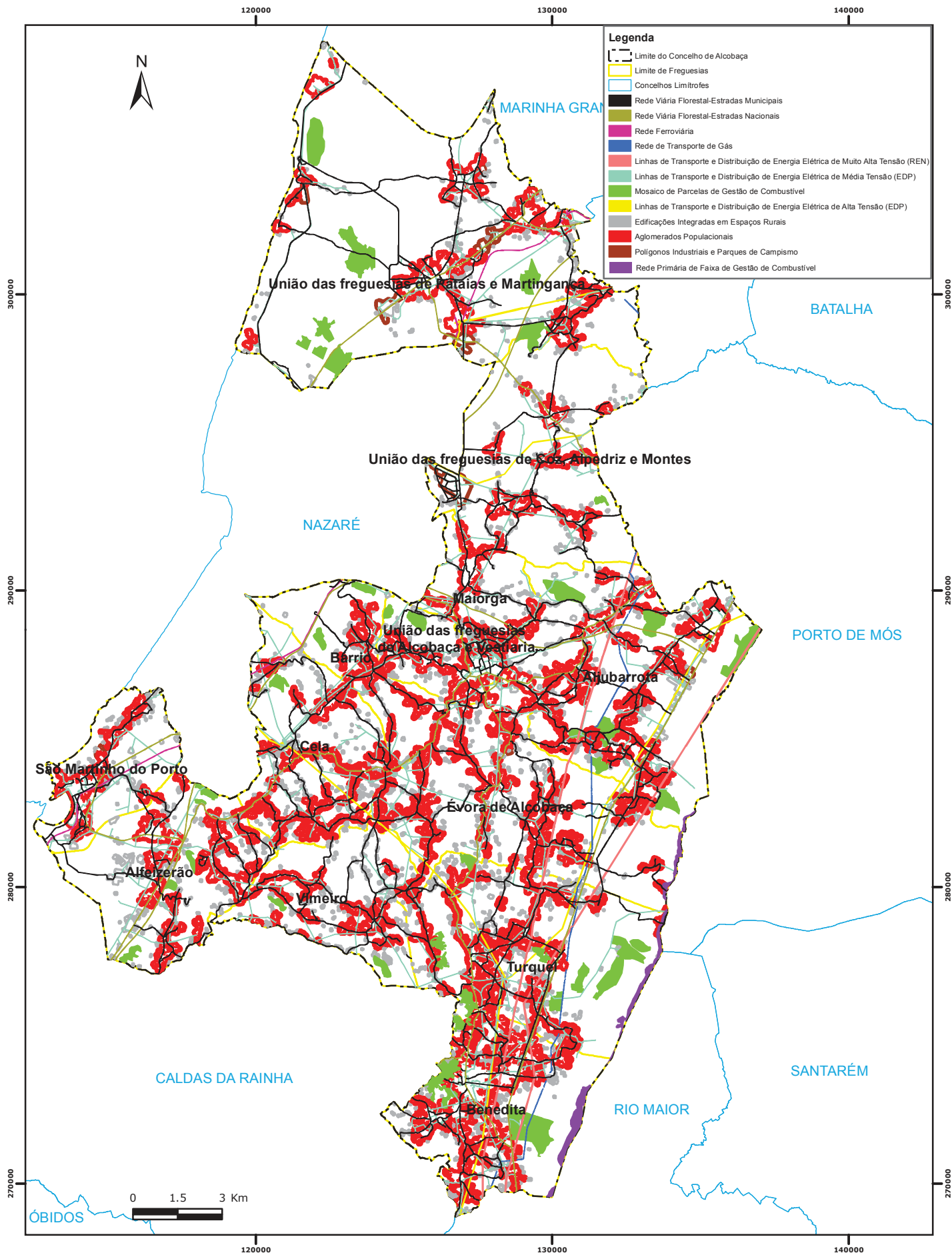


Mapa das Prioridades de Defesa no Concelho de Alcobaça

Projeção de Gauss-Kruger
Elipsóide de referência Hayford, Datum Lisboa
Coordenadas Hayford-Gauss Militar

Fevereiro de 2014

Fontes: DGT;
Câmara Municipal de Alcobaça e
APFCAN



Mapa 5

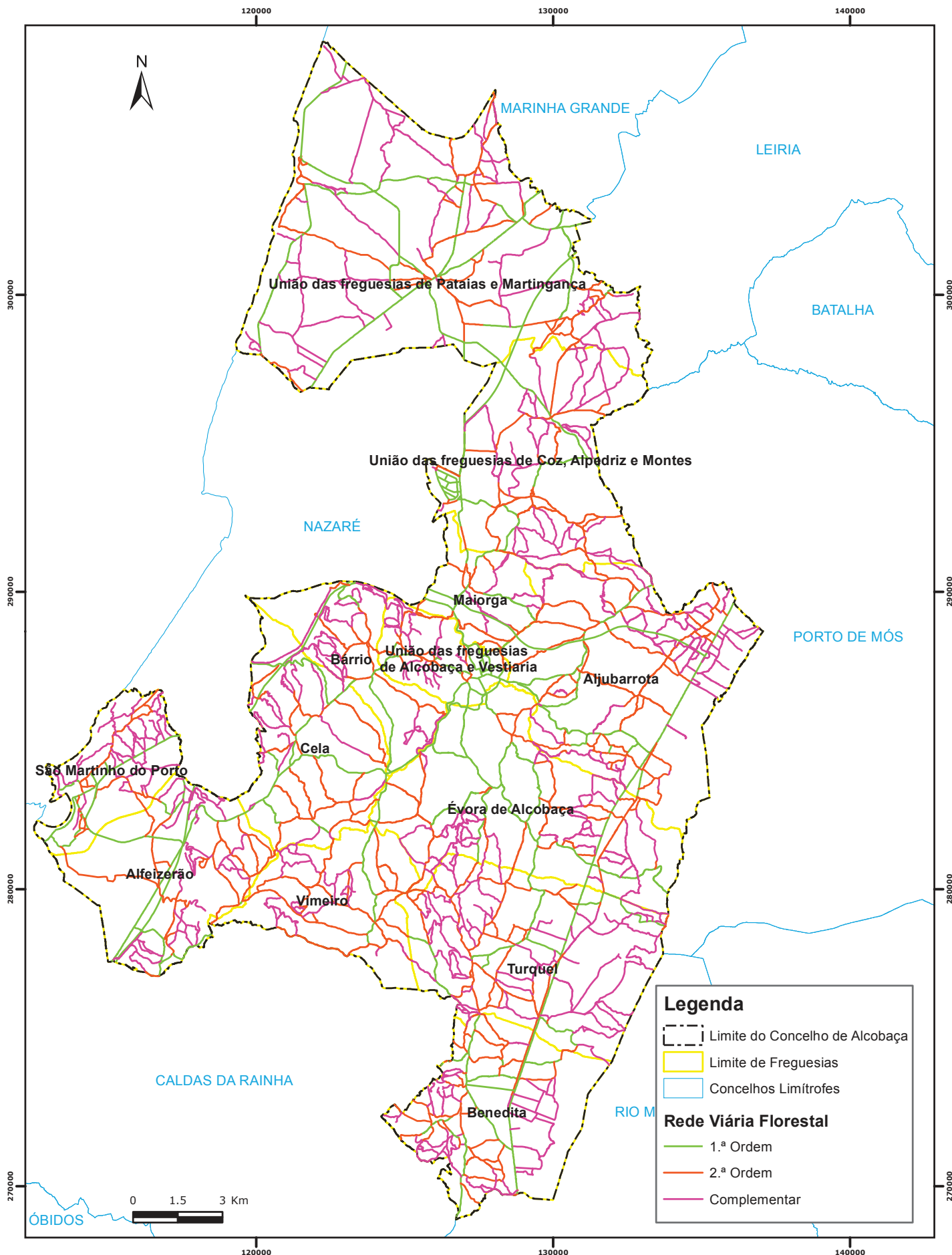


Mapa da Rede de Faixas de Gestão de Combustível e Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustível do Concelho de Alcobaça

Projeção de Gauss-Kruger
Elipsóide de referência Hayford, Datum Lisboa
Coordenadas Hayford-Gauss Militar

Abril de 2014

Fontes: DGT;
Câmara Municipal de Alcobaça e
APFCAN



Mapa 6

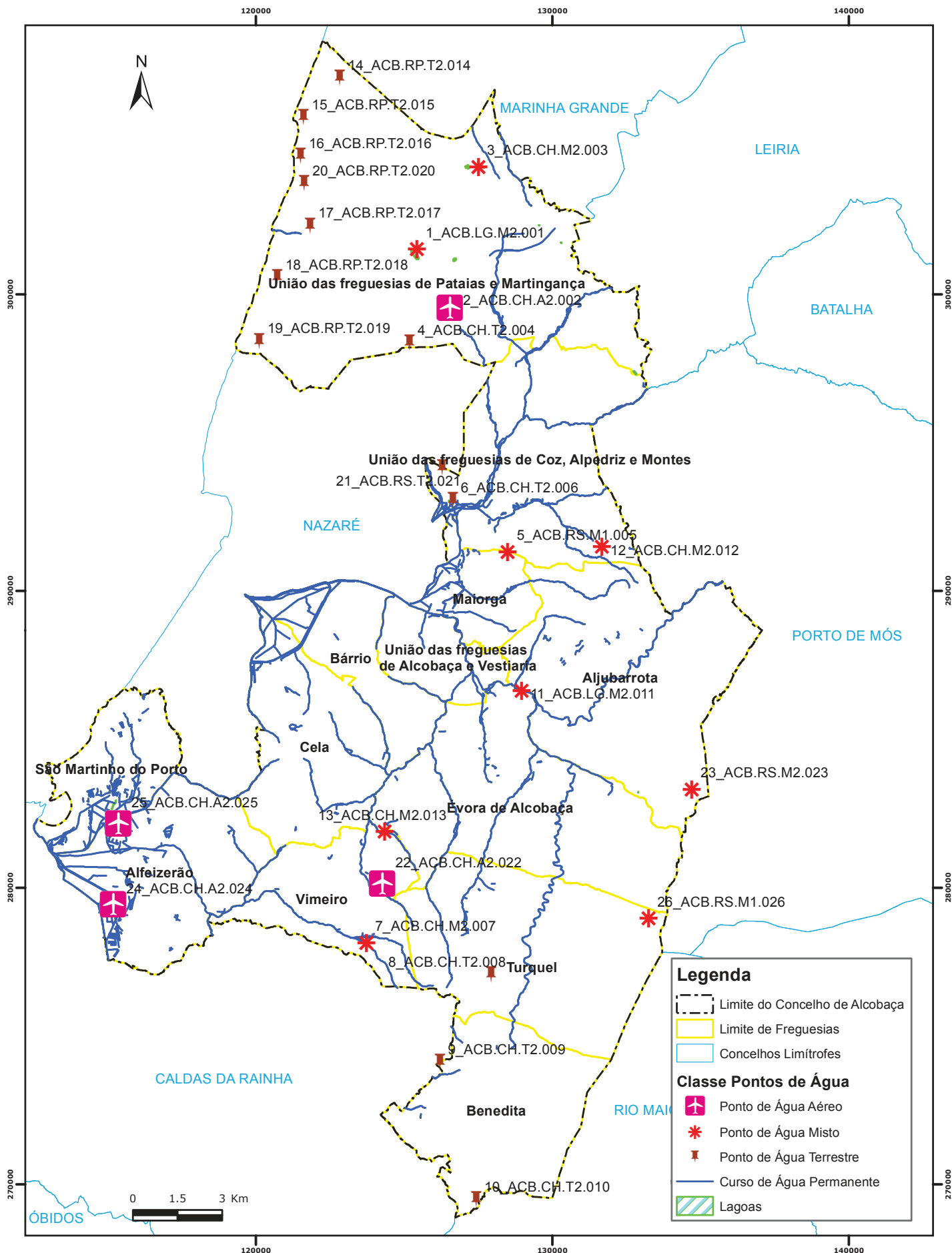


Mapa da Rede Viária Florestal do Concelho de Alcobaça

Projeção de Gauss-Kruger
Elipsóide de referência Hayford, Datum Lisboa
Coordenadas Hayford-Gauss Militar

Abril de 2014

Fontes: DGT;
Câmara Municipal de Alcobaça e
APFCAN



Mapa 7

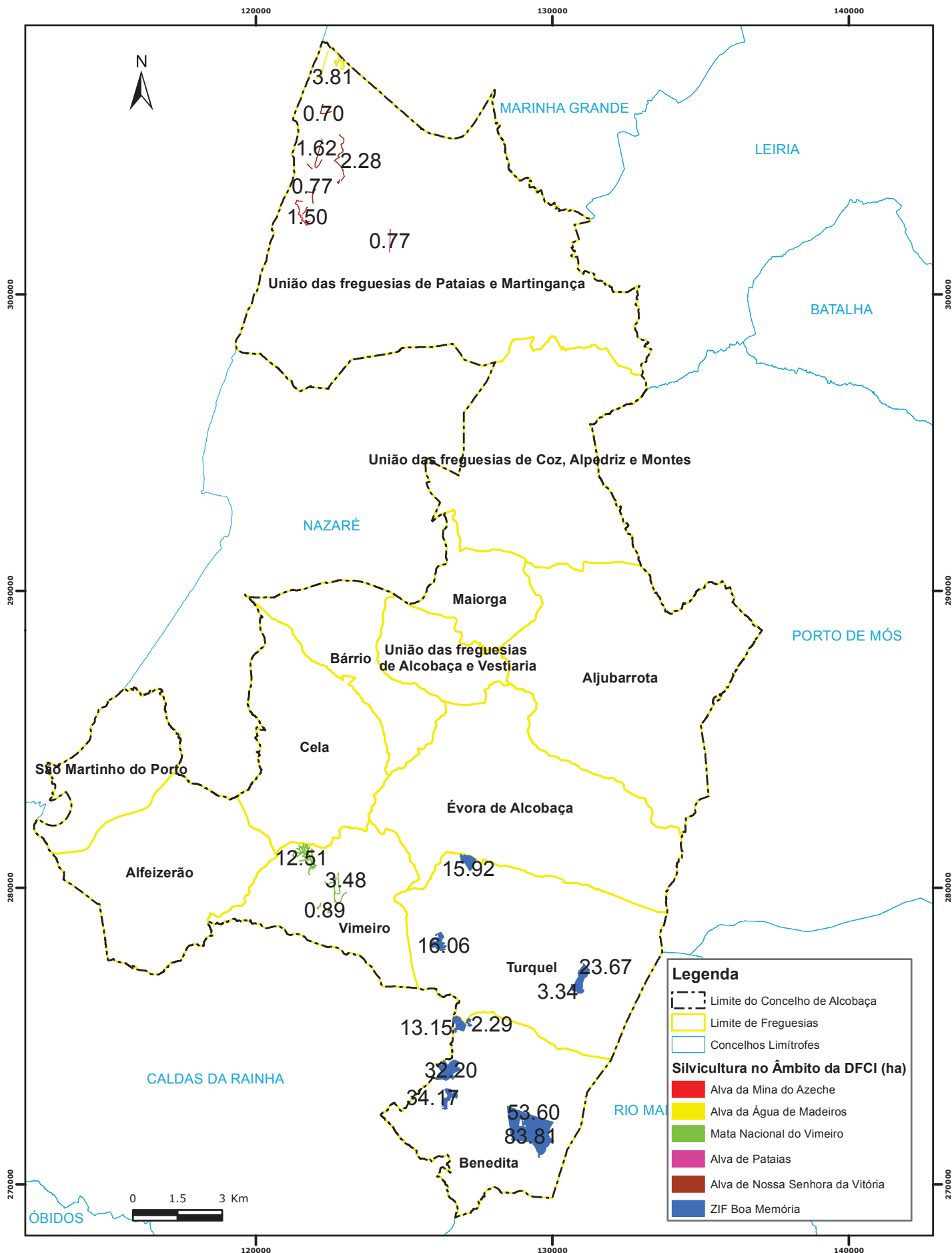


Mapa da Rede de Pontos de Água do Concelho de Alcobaça

Projeção de Gauss-Kruger
Elipsóide de referência Hayford, Datum Lisboa
Coordenadas Hayford-Gauss Militar

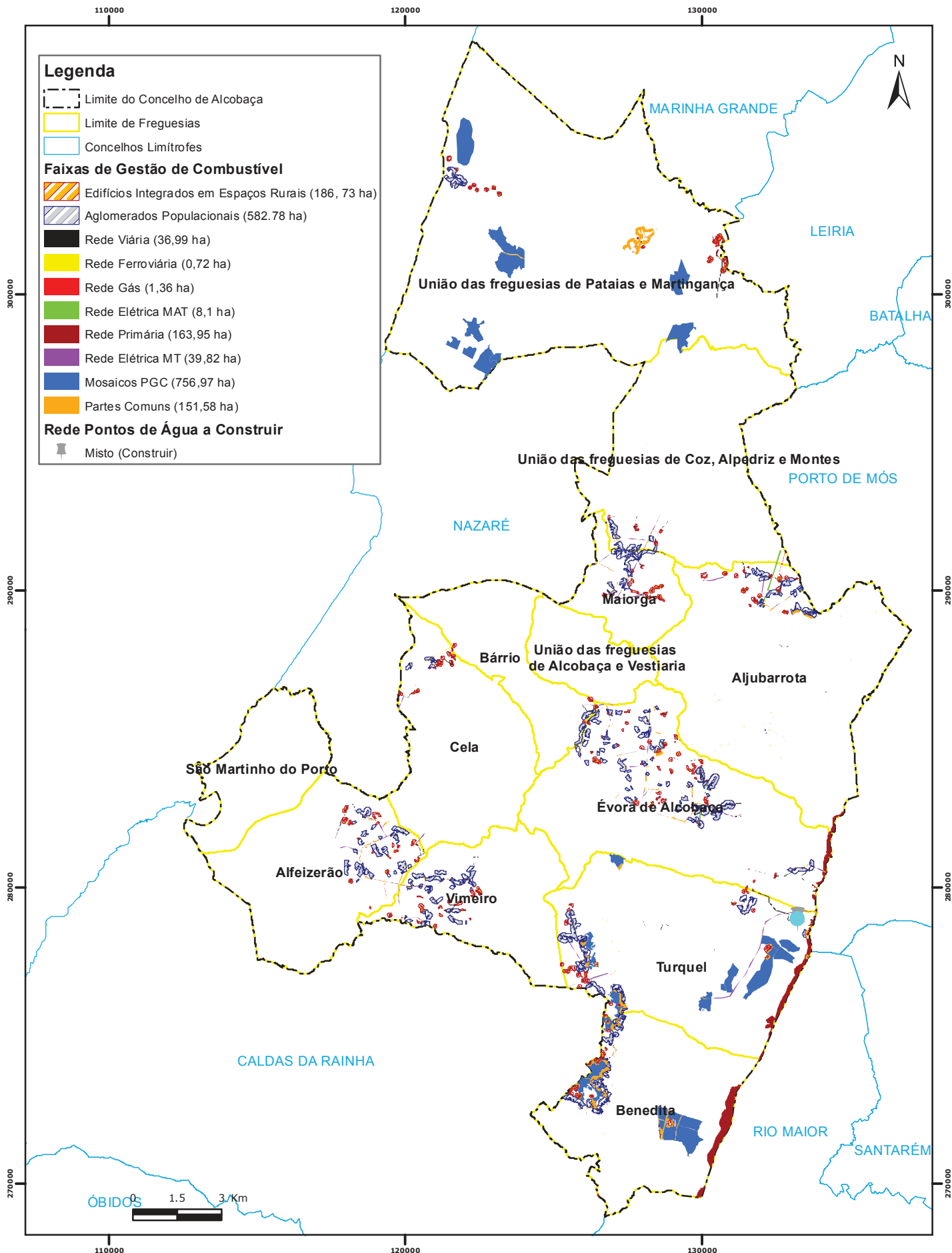
Abril de 2014

Fontes: DGT;
Câmara Municipal de Alcobaça e
APFCAN



Mapa 8

	Mapa de Silvicultura no Âmbito da DFCI <table border="0"> <tr> <td> Projeção de Gauss-Kruger Elipsóide de referência Hayford, Datum Lisboa Coordenadas Hayford-Gauss Militar </td> <td> Abril de 2014 </td> <td> Fontes: DGT; Câmara Municipal de Alcobaça e APFCAN </td> </tr> </table>	Projeção de Gauss-Kruger Elipsóide de referência Hayford, Datum Lisboa Coordenadas Hayford-Gauss Militar	Abril de 2014	Fontes: DGT; Câmara Municipal de Alcobaça e APFCAN
Projeção de Gauss-Kruger Elipsóide de referência Hayford, Datum Lisboa Coordenadas Hayford-Gauss Militar	Abril de 2014	Fontes: DGT; Câmara Municipal de Alcobaça e APFCAN		



Mapa 9

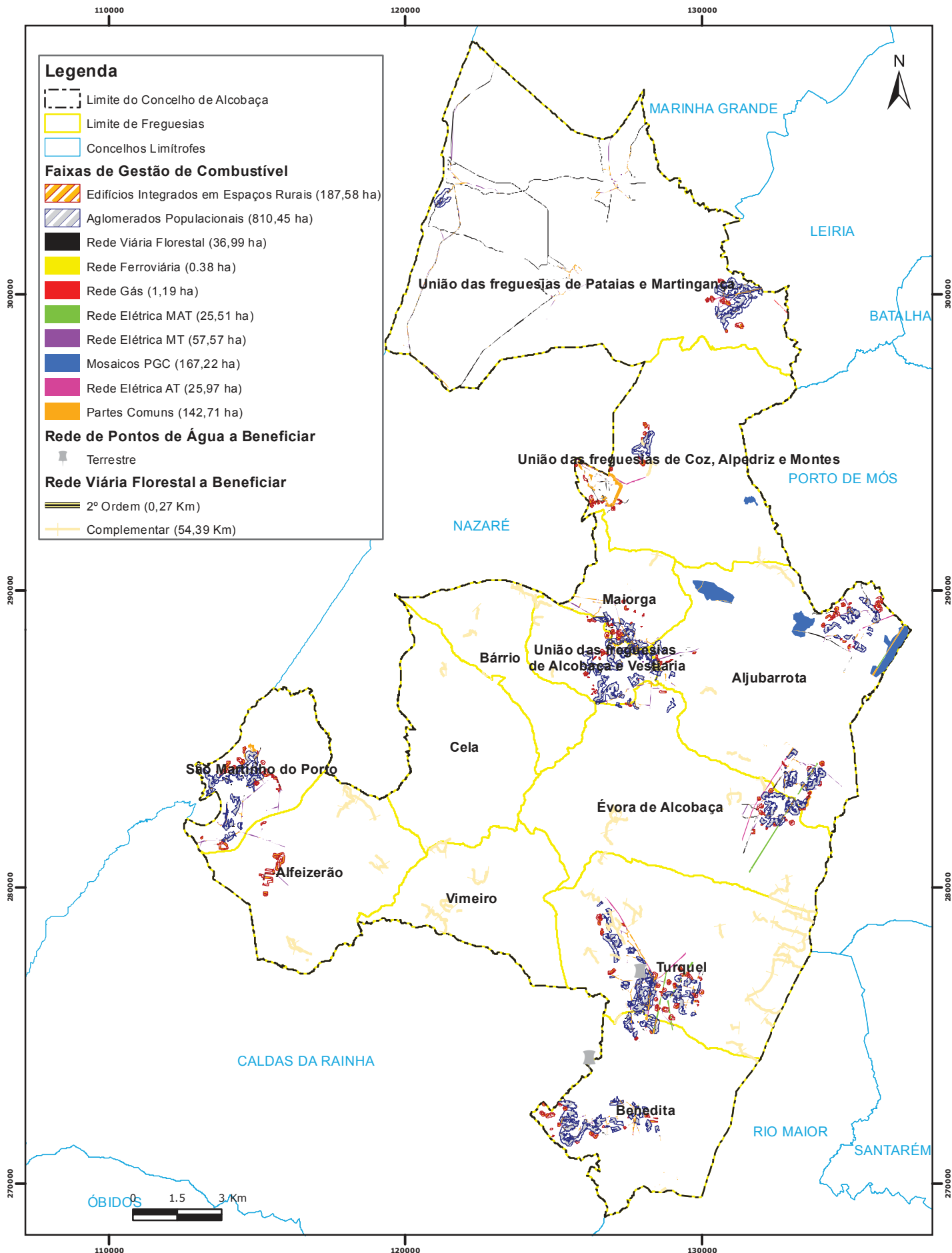


Planeamento das Ações da Rede de FGC e MPGC, RVF e RPA para 2015

Projeção de Gauss-Kruger
Elipsóide de referência Hayford, Datum Lisboa
Coordenadas Hayford-Gauss Militar

Setembro de 2014

Fontes: DGT;
Câmara Municipal de Alcobaça e
APFCAN



Mapa 10

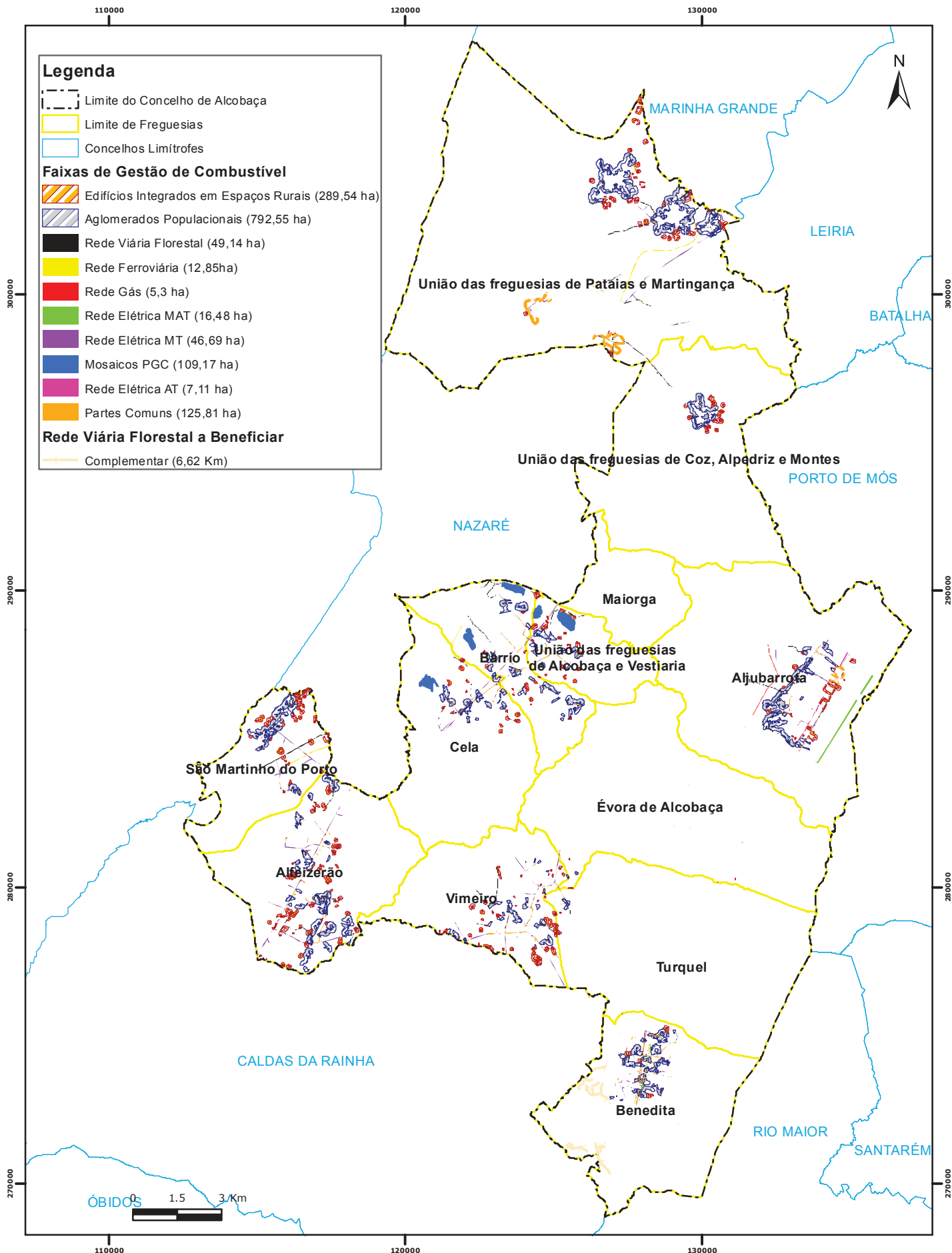


Planeamento das Ações da Rede de FGC e MPGC, RVF e RPA para 2016

Projeção de Gauss-Kruger
Elipsóide de referência Hayford, Datum Lisboa
Coordenadas Hayford-Gauss Militar

Setembro de 2014

Fontes: DGT;
Câmara Municipal de Alcobaça e
APFCAN



Mapa 11

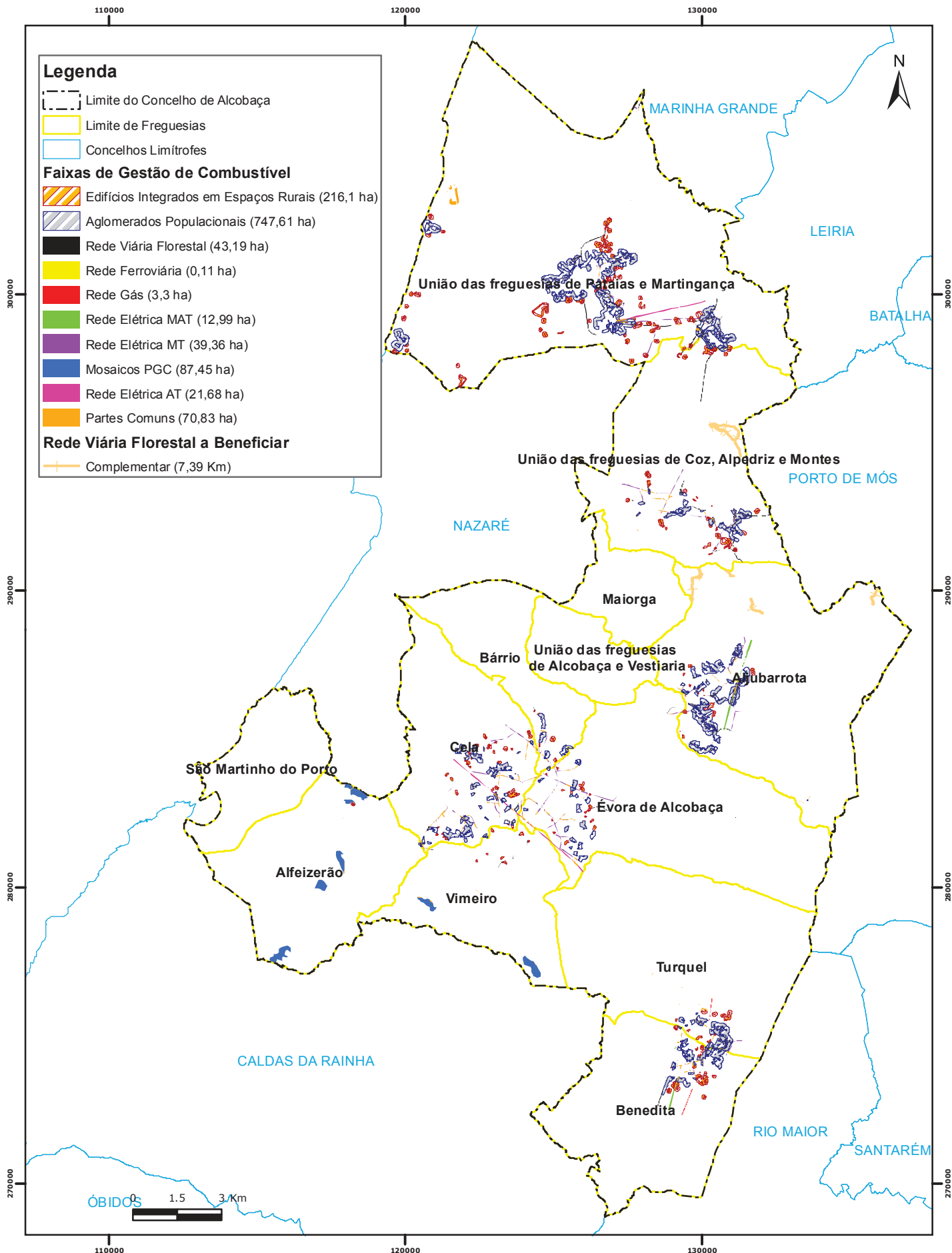


Planeamento das Ações da Rede de FGC e MPGC, RVF e RPA para 2017

Projeção de Gauss-Kruger
Elipsóide de referência Hayford, Datum Lisboa
Coordenadas Hayford-Gauss Militar

Setembro de 2014

Fontes: DGT;
Câmara Municipal de Alcobaça e
APFCAN



Mapa 12

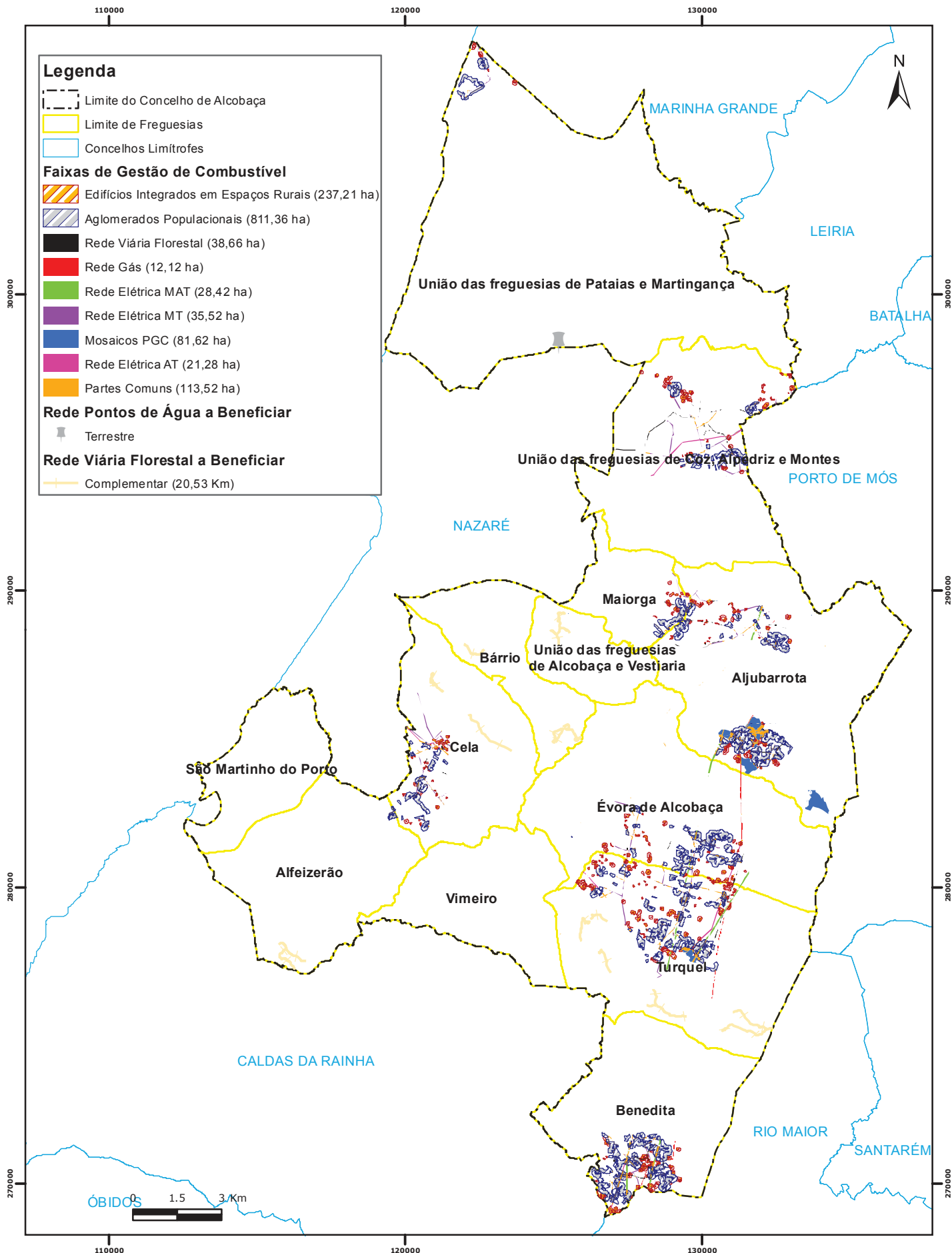


Planeamento das Ações da Rede de FGC e MPGC, RVF e RPA para 2018

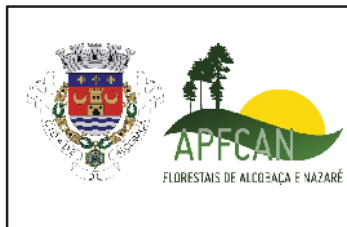
Projeção de Gauss-Kruger
Elipsóide de referência Hayford, Datum Lisboa
Coordenadas Hayford-Gauss Militar

Setembro de 2014

Fontes: DGT;
Câmara Municipal de Alcobaça e
APFCAN



Mapa 13

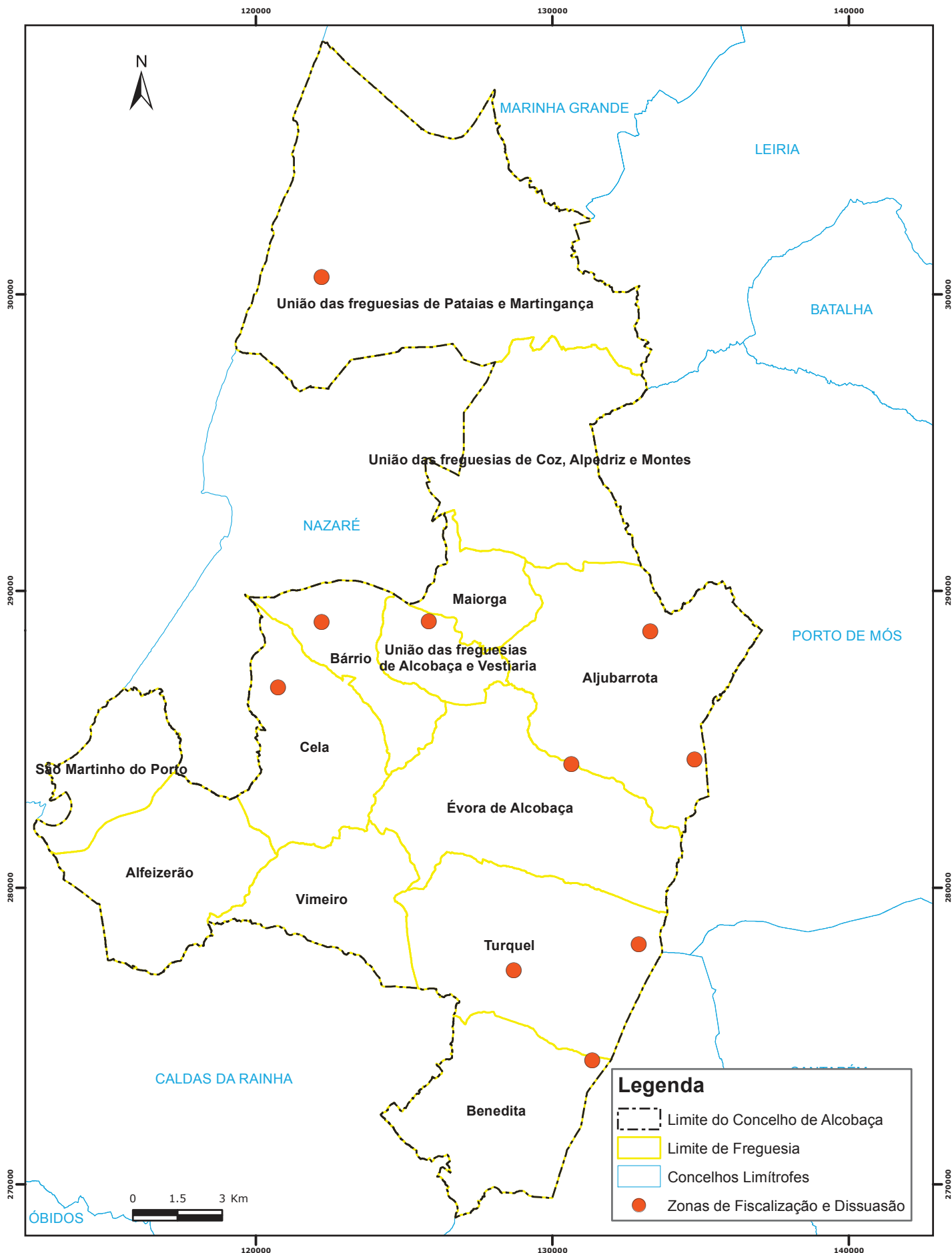


Planeamento das Ações da Rede de FGC e MPGC, RVF e RPA para 2019

Projeção de Gauss-Kruger
Elipsóide de referência Hayford, Datum Lisboa
Coordenadas Hayford-Gauss Militar

Setembro de 2014

Fontes: DGT;
Câmara Municipal de Alcobaça e
APFCAN



Mapa 14

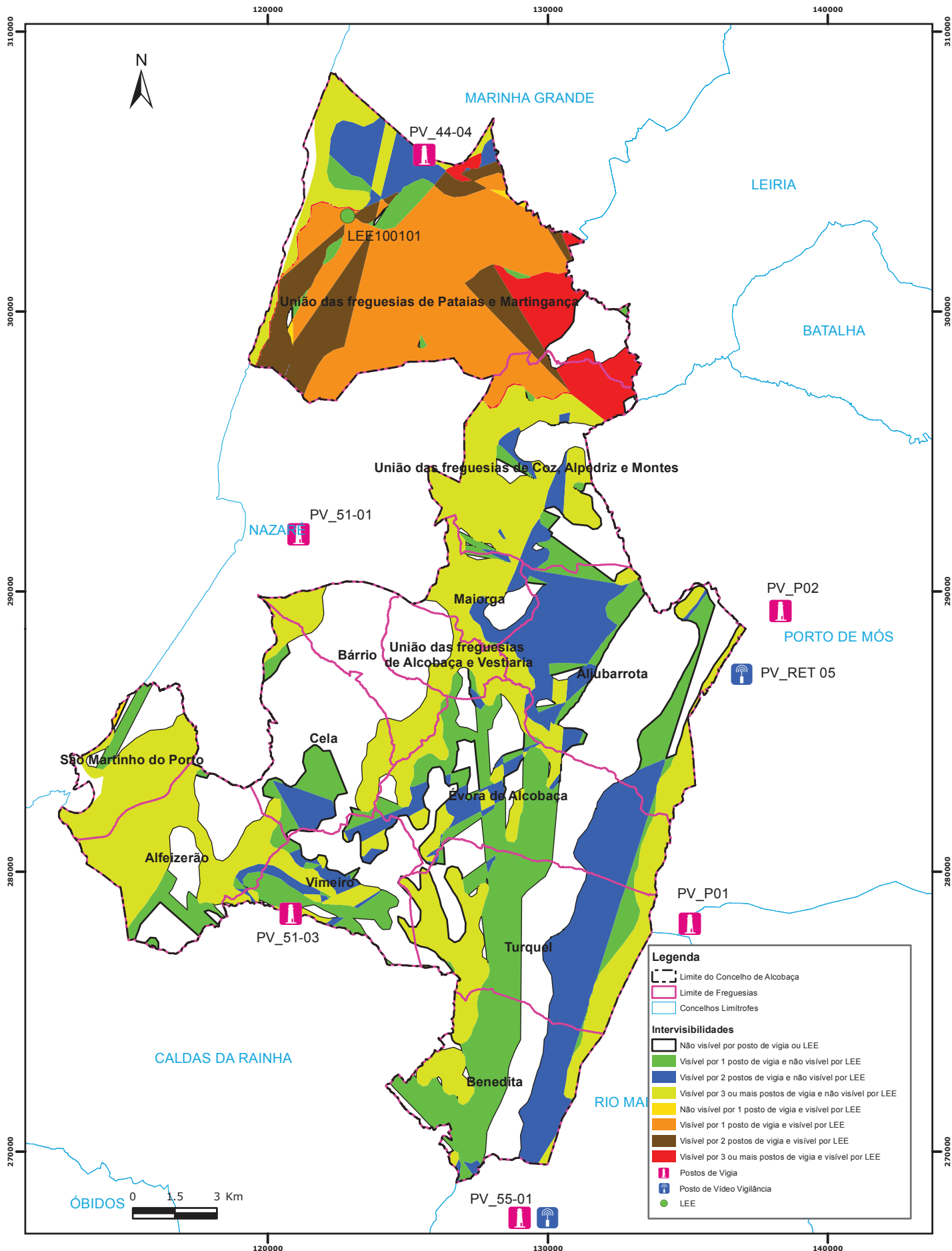


Mapa de Identificação das Zonas Prioritárias de Dissuasão e Fiscalização no Concelho de Alcobaça

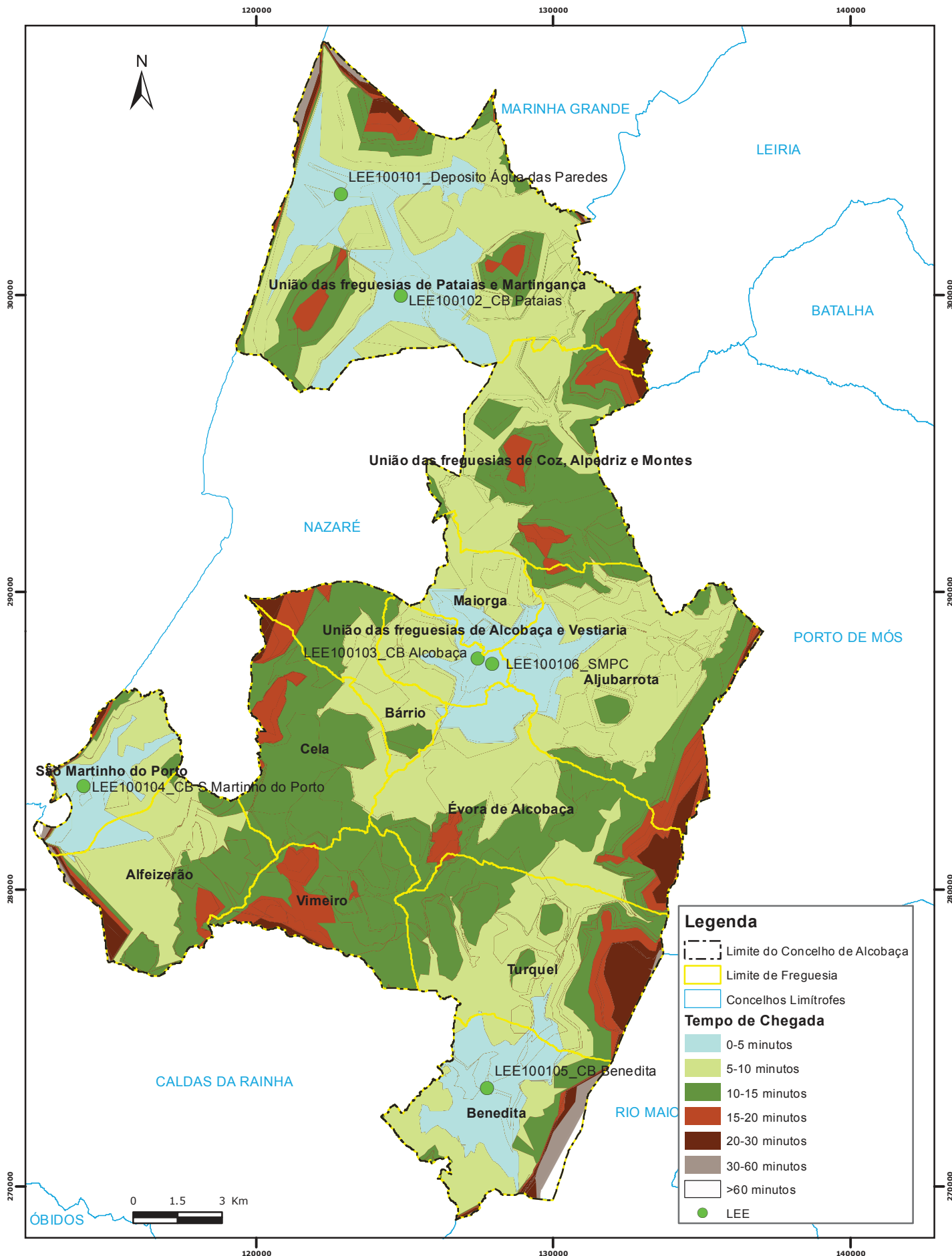
Projeção de Gauss-Kruger
Elipsóide de referência Hayford, Datum Lisboa
Coordenadas Hayford-Gauss Militar

Abril de 2014

Fontes: DGT;
Câmara Municipal de Alcobaça e
APFCAN



Mapa 15



Mapa 16

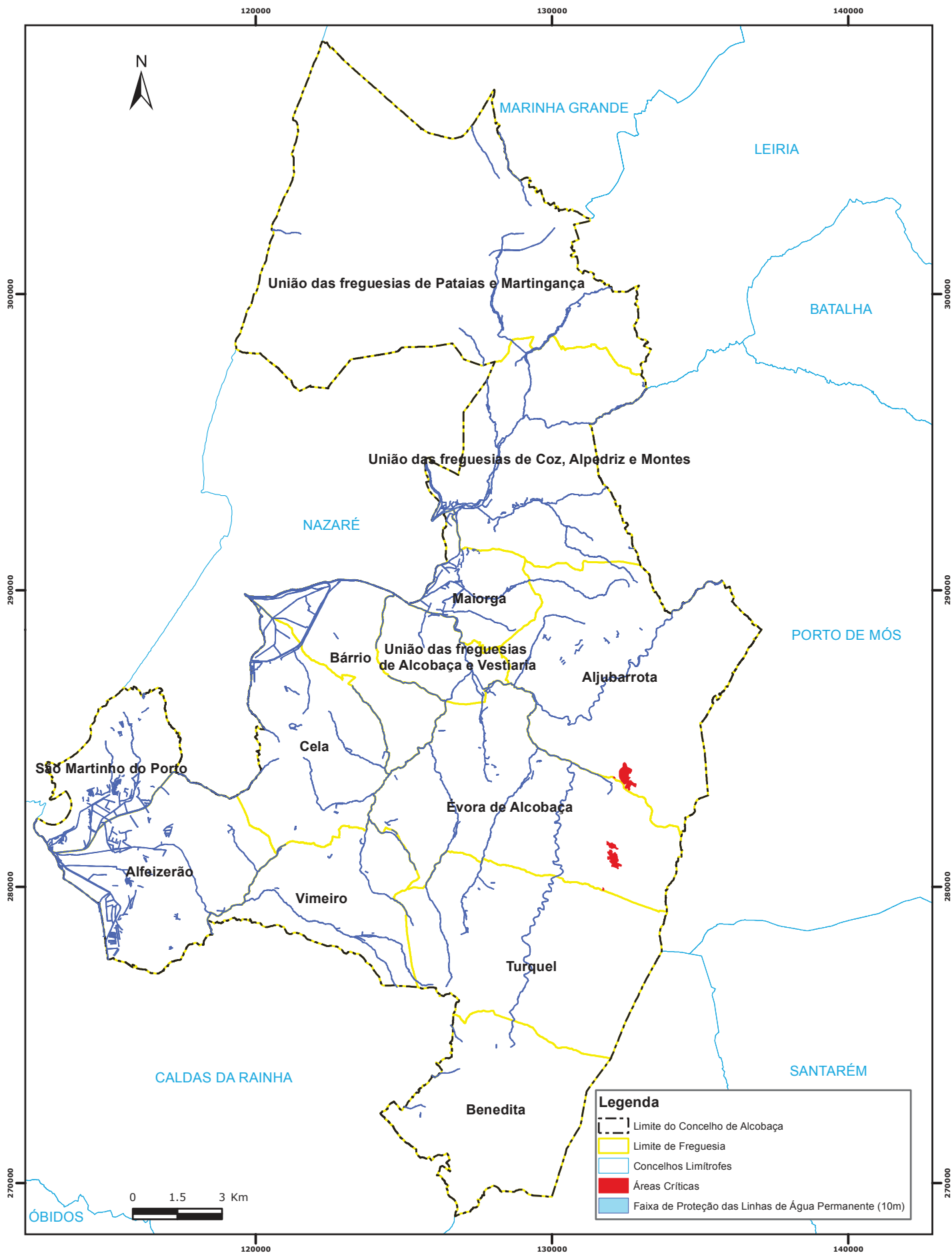


Mapa do potencial do tempo de chegada para 1ª Intervenção no Concelho de Alcobaça

Projeção de Gauss-Kruger
Elipsóide de referência Hayford, Datum Lisboa
Coordenadas Hayford-Gauss Militar

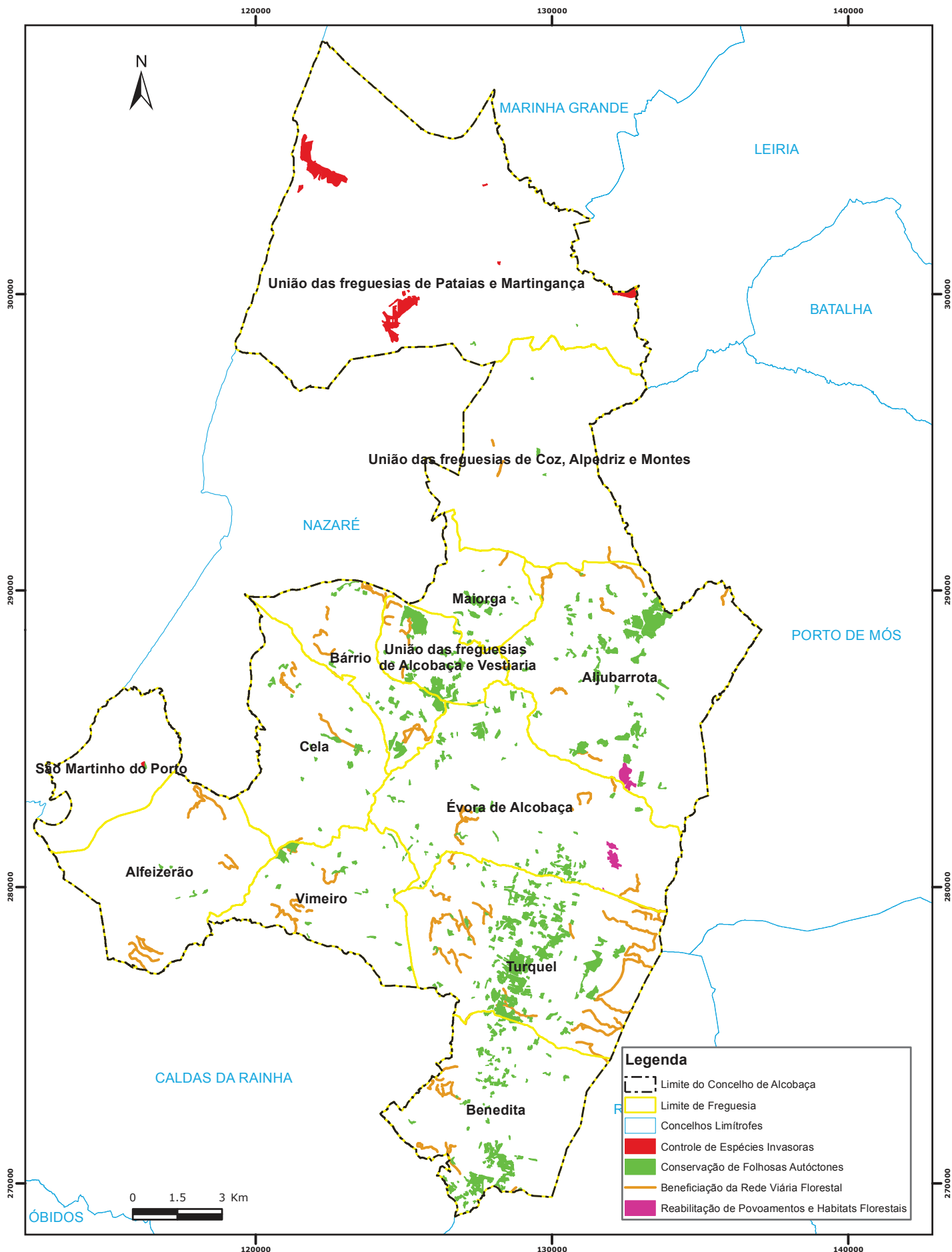
Abril de 2014

Fontes: DGT;
Câmara Municipal de Alcobaça e
APFCAN



Mapa 17

 FLORESTAIS DE ALCOBAÇA E NAZARÉ	Mapa de Estabilização de Emergência do Concelho de Alcobaça <table><tr><td>Projeção de Gauss-Kruger Elipsóide de referência Hayford, Datum Lisboa Coordenadas Hayford-Gauss Militar</td><td>Abril de 2014</td><td>Fontes: DGT; Câmara Municipal de Alcobaça; APFCAN e ICNF</td></tr></table>	Projeção de Gauss-Kruger Elipsóide de referência Hayford, Datum Lisboa Coordenadas Hayford-Gauss Militar	Abril de 2014	Fontes: DGT; Câmara Municipal de Alcobaça; APFCAN e ICNF
Projeção de Gauss-Kruger Elipsóide de referência Hayford, Datum Lisboa Coordenadas Hayford-Gauss Militar	Abril de 2014	Fontes: DGT; Câmara Municipal de Alcobaça; APFCAN e ICNF		



Mapa 18



Mapa da Reabilitação de Povoamentos e Habitats Florestais do Concelho de Alcobaça

Projeção de Gauss-Kruger
Elipsóide de referência Hayford, Datum Lisboa
Coordenadas Hayford-Gauss Militar

Abril de 2014

Fontes: DGT;
Câmara Municipal de Alcobaça e
APFCAN